



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0001

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## 1. DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

**Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

**Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento):**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS;

**Responsável pela Demanda:**

SIMÃO PEDRO LEME

**1. OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

**Justificativa da necessidade da contratação:**

Considerando a necessidade de executar o pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping), distrito de Porto Figueira localizado neste município, com a finalidade de facilitar o acesso dos munícipes as instalações públicas existentes:

Campinho de futebol, quadra poliesportiva, parque infantil e salão de eventos, visando o aprimoramento na mobilidade das pessoas promovendo a prática de esportes e lazer, desse modo contribuindo significativamente para melhora na qualidade de vida dos moradores e eventuais turistas.

Considerando ainda a disponibilidade orçamentária para execução da obra; Detectamos como necessária a execução do pavimento em piso intertravado descrita acima e locada conforme os projetos.

Tendo em vista que este processo já fora licitado, processo administrativo nº 037/2024, concorrência eletrônica 005/2024, porém não houve vencedor do mesmo, tornando-se necessário a reabertura de um novo processo.

**2. Descrições e quantidades**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: VALOR GLOBAL: **R\$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).**

**3. Observações gerais**

**3.1. Prazo de Entrega/ Execução:** 180 DIAS.

**3.2. Local e horário da Entrega/Execução:**

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

**3.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:**

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

**3.4. Houve contratações anteriores?**

NÃO

**3.5. Gestor (a) fiscal (is) indicado (s) (nome completo):**

SIMÃO PEDRO LEME (GESTOR)

MARCIA CRISTINA MARANCA (FISCAL-TÊNICO)

EUDINETE DA SILVA PEDROTA (FISCAL-ADMINISTRATIVO)

**3.6. Prazo para pagamento:** até 30 (trinta) dias após medição e emissão da nota



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0002

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaiso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaiso@pref.pr.gov.br)

fiscal.

**3.7. O objeto solicitado não consiste em características de luxo.**

**3.8. O objeto solicitado tem relação com a frota de veículos ou máquinas? (Se sim, anexar a relação ATUALIZADA da frota que irá ser atendida pelo objeto)**  
NÃO

**3.9. Regime licitatório adotado:**

Lei 14.133/2024.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Alto Paraíso-Pr., 24 de Junho de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS  
PÚBLICOS  
SIMÃO PEDRO LEME



003

1. Responsável Técnico

MARCIA CRISTINA MARANCA

Título profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Empresa Contratada: M. C. MARANCA - ME

RNP: 1705605710

Carteira: PR-95495/D

Registro/Visto: 62816

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900

CENTRO - ALTO PARAISO/PR 87528-000

CNPJ: 95.640.736/0001-30

Contrato: 38/2022

Celebrado em: 22/03/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PIAPARA, S/N

ACESSO AO CAMPINHO PORTO FIGUEIRA - ÁREA INSTITUCIONAL 01 - ÁREA DE CAMPING - ALTO PARAISO/PR 87528-000

Data de início: 08/03/2024

Previsão de término: 30/12/2024

Coordenadas Geográficas: -23.403861 x -53.808718

Finalidade: Saneamento básico

Proprietário: PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 95.640.736/0001-30

4. Atividade Técnica

[Coordenação, Elaboração de orçamento, Fiscalização de obra, Gestão, Projeto] de infraestrutura para vias urbanas

Quantidade

Unidade

2167,64

M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Drenagem e pavimentação de acessos com blocos de concreto pré-moldado.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCIA CRISTINA MARANCA, registro Crea-PR PR-95495/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 08/05/2024 e hora 17h05.

PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO - CNPJ: 95.640.736/0001-30

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br).

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br).

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso ao site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em: 09/05/2024

Valor Pago: R\$ 99,64



**PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ.

**ENDEREÇO:** SHADPI 01/749 - OLIP 001/24

**RESPONSÁVEL TÉCNICA:** ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPINGS) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR

MÁRCIA CRISTINA MARINCA - ENGR CIVIL CREIA PR 95.495/D

**OBRA:** EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPINGS)

**ÁREA:** 2.107,64m²

**DATA:** JUNHO DE 2024

**ART:** 1720742/03-4584

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM IUD	VALOR (R\$) COM IUD	TOTAL (R\$) COM IUD 24,23%
<b>A1</b>							
<b>EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRILHO 01 (ENTRE CRUZO 07 E TRILHO 2)</b>							
<b>1</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 2.337,46</b>
1.0	103109	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE CIBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF. 03/2022 - PS	M²	3,00	R\$ 317,24	R\$ 394,11	R\$ 1.182,33
1.1	1031	RETRADA DE POSTE METÁLICO	UNID	6,00	R\$ 185,00	R\$ 229,83	R\$ 1.378,98
1.2	100478	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 4,5 M DE SOLO (NAO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 11/2019	UNID	1,00	R\$ 520,19	R\$ 646,23	R\$ 646,23
1.3	108800	REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	M	112,00	R\$ 11,80	R\$ 14,66	R\$ 1.661,92
1.4	97611	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	M³	24,30	R\$ 71,35	R\$ 89,64	R\$ 2.153,95
1.5	101205	CORTE E ATUO DO TERRENO, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA (TALUDE)	M³	94,00	R\$ 12,50	R\$ 15,53	R\$ 1.459,82
1.6	98529	RETRADA DE ÁRVORE	UNID	4,00	R\$ 90,62	R\$ 112,58	R\$ 450,32
1.7	98525	LIMPZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VERGUELAÇÃO E PEDIENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTERAS AF. 05/2018	M²	340,40	R\$ 0,68	R\$ 0,86	R\$ 292,82
1.8	105014	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF. 03/2024	M	170,25	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 131,09
<b>2</b>		<b>UBRIGEM</b>					<b>R\$ 10.045,56</b>
2.0	DER/600300	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M³	57,75	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 837,85
2.1	DER/601200	REATERRO E APOIAMENTO MECÂNICO	M³	16,50	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 711,85
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APOIAMENTO	M³	38,49	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 830,73
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF. 03/2024	M	22,00	116,10	R\$ 144,23	R\$ 3.173,06
2.4	97956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,2 M, AF. 12/2020	UNID	2,00	1.530,43	R\$ 1.901,25	R\$ 3.802,50
2.5	DER/CLAO40	C/L ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UNID	1,00	555,56	R\$ 690,17	R\$ 690,17
<b>3</b>		<b>EXECUÇÃO DE PISOS</b>					<b>R\$ 44.929,69</b>



PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA									
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO									
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ									
SENAP 031/24 R. DUB 109/23									
ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR									
MÁRCIA CRISTINA MARIÂNICA - ENGRª CIVIL - CREIA PR 95.495/14									
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)									
2.167,64m²									
JUNHO DE 2024									
ART: 1720242634684									
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM IPI	VALOR (R\$) COM IPI	TOTAL (R\$) COM IPI 24,23%		
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - AF 11/2019	M2	340,49	1,33	R\$ 1,65	R\$ 561,81		
3.1	100322	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	34,05	215,00	R\$ 267,09	R\$ 9.094,41		
3.2	423188	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM, AF 10/2022	M2	340,49	68,79	R\$ 85,46	R\$ 29.098,28		
3.3	810250/01-R	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	113,66	43,73	R\$ 54,33	R\$ 6.175,16		
4		SERVIÇOS FINAIS					R\$ 282,61		
4.0	493012	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF 04/2019	M2	340,49	0,67	R\$ 0,83	R\$ 282,61		
TOTAL DO SERVIÇO COM IPI: R\$ 54.595,28								R\$ 54.595,28	
A2									
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 02 E CRUZO 01 (ENTRE TRECHO 01 E TRECHO 03)									
SERVIÇOS PRELIMINARES									
1							R\$ 352,18		
1.0	98915	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ARVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTERBAS. AF 05/2018	M2	282,87	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 243,27		
1.1	105013	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF 03/2024	M	141,44	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 108,91		
2		LOCAÇÃO DE OBRA					R\$ 30.267,32		
2.0	0117609300	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M3	238,88	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 3.466,15		
2.1	0187607200	REATERRO E APOIAMENTO MECÂNICO	M3	68,23	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 2.942,76		
2.2	0187603700A	REATERRO SEM APOIAMENTO	M3	159,21	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 3.434,16		
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M	91,00	116,10	R\$ 144,23	R\$ 13.124,93		
2.4	97956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF 12/2020	UND	2,00	1.530,43	R\$ 1.901,25	R\$ 3.802,50		
2.5	0187614100	C.L. ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UND	2,00	555,56	R\$ 650,17	R\$ 1.380,34		
2.6	97957	POÇO DE VISTA RETANGULAR PARA ESGOTO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF 12/2020	UND	1,00	1.703,68	R\$ 2.116,48	R\$ 2.116,48		
3		EXECUÇÃO DE PISOS					R\$ 36.339,37		
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF 11/2019	M2	282,87	1,33	R\$ 1,65	R\$ 466,74		
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	28,29	215,00	R\$ 267,09	R\$ 7.555,98		

12

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA							
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO							
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ							
OBJETO:							
ENDEREÇO:							
RESPONSÁVEL TÉCNICA:							
CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR							
SINAP 03/24 = 02R 09/24							
ÁREA INSTITUCIONAL I (CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR							
MARCIA CRISTINA MARIANO - ENGA CIVIL, CREA-PR 95.495/D							
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL I (CAMPING)							
2.167,64m²							
JUNHO DE 2024							
ART: 1720242E3M684							
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	TOTAL (R\$) COM BDI 20,23%
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM - AF_10/2022	M2	282,87	68,79	R\$ 85,46	R\$ 24.174,07
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m³)	M	76,23	43,73	R\$ 54,33	R\$ 4.141,58
4		SERVIÇOS FINAIS					R\$ 234,78
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA - AF_04/2019	M2	282,87	0,67	R\$ 0,83	R\$ 234,78
TOTAL DO SERVIÇO COM BDI - A3							R\$ 27.192,10
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 03 (ENTRE CRUZO 01 E TRECHO 04)							
SERVIÇOS PRELIMINARES							
1							R\$ 186,03
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS - AF_05/2018	M2	457,85	R\$ 0,60	R\$ 0,86	R\$ 135,41
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE - AF_03/2024	M	78,73	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 60,62
3		EXECUÇÃO DE PISOS					R\$ 207.706,66
3.0	101577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - AF_11/2019	M2	157,45	1,33	R\$ 1,65	R\$ 259,79
3.1	100123	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	15,75	215,00	R\$ 267,09	R\$ 4.206,67
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM - AF_10/2022	M2	157,45	68,79	R\$ 85,46	R\$ 13.455,88
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m³)	M	52,43	43,73	R\$ 54,33	R\$ 2.848,52
4		SERVIÇOS FINAIS					R\$ 130,68
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA - AF_04/2019	M2	157,45	0,67	R\$ 0,83	R\$ 130,68
TOTAL DO SERVIÇO COM BDI - A4							R\$ 31.147,37
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 04 E CRUZO 02 (ENTRE TRECHO 03 E RUA (ATYMA))							
SERVIÇOS PRELIMINARES							
1							R\$ 303,03
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS - AF_05/2018	M2	243,40	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 209,32
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE - AF_03/2024	M	121,70	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 93,71
2		DRENAGEM					R\$ 8.228,73
2.0	DER/F00300	ESCOVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M3	39,38	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 571,40

00046

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: SINDIPI 03/24 - DER 007/24

ENDEREÇO: ÁREA INSTITUCIONAL I (CAMPINGS) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR

RESPONSÁVEL TÉCNICA: MÁRCIA CRISTINA MORABIANCA - ENGR CIVIL - CREA-PR 95.495/D

OBRA: EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL I (CAMPINGS)

ÁREA: 2.167,64m²

DATA: JUNHO DE 2024

ART: 1720242634686

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM IPI	VALOR (R\$) COM IPI	TOTAL (R\$) COM IPI
2.1	DER/601200	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	11,35	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 485,21
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	26,28	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 566,00
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	15,00	R\$ 116,10	R\$ 144,23	R\$ 2.163,45
2.4	92956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020	UNO	2,00	R\$ 530,43	R\$ 1.901,25	R\$ 3.802,50
2.5	DER/601200C	C.T. ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UNO	1,00	R\$ 555,56	R\$ 650,17	R\$ 690,17
3		EXECUÇÃO DE PISOS					R\$ 32.324,37
3.0	100577A	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	243,40	R\$ 1,33	R\$ 1,65	R\$ 401,61
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	24,34	R\$ 215,00	R\$ 267,09	R\$ 6.500,97
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	243,40	R\$ 68,79	R\$ 85,46	R\$ 20.800,96
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,162m³)	M	81,37	R\$ 43,73	R\$ 54,33	R\$ 4.420,83
4		SERVIÇOS FINAIS					R\$ 202,02
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF_04/2019	M2	243,40	R\$ 0,67	R\$ 0,83	R\$ 202,02
TOTAL DO SERVIÇO COM IPI - A5							R\$ 40.808,15
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRONCO 05 E CRUZO 03 (ENTRE CRUZO 01 E CRUZO 04)							
SERVIÇOS PRELIMINARES:							R\$ 77,93
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	M2	67,11	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 53,41
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024	M	34,06	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 21,92
2		DRENAGEM					R\$ 15.296,26
2.0	DER/600300B	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 2ª CATEGORIA	M3	105,00	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 1.323,55
2.1	DER/601200	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	29,99	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 1.293,47
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	69,98	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 1.509,47
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	40,00	R\$ 116,10	R\$ 144,23	R\$ 5.769,20

12

0007

**PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ.

SINAPR 03/24 e DER 08/23

ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR

MÁRCIA CRISTINA MARIANCA - TIPO CIVIL, CREIA-PR 95.455/D

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)

ÁREA:

DATA:

ART:

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	TOTAL (R\$) COM BDI 24,23%
2.4	92956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF. 12/2020	UND	3,00	1.530,43	R\$ 1.560,25	R\$ 5.703,75
2.5	DER/CDU40	C/L ALVENARIA TUBO A.T.C DIÂMETRO DE 400MM	UND	2,00	555,56	R\$ 690,17	R\$ 1.380,34
2.6	92987	POÇO DE VISTA RETANGULAR PARA ESGOTO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS - 1X1,5 M. AF. 12/2020	UND	1,00	1.703,68	R\$ 2.116,48	R\$ 2.116,48
3		<b>EXECUÇÃO DE PISOS</b>					<b>R\$ 8.772,28</b>
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF. 11/2019	M2	62,11	1,33	R\$ 1,65	R\$ 102,48
3.1	110323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	6,21	215,00	R\$ 267,09	R\$ 1.658,63
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF. 10/2022	M2	62,11	68,79	R\$ 85,46	R\$ 5.307,92
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	31,35	43,73	R\$ 54,33	R\$ 1.703,25
4		<b>SERVIÇOS FINAIS</b>					<b>R\$ 51,25</b>
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF. 04/2019	M2	62,11	0,67	R\$ 0,83	R\$ 51,55
<b>A.6</b>		<b>TOTAL DO SERVIÇO COM BDI - A.6</b>					<b>R\$ 18.192,42</b>
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 06 E TRECHO 07, CRUZOS 05,05 E 06,1 ENTRE TRECHO 05 E RUA SEM NOME							
1		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 306,22</b>
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTERAS. AF. 05/2018	M2	751,99	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 646,71
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF. 03/2024	M	376,00	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 289,52
3		<b>EXECUÇÃO DE PISOS</b>					<b>R\$ 37.073,68</b>
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF. 11/2019	M2	751,99	1,33	R\$ 1,65	R\$ 1.240,78
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	75,20	215,00	R\$ 267,09	R\$ 20.885,17
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF. 10/2022	M2	751,99	68,79	R\$ 85,46	R\$ 64.265,07
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	210,43	43,73	R\$ 54,33	R\$ 11.432,66
4		<b>SERVIÇOS FINAIS</b>					<b>R\$ 624,15</b>
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF. 04/2019	M2	751,99	0,67	R\$ 0,83	R\$ 624,15
<b>A.6</b>		<b>TOTAL DO SERVIÇO COM BDI - A.6</b>					<b>R\$ 64.534,05</b>

*[Assinatura]*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

1720202634684

TOTAL DA MEDIÇÃO

Alto Paraiso, 24 de Junho de 2024.

**Marcia Cristina Maranca**  
Encephalitis Civil CREA-PR 95.495/D

**Quercio Jardim Junior**  
**Prefeito Municipal**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - ESTADO DO PARANÁ				
DESCRIÇÕES DAS ETAPAS				
OBRA:	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)			
LOCAL:	ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR			
ÁREA:	2.167,64m <sup>2</sup>			
ART:	1720242634684			
SEQUÊNCIA DE ETAPAS	Nº DE DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO PARA CADA ETAPA		DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
TOTAL =	180	R\$	369.722,87	
Etapa 1 - Início	30	R\$	51.925,16	Nesta etapa, serão executados os serviços preliminares de instalação da placa da obra, retirada dos postes metálicos, assentamento do poste realocado, remoção de cercas, demolição de alvenaria, corte e aterro do terreno, retirada das árvores, limpeza da camada vegetal e execução de linhas referências, além disso os serviços de drenagem, escavação, reaterro, assentamento do tubo, boca de lobo, caixa de ligação e poço de visita dos trechos 01 e 02 do projeto.
Etapa 2	30	R\$	27.574,99	Nesta etapa, serão executados os serviços de drenagem, escavação, reaterro, assentamento do tubo, boca de lobo, caixa de ligação e poço de visita dos trechos 04 e 05 do projeto.
Etapa 3	30	R\$	40.714,96	Nesta etapa, serão executados os serviços de piso, regularização e compactação do subleito e assentamento de meio fio com sarjeta em todos os trechos do projeto.
Etapa 4	30	R\$	75.132,50	Nesta etapa, serão executados os serviços do piso, base de areia e execução do pavimento em piso intertravado, dos trechos 01 e 08 do projeto.
Etapa 5	30	R\$	83.660,88	Nesta etapa, serão executados os serviços do piso, base de areia e execução do pavimento em piso intertravado, dos trechos 02, 03, 04 e 05 do projeto.
Etapa 6	30	R\$	90.714,38	Nesta etapa, serão executados os serviços do piso, base de areia e execução do pavimento em piso intertravado, dos trechos 05 e 06 do projeto, além dos serviços finais, plantio de grama no talude, nos locais indicados no projeto e a realização da limpeza final da obra.

Alto Paraíso, 24 de junho de 2024.

Márcia Cristina Maranca  
Engª Civil CREA-PR 95495/D

Dércio Jardim Junior  
Prefeito Municipal

1700



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

## PROJETO BÁSICO

**OBJETO A SER LICITADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M<sup>2</sup> PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, DRENAGEM E PLANTIO DE GRAMA, NO DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS NOS TERMOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).**

**Instituição: Município de Alto Paraíso - PR**

CNPJ : 95.640.736/0001-30  
Prefeito : Dércio Jardim Junior  
Endereço: Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900 - Centro

### **Responsável pelo Projeto:**

Engenheira: Márcia Cristina Maranca  
Endereço: Rua Meretka Neto, nº3428 -Interlagos  
CREA: PR- 95.495/D

## **1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de pavimento em piso intertravado, no Distrito de Porto Figueira localizado no Município de Alto Paraíso / PR.

1.2. O tipo de obra se enquadra como comum de engenharia, uma vez que, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, assim como os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras.

1.3. O certame seguirá na modalidade Concorrência tendo em vista a ampliação da competitividade, assegurando o tratamento isonômico e a justa competição entre os licitantes.

1.4. A presente contratação ainda não se encontra incluída no Plano de Contratações Anual, uma vez que o Plano se encontra em fase de elaboração para o exercício de 2025, contudo a pretensa contratação possui respaldo na Lei Orçamentária

1.5. O presente Projeto Básico está fundamentado na Lei nº 14.133/21.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

## DADOS DA OBRA:

**Locais das Obras:** Área Institucional 1 - Camping

**Bairro:** Distrito de Porto Figueira

**CEP:** 87.528-000

**Cidade:** Alto Paraíso - PR

**Latitude e Longitude:** 23° 31' 16" Sul, 53° 43' 35" Oeste.

**Área :** 2.167,64m<sup>2</sup>

**Valor orçado da obra:** R\$ 369.722,87

**Prazo de execução:** 06 (seis) meses, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade de executar o pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping), distrito de Porto Figueira localizado neste município, com a finalidade de facilitar o acesso dos munícipes as instalações públicas existentes: Campinho de futebol, quadra poliesportiva, parque infantil e salão de eventos, visando o aprimoramento na mobilidade das pessoas, promovendo a pratica de esportes e lazer, desse modo contribuindo significativamente para melhora na qualidade de vida dos moradores e eventuais turistas.

2.2 Considerando ainda a disponibilidade orçamentária para execução da obra; Detectamos como necessária a execução de pavimento em piso intertravado descritas acima e locadas conforme os projetos.

## 3. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços serão executados, conforme discriminados na planilha orçamentária, anexa a este Termo de Referência.

3.2. O projeto, cujo cálculo estimativo dos custos consta em planilha e cronograma em anexo, tem o valor total máximo de **R\$ 369.722,87** (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos), elaborado de acordo com parâmetros de custos das tabelas referenciais SINAPI e DER.

## 4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. O regime de execução a ser utilizado, deverá ser o de **Empreitada por preço global**.

4.2. A execução do objeto ocorrerá na Área Institucional 1 (Camping), Distrito de Porto Figueira localizado no município de Alto Paraíso /PR.

4.3. Os serviços serão executados conforme constam nas Planilhas, Memoriais e Especificações, que passam a fazer parte deste Projeto Básico de acordo com o que segue:

4.4. Não será aceita a entrega da obra sem a execução de serviços imprescindíveis ao seu bom funcionamento e apresentação. Modificações ou pequenos serviços queo bom senso e a boa técnica recomendem a execução no decorrer da obra, poderão ser discutidos e acertados entre as partes.

4.5. É sempre conveniente que seja realizada uma visita ao local da obra para tomar conhecimento da extensão dos serviços. A visita técnica não é obrigatória.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30. Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

4.6. Qualquer dúvida com relação aos projetos e/ou acabamentos deverá ser esclarecida anteriormente ao início dos serviços, em requerimento por escrito, diretamente à fiscalização da Obra.

4.7. São considerados documentos complementares à Especificação Técnica, independente da descrição:

- a) Todas as normas ABNT relativas ao objeto desse Termo de Referência
- b) - Instruções Técnicas e Catálogos de fabricantes quando aprovados pela fiscalização
- c) - As normas do Governo Estadual e das concessionárias de serviço público
- d) - Normas do CREA Estadual
- e) - Normas Municipais

**ATENÇÃO: As quantidades especificadas na Planilha orçamentária, para fins de proposta comercial, são fixas.**

4.8. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
24034	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOV	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32545	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32546	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32529	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32530	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32532	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32533	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32534	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32625	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32626	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32628	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32629	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32630	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32641	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32642	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32672	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

32673	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32675	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32676	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32677	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32688	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32689	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32697	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32698	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32700	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32701	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32702	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32713	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32714	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

## 6. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. O prazo de execução é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço e o prazo de vigência é de 12 meses, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 7.1. Qualificação Técnica

Para a qualificação técnica-profissional e técnico-operacional, deverá ser apresentado:

#### 7.1.1. Qualificação técnico-profissional:

I - Apresentação de profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes – conforme estabelecido no item 7.1.3, para fins de habilitação;

II - A comprovação de vínculo empregatício entre o profissional Responsável Técnico(RT) e a licitante se dará por uma das formas seguintes:

a) Apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;

1) Cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) - apresentando, no mínimo, a cópia da página de identificação do titular e da página do contrato de trabalho firmado com a empresa; NOTA: Para os casos de apresentação da carteira de trabalho digital na versão impressa, a mesma deve possuir data de emissão recente - sendo aceita a emissão de até 90 dias que antecedem a data da publicação do edital. O documento deve conter as informações referentes aos dados pessoais do trabalhador e ao(s) contrato(s) de trabalho firmado com a licitante. Além disso, o documento deve ser assinado pelo empregado e pelo empregador.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

2) Cópia da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) referente ao mês anterior ao da entrega da proposta, devidamente quitada e com a respectiva relação de funcionários.)

- b) Apresentação do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- c) Apresentação de Contrato de Trabalho entre a licitante e o profissional;
- d) Apresentação de declaração de contratação futura, para fins de execução do objeto do certame, do profissional detentor do atestado apresentado, assinada pelo responsável legal da licitante e pelo RT.

III - Registro ou inscrição do profissional no conselho profissional competente (CREA ou CAU).

IV - Declaração de que o profissional irá participar da obra ou serviço objeto da licitação, caso a licitante seja vencedora do certame. É permitida a substituição do profissional por outro de experiência equivalente ou superior, desde que comprovado o atendimento a todos os itens elencados no tópico 7.1.1 (qualificação técnico-profissional) e que a substituição seja aprovada pela Administração.

## 7.1.2 Qualificação técnico-operacional:

I - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA ou CAU), em nome da licitante, que demonstrem a capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do certame - conforme estabelecido no item 7.1.3;

II - Declaração de que possui pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

III - Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente (CREA ou CAU).

7.1.3 Os atestados referentes tanto à qualificação técnico-profissional (7.1.1) quanto à técnico-operacional (7.1.2), deverão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (CREA ou CAU). A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme apresentado em tabela abaixo:

### PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTDE CONTRAT.	% VALOR DO ITEM SOBRE CONTRAT.
3.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022.	M²	2.167,64	30,00%

Os atestados deverão comprovar a prestação de serviço de, cumulativamente:

- Execução de pavimento em piso intertravado de, no mínimo, **650,29 m²**.

**NOTA:** as diferentes unidades de medidas consideradas para um mesmo item visam atender às especificações comumente encontradas nas tabelas de referência de custos. A comprovação se fará mediante a apresentação de atestado(s) que atenda(m) a uma das



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro. CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

unidades elencadas, conforme apresentado na(s) CAT('s) (Certidão de Acervo Técnico). Se forem acumulados atestados que possuam unidades distintas para um mesmo serviço, a descrição do item deverá conter informações que possibilitem à Comissão realizar a conversão entre as unidades. **NÃO SERÃO ACEITOS QUAISQUER DOCUMENTOS ANEXOS À CAT.**

## 8. CONSÓRCIOS

### 8.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

#### Justificativa:

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns de engenharia civil, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes no ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, o que não torna restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexibilidade ou de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas conclui-se que a vedação de constituição ao interesse público por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

## 9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADORES

9.1. A seleção do prestador deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste Projeto Básico.

9.2. O critério de julgamento das propostas é menor preço global. O regime de execução será empreitada por preço unitário.

## 10. GARANTIAS

10.1. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

10.2. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

10.2.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

10.2.2. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

10.2.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0018

## 10.3. Garantia de execução do contrato

10.3.1. Será exigida a **garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual**, conforme regras previstas no contrato. Quando o recurso tratar de repasse ou convênio (recurso Federal ou Estadual) a garantia será a determinada no convênio.

## 10.4. Garantia adicional

10.4.1. Garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, conforme § 5º do artigo 59 da Lei 14.133/21.

## 11. OBRIGAÇÕES

### 11.1. DA LICITANTE

11.1.1. Analisar os Projetos e demais documentos técnicos publicados junto ao Edital, e solicitar dentro do prazo legal a resposta de dúvidas e questionamentos se houver.

11.1.2. Apresentar o preço para a execução dos serviços, orçados no mês da apresentação da Proposta, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução da obra objeto desta Licitação, incluindo a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais necessários, despesas tais como impostos, taxas, seguros, garantias, ART's, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro de Obras, lucro, Manual do Usuário, E.P.I.'s e quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias;

11.1.3. A Proposta Comercial deverá constar do preenchimento do Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Orçamento e Composição de BDI fornecidos no Edital.

11.1.4. Realizar mobilização, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço – OS, ficando responsável por entregar à **SMOPS (Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos)**, comunicação da disponibilização do Escritório de Obras mobiliado e equipado à Fiscalização;

11.1.5. Fornecer e instalar em posição definida de comum acordo com a Fiscalização a placa da obra conforme padrão estabelecido no Memorial Descritivo, antes do término do prazo de mobilização da obra. As correções e atualizações dos dados contidos nas placas, sempre que se fizerem necessários, correrão por conta da contratada, assim como sua manutenção até a inauguração da obra ou além, por decisão da Fiscalização.

11.1.6. Manter na obra o número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos, parcial e total, fixados no cronograma de execução da obra;

11.1.7. Fornecer e manter no Canteiro, o Relatório Diário de Obras (RDO), qual deverá constar o efetivo de pessoal alocado na Obra, os equipamentos utilizados, a descrição e quantidade dos serviços executados no dia, atas de reuniões, solicitações de serviços, documentos e providências, bem como advertências, nome dos visitantes às obras ou ainda observações relevantes de qualquer natureza;

11.1.8. As 1<sup>as</sup> vias do Relatório Diário de Obras (RDO), mencionado no item anterior, deverão



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

ser encaminhadas à SMOPS (Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos), a cada 10 dias corridos, desde o início da obra, devidamente assinados pelo Eng.º/Arquiteto da Contratada e pelos responsáveis pela Fiscalização.

11.1.8.1. A não observância do prazo estipulado acima, impedirá a tramitação das medições;

11.1.8.2. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, sequer serão analisados sem o histórico do caso devidamente documentado no RDO;

11.1.9. Fornecer todos os materiais a serem utilizados na execução das obras conforme as Normas da ABNT. Alguns destes materiais somente serão recebidos e/ou aplicados na obra mediante a apresentação de certificados de qualidade (concreto, aço, materiais cerâmicos, etc.). O não cumprimento desta instrução poderá causar a paralisação dos trabalhos de medição dos serviços, podendo até mesmo inviabilizar a medição no período;

11.1.10. Executar todos os serviços conforme especificados nos projetos, planilhas e detalhamentos constantes no edital.

11.1.11. Manter na obra, Certidão de Quitação e Registro da Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU com a relação dos seus respectivos Responsáveis técnicos e a ART/RRT de execução em nome do engenheiro (a) /arquiteto (a) que efetivamente executará a obra (atentar para que no campo "Empresa Contratada" seja preenchido conforme os dados da vencedora do certame).

11.1.12. Manter, preferencialmente, como responsável técnico pela execução da obra, profissional que tenha sido apresentado como Responsável Técnico da Empresa na Certidão de Quitação e Registro da Pessoa Jurídica;

11.1.13. Se houver a execução de serviços específicos que forem subcontratados e demandem ART/RRT, esta também deverá ser apresentada em nome do respectivo RT pelo serviço e da empresa subcontratada em que trabalha. (Exemplos: fornecimento e instalação de elevador, usina solar, etc.)

11.1.14. Fornecer a todos os operários uniformes, silcados, com identificação da empresa e equipamentos de proteção individual (EPI's), cujos custos, deverão estar incluídos na proposta ofertada.

11.1.20. Apresentar sempre que necessário e de acordo com o objeto:  
Ensaio tecnológicos

- a) ensaios de aço (tração, desbitolamento e dobramento);
- b) ensaios de concreto (resistência à compressão e dosagem);
- c) ensaios de tijolos e materiais cerâmicos;

11.1.21. Apresentar outros ensaios, que a fiscalização julgar necessário, para atestar a qualidade dos serviços e materiais utilizados, conforme determina as normas técnicas da ABNT.

11.1.22. Apresentar solicitação escrita à fiscalização da obra, quando se fizer necessário qualquer tipo de alteração nas especificações, substituição de algum material, por equivalentes ou alterações na execução, conforme projeto apresentado, além dos catálogos e ensaios técnicos emitidos por laboratórios qualificados. Entende-se por equivalentes os



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

materiais ou equipamentos que possuam mesma função, mesmas características físicas e mesmo desempenho técnico. As solicitações de equivalência deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços e não darão causa a possíveis prorrogações de prazos.

11.1.23. Responsabilizar-se pelos métodos construtivos utilizados nos serviços, assim como pelo material neles empregado e pela segurança dos empregados que estejam na execução da obra.

## 11.2. DA CONTRATANTE

11.2.1. Acompanhar a execução da obra em consonância com os projetos licitados, verificando ainda quanto a qualidade dos materiais (exigindo os testes e ensaios definidos nas Normas da ABNT, quando julgarem necessário);

11.2.2. Analisar e decidir sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução da Obra;

11.2.3. Aplicar todas as sanções cabíveis no caso de falhas por parte da contratada, de acordo com a Lei nº 14.133/21;

## 12. SUBCONTRATAÇÕES

### 13.

13.1. Será admitida a subcontratação de qualquer item da planilha orçamentária, exceto para os itens solicitados para fins de habilitação na qualificação técnica, conforme estabelecido em 7.1, por se tratar de parte essencial do serviço;

13.1.1. Toda e qualquer subcontratação de serviços deve ter a anuência, por escrito, da Fiscalização da obra. A proposição deverá ser formalizada por meio de Processo Administrativo e encaminhado à SMOPS (Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos), indicando os itens a serem subcontratados.

## 14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 15.

15.1. A execução do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por fiscais e gestores a serem nomeados por meio de Portaria, nos termos da Lei 14.133/2021, que deverão cumprir o disposto no Decreto nº 3187/2024.

## 16. DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. Os serviços serão medidos, em campo, conforme executados na obra entre os dias 1 ao último dia do mês de referência. As medições e memórias deverão ser inseridas pela Contratada até o último dia útil do mês de referência no sistema adotado pela Prefeitura.

16.2. Fica estabelecido o 10º dia útil do mês subsequente ao de referência como data limite para a solicitação da emissão de nota fiscal.

16.3. Todas as memórias de medição serão elaboradas pela Contratada, de acordo com o modelo disponibilizado pela Prefeitura, e deverão ser entregues juntamente com os documentos previstos no contrato, devidamente carimbadas e assinadas pelos Engenheiros





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

da Fiscalização e Engenheiro/Arquiteto da Contratada.

16.4. Caso a Contratada não tenha se preocupado em apurar e formatar a medição com a Fiscalização em tempo hábil, a medição e consequente pagamento só serão realizados no mês seguinte, desde que finalizado todo o processo dentro do prazo estabelecido.

16.5. Toda e qualquer medição, excetuando a primeira e a última, somente serão tramitadas normalmente se estiverem acompanhadas, sem exceção, dos documentos exigidos no contrato.

16.6. Para a última medição, juntamente com os documentos relacionados anteriormente, a Contratada deverá anexar a Comunicação de Conclusão dos Serviços e o Manual do Usuário.

16.7. Para o pagamento da última medição do Contrato, o Manual do Usuário deve estar aprovado pela **SMOPS. (Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços públicos)**

16.8. Após a Comunicação de Conclusão dos serviços à Fiscalização, a **SMOPS** e a Contratada farão uma vistoria em todos os serviços executados e materiais aplicados.

16.9. Concluída a vistoria, a **SMOPS** emitirá o Relatório de Vistoria, informando quais os serviços / materiais aceitos e quais deverão ser corrigidos.

16.10. A Contratada deverá tomar as providências necessárias para reparar os serviços ou substituir materiais, conforme orientação da **SMOPS**, sem ônus para a Prefeitura.

16.11. Concluídas as correções, a Contratada novamente comunicará a conclusão dos serviços e a fiscalização verificará a sua qualidade. Caso todos os serviços sejam aceitos e tendo a Contratada cumprido todas as outras obrigações pertinentes ao contrato, a Fiscalização emitirá o "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO" -TRP.

16.12. Decorridos 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a Contratada tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados neste período, a **SMOPS** emitirá o "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO" -TRD.

14.12. Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho com a emissão, pela Contratada, das faturas mensais (notas fiscais) correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob forma de medições e verificações a serem realizadas pela Fiscalização, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês anterior ao do pagamento, laudo técnico e autorização de Pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos. O pagamento se dará através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

14.13. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.14. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

14.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.17. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os valores unitários adotados na planilha orçamentária elaborada pela Prefeitura são considerados máximos para aquela atividade, conforme estabelecidos pelas tabelas de preços referenciais. **Para a validação da proposta da Licitante, o valor total de cada item da planilha orçamentária a ser preenchida não poderá exceder o estabelecido pela planilha orçamentária elaborada pela Prefeitura.**

17.1.1. Nos preços calculados na Planilha Orçamentária, a licitante deverá apresentar os valores unitários, globais por itens e global total, com 2 (duas) casas decimais com truncamento, ou seja, será desprezado os valores da 3ª casa decimal em diante, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.

17.2. Composição do BDI Os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização, não incorporam o cálculo de BDI, conforme orientação do Acórdão nº 2622/2013 do TCU (Tribunal de Contas da União).

17.3. De acordo com disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, a empresa (Licitante) responderá durante 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, assim em razão dos materiais, como do solo. Em relação aos equipamentos instalados, o tempo mínimo de garantia será de 01 (um) ano, ressalvando o disposto no artigo 441 do Código Civil Brasileiro.

17.4. Fica eleito o foro da Comarca de Xamburé como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Alto Paraíso/PR, 24 de junho de 2024.

**Simão Pedro Leme**

Secretário Municipal de Obras,  
planejamento urbano e serviços públicos

**Márcia Cristina Maranca**

Engenheira Civil CREA-PR 95.495/D



## **MEMORIAL DESCRITIVO DE DRENAGEM**

**Obra:** Execução de pavimento em piso intertravado

**Local:** Área Institucional 1 (Camping) Balneário de Porto Figueira – Alto Paraíso/PR

**Área a Construir:** 2.167,64m<sup>2</sup>

### **Objetivos e Localização:**

O projeto prevê a execução de pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping) no distrito de Porto Figueira localizado no município de Alto Paraíso/PR, com a finalidade de facilitar o acesso dos munícipes as instalações públicas existentes: Campinho de futebol, quadra poliesportiva, parque infantil e salão de eventos, visando o aprimoramento na mobilidade das pessoas, promovendo a prática de esportes e lazer, desse modo contribuindo significativamente para melhora na qualidade de vida dos moradores e eventuais turistas.

Este memorial tem o objetivo de descrever os serviços e materiais que compõem esta construção, prevalecendo o uso das especificações feitas por normas brasileiras correspondentes a cada tipo de tarefa ou serviço.

### **Disposições Gerais:**

O Projeto deverá ser respeitado em todas as suas determinações e as modificações que se fizerem necessárias deverão ser notificadas, por escrito, com a devida antecedência, para que a fiscalização tome conhecimento e autoriza.

A execução dos serviços deverá ser feita segundo estas especificações e os casos omissos serão resolvidos a critério da Fiscalização.

Estarão a cargo da CONTRATADA, as ligações para a obra: de luz, água e equipamentos, bem como, materiais, peças e as despesas que delas advirem.

### **Locação dos Coletores:**

De posse das plantas integrantes do Projeto da obra, deve-se inicialmente proceder à locação dos eixos dos coletores, partindo, em cada trecho, da jusante para a montante e utilizando-se um aparelho apropriado para essa finalidade.

Os serviços de referência, alinhamento e pontos característicos da obra serão assinalados no terreno, por meio de marcos adequados, que serão assentados de 20,00 em 20,00 metros e devidamente amarrados e testemunhas permanentes de modo a ficarem bem definidos e fixados.

*[Assinatura]*



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0024

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

Será distribuído igualmente, por todo o alinhamento dos coletores, referência de nível em números suficientes para permitir uma simples verificação de todas as cotas.

## **Escavação:**

Os trabalhos de escavação por meios manuais ou mecânicos, serão sempre operados de conformidade com as declividades e cotas contidas nos perfis dos respectivos coletores ou ramais.

As escavações para coletores e emissários serão feitas em taludes de 2:1, isto é, 02 vezes a profundidade para 01 vez a largura da vala. As valas para as ligações das bocas de lobo com os poços de visita e caixas de ligação, bem como, dos coletores situados na proximidade às residências, terão seus taludes na vertical e deverão ser escorados quando a profundidade ultrapassar a 2,00 metros. Essas escavações deverão permanecer abertas o tempo mais curto possível.

O sentido das escavações deverá ser adotado sempre que possível, da jusante para a montante, em cada trecho.

Cuidados especiais deverão ser tomados nas escavações em terrenos rochosos. O desmonte a fogo será feito sob orientação exclusiva da Fiscalização e de sorte a prejudicar as moradias próximas do local das obras. O comprimento das minas e sua carga serão determinados à vista das condições locais.

## **Reaterro:**

O espaço compreendido entre a base de assentamento e a cota definida pela geratriz superior do tubo, acrescida de 1,50 (uma vez e meia) o diâmetro do tubo inclusive o seu volume, deverá ser preenchido com material cuidadosamente selecionado, adensado em camadas de 20,00cm de espessura. O restante do reaterro deverá ser executado de maneira que resulte densidade aproximadamente igual à do solo das paredes da vala.

Em ambos os casos, o reaterro deverá ser realizado com solo homogêneo, isento de pedras, arbustos, troncos, etc., e o adensamento deverá ser executado por meio de soquetes manuais ou mecânicos.

## **Escoramento:**

Usar-se-á escoramento nos casos necessários, e poderá ser realizado de modo contínuo, descontínuo ou por meio de esteios.

Em qualquer tipo de escoramento deve-se evitar o uso de pregos a fim de facilitar o desmonte e a remoção do madeiramento utilizado.

10



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR0025

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

Qualquer outro tipo de escoramento poderá ser empregado quando especificado ou não, desde que previamente aprovado pela Fiscalização.

## **Nivelamento da cava:**

Pronta a abertura da cava deve-se proceder ao nivelamento da massa, o que poderá ser feito por qualquer processo um dos quais, por ser frequentemente usado, é descrito a seguir:

De posse dos diversos marcos de referência de nível e das declividades, cravam-se estacas em ambos os lados de diversas secções da cava, ligando-se por meio de travessas laterais devidamente nivelados. Isto feito, estica-se no sentido longitudinal da vala um fio metálico ou de nylon, sobre as travessas das diversas secções, o que permite com uma vara de medida, verificar a declividade nos diversos pontos do trecho considerado.

## **Carga e descarga de tubos:**

A carga e a descarga dos tubos deverão ser feitas cuidadosamente, utilizando-se cordas, evitando-se choques e sobretudo não os atirando de cima de veículos.

Os tubos deverão ser descarregados ao lado das cavas, próximo ao local do assentamento, a fim de se evitar o arrastamento de grandes distâncias.

## **Assentamento dos tubos:**

Para o assentamento deverão ser considerados os seguintes itens:

- O terreno sobre o qual o tubo será assentado deverá ser firme, apresentar resistência uniforme e, tanto quanto possível, ser constituído de material plástico;
- Nas ocasiões em que o leito da cava se apresentar com rocha, deverá preparar uma base de argila apilada, com cerca de 15,00cm de espessura, sobre a qual os tubos serão assentados;
- Se o fundo da vala for úmido e lamacento, os homens não poderão trabalhar com eficiência, os tubos deverão ser assentados em fundação firme obedecendo ao bom alinhamento e declividade rigorosa e torna-se difícil ou impossível obter-se boas juntas.
- O esgotamento da vala será então imprescindível e poderá ser feito por drenagem, por bombeamento ou pelo uso de um sistema de ponteirolas de sucção. Deve-se, em seguida, procurar consolidar o terreno com empedramento, ou ainda por meio de estacas. Sobre o empedramento deverá ser procedido como no item anterior;
- Deverão ser observadas atentamente as cotas e as declividades em cada trecho;
- Os tubos deverão ser reajustados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3

*M*



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0026

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

- O enchimento de terra se fará em ambos os lados do tubo, simultaneamente, em camadas máximas de 20,00 cm, que serão bem apiloadas. Sobre os tubos a camada de terra deverá ter uma espessura mínima de 1,00m.

## Esgotamento:

Quando a escavação atingir o lençol de água fato que poderá criar obstáculo à perfeita execução da obra dever-se-á ter o cuidado de manter o terreno permanentemente drenado, impedindo-se que a água se eleve no interior da vala, pelo menos até que o material que compõem a junta de tubulação atinja o ponto de estabilização.

O esgotamento poderá ser feito por meio de bombas, por rebaixamento do lençol freático ou por qualquer outro processo aprovado pela Fiscalização.

Quando o esgotamento for feito por meio de bombas, a água retirada deverá ser encaminhada para as galerias de águas pluviais ou valas mais próximas, por meio de calhas a fim de evitar o alagamento das superfícies vizinhas ao local de trabalho.

Quando for aconselhável, o esgotamento feito por rebaixamento do nível de água, será executado por bombeamento contínuo e será constituído por um sistema de bombas centrífugas e a vácuo, coletor geral e ponteiros colocadas quando necessário no interior dos poços de areia.

## Juntas:

Antes da execução de qualquer tipo de junta, deve ser verificado se as extremidades dos tubos estão perfeitamente limpas.

Quando se tratar de tubulação de ponte e bolsa a ponte deverá ficar perfeitamente centrada em relação à bolsa.

O material de enchimento das juntas que extravasar destas para o interior do tubo, deverá ser retirado com ferramenta apropriada.

As juntas para os tubos de concreto tipo ponte e bolsa, poderão ser de argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume.

## Caixas e bocas de lobo:

As caixas e bocas de lobo serão executadas nas dimensões determinadas no Projeto, feitas em paredes de concreto armado com  $f_{ck} = 20\text{MPa}$ , obedecendo, no seu recebimento, às prescrições da ABNT.

## Segurança e Danos

Na execução dos trabalhos, quaisquer que sejam, deverá haver plena proteção contra o risco de acidentes com relação aos próprios colaboradores da CONTRATADA e a terceiros, independentemente da transferência daquele risco a companhias ou a institutos seguradores.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

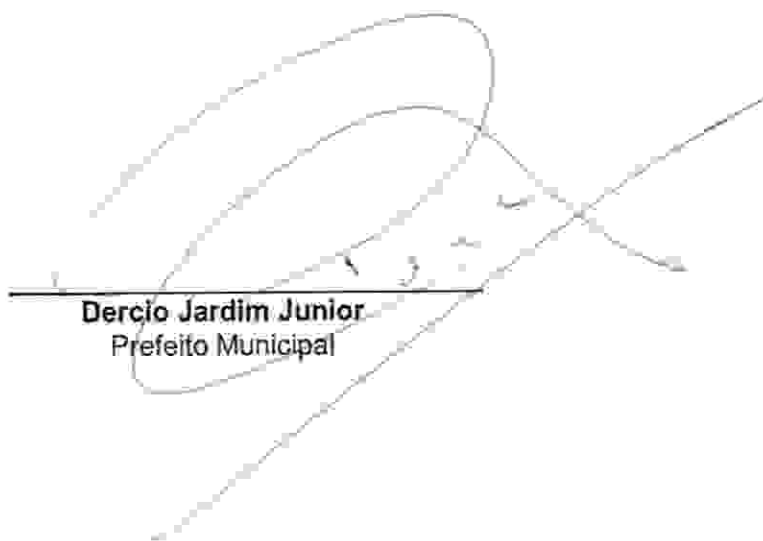
www.altoparaíso.pr.gov.br

0027

Para isto, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na Legislação Nacional, no que concerne à segurança e higiene do trabalho, bem como, obedecer a todas as boas normas, a critério da Fiscalização, apropriadas e especificadas à segurança de cada tipo de serviço.

A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano, seja de que natureza for causado ao Município, à própria obra ou a particular, a terceiros ou a propriedade de terceiros, provenientes da execução dos serviços o seu cargo ou de sua responsabilidade direta ou indireta.

Alto Paraíso /PR, 24 de junho de 2024.

  
**Marcia Cristina Maranca**  
Engenheira Civil  
CREA-PR 95.495/D  
**Dercio Jardim Junior**  
Prefeito Municipal





## **MEMORIAL DESCRITIVO**

**Obra:** Execução de pavimento em piso intertravado

**Local:** Área Institucional 1 (Camping) Balneário de Porto Figueira – Alto Paraíso/PR

**Área a Construir:** 2.167,64m<sup>2</sup>

### **Objetivos e Localização:**

O projeto prevê a execução de pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping) no distrito de Porto Figueira localizado no município de Alto Paraíso/PR, com a finalidade de facilitar o acesso dos munícipes as instalações públicas existentes: Campinho de futebol, quadra poliesportiva, parque infantil e salão de eventos, visando o aprimoramento na mobilidade das pessoas, promovendo a prática de esportes e lazer, desse modo contribuindo significativamente para melhora na qualidade de vida dos moradores e eventuais turistas.

Este memorial tem o objetivo de descrever os serviços e materiais que compõem esta construção, prevalecendo o uso das especificações feitas por normas brasileiras correspondentes a cada tipo de tarefa ou serviço.

### **Serviços preliminares:**

#### **Descrição De Serviços Gerais Mobilização / Desmobilização**

A Contratada deverá tomar todas as providências relativas à mobilização de equipamentos, imediatamente após a assinatura do contrato e correspondente emissão da Ordem de Serviço, de forma a dar início efetivo e concluir a obra dentro do prazo contratual. No final da obra, a contratada deverá desmobilizar esse equipamento.

#### **Instruções Gerais**

As normas de execução a seguir têm como objetivo garantir que as obras sejam construídas dentro da máxima fidelidade aos parâmetros e detalhes estabelecidos no projeto. A Fiscalização designada pela CONTRATANTE será o elemento ativo hábil que atuará no sentido de garantir a observância a essas normas e procedimentos.

Serão observadas as seguintes prescrições: Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas de execução e em estrita obediência aos critérios e determinações da Fiscalização; Todos os materiais aplicados deverão ser de primeira qualidade, atenderem às especificações pertinentes e serem submetidos a ensaios para efeito de liberação; Será empregada mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço;





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0029

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

Serão impugnados pela Fiscalização todos os serviços e materiais que não satisfizerem às condições contratuais, às normas de execução ou outras especificações previstas para os diversos casos; Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, imediatamente após o pedido da Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes desses serviços; As amostras de materiais aprovadas pela Fiscalização, depois de convenientemente autenticadas por esta e pela CONTRATADA, deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro da obra até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados; No presente trabalho, deverá estar perfeitamente determinado que, em todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos por marca comercial ou nome de fabricante, ficará subentendida a alternativa similar ou rigorosamente equivalente, mediante aprovação prévia da Fiscalização; Obrigar-se-á a CONTRATADA a retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela Fiscalização, dentro de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento da ordem atinente ao assunto; Será expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações ou que não se destinem à obra.

## Placas de Identificação

Serão fornecidas e afixadas pela CONTRATADA, em locais e quantidades a serem definidos pela Fiscalização, placas relativas ao empreendimento, com dimensões, dizeres e cores conforme modelo padronizado pela CONTRATANTE. No canteiro da obra, e/ou próximo a ele, só poderão ser colocadas placas da CONTRATADA e de seus eventuais subcontratados ou fornecedores, após prévio consentimento da Fiscalização.

## Sinalização da Obra

A CONTRATADA deverá observar as leis de segurança do trânsito, para a efetivação dos transportes, tais como coberturas das cargas, condições de segurança dos veículos, sinalizações adequadas dos locais de saída, velocidade admissível, etc. Caberá a CONTRATADA a execução e a manutenção de toda a sinalização viária provisória, necessária à realização dos transportes dentro de padrões de segurança normalizados pelos órgãos competentes. Não será permitido o tráfego de veículos julgados inadequados ou com os equipamentos de segurança e sinalização deficientes. Os serviços poderão ser suspensos, a critério da Fiscalização, diante de negligência ao atendimento desse item.

## Remoção e realocação de postes:

Os postes metálicos que se encontram entre os quiosques ser removidos pela CONTRATADA totalizando 6 unidades a serem removidas.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0030**

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

No entanto o poste que está situado na entrada do Camping deverá ser realocado e assentado pela CONTRATADA no local indicado pela Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos do município evitando a obstrução da execução desta obra.

## **Remoção de cerca, retirada de árvores:**

A cerca existente no entorno dos quiosques existentes e sobre o talude deverão ser removidas pela CONTRADA bem como as 4 árvores (nenhuma delas nativa) que impossibilitam a execução da obra.

## **Demolição de alvenaria existente**

As alvenarias existentes (quiosques) localizadas abaixo do talude, deverão ser demolidas pela CONTRATADA, porém, a cobertura precisará ser preservada em perfeitas condições para uma futura reutilização.

## **Preparo do terreno para execução do piso:**

O preparo do solo (limpeza e compactação) deverá ser realizado pela CONTRATADA em todos os trechos que serão posteriormente executados os pavimentos em piso intertravado, conforme o projetos. A CONTRATADA também deverá realizar a execução das linhas de referência para locação da obra.

## **Movimento de terra:**

### **Regularização do terreno:**

A regularização do terreno (corte e aterro) do talude, bem como carga, descarga e transporte deste solo deverá ser realizado pela CONTRATADA.

## **Execução de pisos:**

### **Pavimento em piso intertravado do tipo paver:**

Considerações gerais: A construção de um pavimento de blocos de concreto deverá ater-se a uma sequência lógica de atividades, de modo a racionalizar o trabalho e reduzir os custos. Apenas a boa coordenação entre as diversas etapas sucessivas permite obter um bom pavimento. A logística deve prever que os materiais destinados a sub-base, a base e a camada de areia cheguem à obra pelo lado para o qual avança a obra, e os blocos e a areia de rejuntamento cheguem pelo lado do acabamento. Para tanto a mão de obra deverá estar apta a trabalhar neste sistema. A execução do pavimento deverá respeitar a recomendação específica das normas

pl



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

0031

técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia. O tratamento do solo natural e da camada que constituirá a base será realizada de acordo com a técnica tradicional segundo as recomendações da Associação Brasileira de Cimento Portland e das regulamentações do DNIT para pavimentos para tráfego leve.

A CONTRATADA será a única responsável por qualquer necessidade de modificação das intervenções existentes nos trechos do projeto e tomar as providências legais e técnicas cabíveis perante aos órgãos públicos e concessionárias pertinentes para sua boa execução.

Aterro compactado com placa vibratória: Nos locais onde é necessário construir uma sub-base compacta, deve-se efetuar o espalhamento manualmente (pás e enxadas) e a compactação de material de 1ª categoria em camadas com no máximo 10cm de espessura, utilizando placas vibratórias. O material deverá ser extraído de empréstimos e ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes. Uma nova camada somente é colocada quanto a anterior tiver sido completamente compactada. A sua superfície deverá estar com declividade transversal entre 2% e 3% em direção a sarjeta.

Embasamento de material granular – areia: Sobre o solo compactado, será espalhada uma camada de areia conforme especificações a seguir. Etapas de Execução da Camada de Areia a) Espalhamento de camada de areia: a construção do pavimento inicia-se pela construção da camada de areia para assentamento dos blocos. A areia utilizada deve atender às normas técnicas brasileiras pertinentes, estar limpa e isento de matéria orgânica. A areia deve ser jogada seca, limpa e solta (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira para depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias. A espessura dessa camada deverá ser de 5cm. No caso da camada ser maior, haverá deformação (afundamento) e, no caso da camada ser menor, haverá quebra dos blocos. É importante que a espessura da camada de assentamento seja uniforme e constante, não devendo variar simplesmente para compensar irregularidades grosseiras no acabamento superficial da camada de base.

Pavimentação em blocos intertravados de concreto: No assentamento de pavimentos intertravados (paver), sugere-se prioritariamente utilizar a cor natural para a pavimentação dos preenchimentos. Outras cores e padronizações poderão ser utilizadas e, de qualquer modo, qualquer desenho deverá ser executado somente mediante aprovação da Prefeitura.

O paver deverá ser de concreto, prensado, com resistência mínima de 50 Mpa, com as dimensões de 20 x 10 x 8 cm. A CONTRATADA deverá apresentar laudos e documentos solicitados pela CONTRATANTE para comprovação da qualidade do material fornecido.

10



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

0032

## Especificações para assentamento:

Colocação dos blocos de concreto em fileiras: devem apresentar inclinação entre 2% e 3% (De acordo com projeto) no sentido transversal em direção ao meio-fio e à sarjeta, para escoamento de águas pluviais. Isso significa que a cada metro de pavimento construído, deve haver declividade de 2,0cm, de acordo a norma técnica NBR 9.050:2004 e às normas e leis pertinentes. A colocação dos blocos é uma das atividades mais importantes de toda a construção do pavimento, pois é responsável, em grande parte, por sua qualidade final. Dela dependerão níveis, alinhamentos do padrão de assentamento, regularidade da superfície, largura das juntas etc, que são fundamentais para o bom acabamento e a durabilidade do pavimento. Como é uma atividade manual, da qual participam muitas pessoas, é importante ter dela um controle rigoroso. O alinhamento correto dos blocos é um indicativo de sua boa qualidade (dimensões uniformes) e da atenção que se teve durante a construção do pavimento. Não existe diferença de rendimento do trabalho entre colocar os blocos cuidadosamente alinhados ou deixá-los a mercê dos desvios que o procedimento possa causar, mas o resultado final, sobretudo do ponto de vista estético, será muito diferente.

A marcação da primeira fiada é a mais importante e deve ser feita com cuidado. É dela que sai todo o alinhamento do restante do pavimento. Fios-guia devem acompanhar a frente de serviço indicando o alinhamento dos blocos tanto na largura quanto no comprimento da área. As juntas entre os blocos devem ter 3mm em média, variando entre 2,5mm e 4mm. Assentar a primeira fiada de acordo com o arranjo estabelecido para cada local segundo orientações da FISCALIZAÇÃO e atendendo aos seguintes critérios. Existe o padrão de posicionamento ou forma como são dispostos um em relação ao outro e também o padrão de alinhamento, que marca a posição relativa entre o eixo dos blocos e o da via. Quando os blocos retangulares são colocados em fileiras, estas devem ser travadas da mesma maneira que os tijolos de uma parede e ficar alinhadas transversalmente ao sentido do tráfego de pedestres. Nas interseções com curvas ou esquinas, o padrão de posicionamento deve ser "girado", de modo que as fileiras fiquem transversais ao fluxo da circulação. Esta mudança se realiza a partir do corte preciso dos blocos ou com o uso de cordão transversal de calçamento. Atentar para o fato de que no caso de fileiras, estas nunca são paralelas ao eixo da via. Para garantir a qualidade da aparência, é preciso manter controle sobre os padrões de posicionamento e alinhamento dos blocos ao longo da via. Para isto, é preciso utilizar linhas longitudinais e transversais fixadas e esticadas com estacas, varetas ou blocos, verificando-se o posicionamento a cada 5 metros de avanço. Eventuais desajustes podem ser corrigidos sem a necessidade de retirar blocos, mas apenas utilizando cuidadosamente uma cunha ou talhadeira. Como os blocos são colocados principalmente à mão, o colocador deverá usar ao máximo luvas de proteção. Ademais, o trabalho ao nível do chão é cansativo e, para evitar fadiga, terá que mudar frequentemente de posição.

*M*



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0033

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaiso.pr.gov.br

A atividade do colocador é a mais cansativa de todas. Para não sobrecarregar a sua capacidade física, é conveniente dispor de equipe nas quais cada função possa ser exercida por todos em rodízio. A equipe mínima de trabalho em cada frente será com posta por três operários: um colocador, um auxiliar para transportar e outro para carregar e distribuir. Porém, se a obra permitir, poderão ser utilizadas equipes com maior número de colocadores. Os blocos são assentados diretamente sobre a camada de areia rasada onde o bloco, pego com a mão, é encostado firmemente contra os outros já assentados e, a seguir, deslizado verticalmente para baixo até encostar na areia.

Na ordem de colocação em fileiras transversais, pode ser utilizada como guia, tanto um dos lados da via como uma linha no seu eixo. Inicialmente colocam-se uns 25 blocos até que o padrão fique definido e, a seguir, prossegue-se com um ou dois colocadores (com duas linhas cada um) e, de preferência, um na frente do outro. O desenho da colocação deve estar sempre semelhante a uma escada. No posicionamento em espinha-de-peixe, deve-se escolher para qual lado se deseja que fique sua diagonal. Visando otimizar e garantir a precisão na colocação dos blocos, deve-se colocar primeiramente todos os blocos inteiros que caibam e em um trecho, orientando-se pelas linhas. Após concluir os blocos inteiros, os blocos de ajustes devem ser cortados 2mm mais curtos que os espaços restantes a serem preenchidos. Para preencher espaços vazios menores que 1/4 da dimensão do bloco deve-se preencher o espaço utilizando-se uma argamassa de concreto bem seca traço 1:4, umedecendo todas as argamassas após finalizado o trecho. Se chover logo após a colocação dos blocos é necessário verificar o estado da camada de areia. A forma de realização desta análise consiste na retirada de alguns blocos, verificando-se sulcos coincidentes com as juntas dos blocos. Ocorrendo, será a indicação de que deverão ser retirados todos os blocos e toda a camada de areia deverá ser substituída. Na ausência de danos, deixa-se escorrer a água da chuva antes de iniciar a compactação. **ATENÇÃO:** durante a colocação e antes que os blocos sejam compactados, a circulação dos operários e dos materiais sobre as áreas não concluídas quando estritamente necessário, deverá ocorrer exclusivamente sobre proteções de madeira (tábuas ou chapas grossas). b) Compactação inicial e revisão: nas compactações será utilizado vibrocompactador comum com baixa potência, evitando a quebra dos blocos. Na compactação inicial deve-se passar a vibrocompactadora pelo menos duas vezes e em direções opostas, primeiro totalmente num sentido e logo depois no sentido contrário. Deve haver uma sobreposição dos percursos em 20 cm para evitar a formação de degraus. A compactação deve prosseguir até um metro antes de alcançar a extremidade final do trecho interrompido, exceto se este estiver confinado com meio-fio ou guia concretada. Esta faixa final de um metro sem confinamento deve ser compactada com o trecho seguinte. Após a compactação inicial, retirar com auxílio de duas colheres de pedreiro os blocos quebrados e substituí-los por novos.

Selagem das juntas com areia fina e compactação final: o rejuntamento com areia fina diminui a permeabilidade do piso de água e garante o funcionamento mecânico do pavimento. Por isso é

pl





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

0034

preciso utilizar materiais e mão-de-obra de boa qualidade na selagem e compactação final. Com rejunte mal feito os blocos ficam soltos, o piso perde travamento e se deteriora rapidamente. No rejuntamento deve-se utilizar areia fina com grãos menores que 2,5mm, do tipo utilizado para reboco de paredes, devendo estar totalmente seca sem conter cimento ou cal. Para tanto a areia deve ser passada por peneira com malha 2,5mm para retirar corpos estranhos e soltar a areia para que seque mais facilmente. Deve-se evitar o contato da areia com o solo a qualquer custo e remexê-la com frequência. Normalmente utiliza-se em torno de 3,5 litros de areia por metro quadrado de pavimento, ou seja, 1 m³ serve para selar 285 m² de pavimento. A areia é posta sobre os blocos em camadas finas para evitar que sejam totalmente cobertos e espalhada com uma vassoura até preencher completamente as juntas. Com número maior de operários pode-se alternar a varrição com a primeira compactação. Deve-se evitar que a areia grude na superfície dos blocos e nem forme protuberâncias que afundem excessivamente os blocos na passagem da vibrocompactadora. Realizar no mínimo uma verificação após a primeira compactação com o intuito de atestar o preenchimento total das juntas. No caso da observância de vazios, deve ser realizado novo espalhamento de areia e, feito isto, será realizada a compactação final com a placa vibratória visando preencher os vazios restantes. Deverão ser feitas, pelo menos, quatro passadas, em diversas direções, com a placa vibrocompactadora e sobrepondo parcialmente os percursos sucessivos. Esta operação deve ser repetida até o preenchimento total dos vazios e o serviço será dado como concluído pela FISCALIZAÇÃO somente após o preenchimento total das juntas. d) Abertura ao público: encerrada esta operação o pavimento pode ser aberto ao trânsito de pedestres e veículos. Se for possível, com a previsão de ausência de chuvas e sob aprovação da FISCALIZAÇÃO, um pequeno excesso da areia para rejunte pode ser deixado sobre o pavimento por até duas semanas, de modo que a própria circulação de pedestres e o tráfego de veículos contribua para completar o selado das juntas. Antes da abertura ao tráfego verificar se a superfície do pavimento está nivelada, se atende aos caimentos para drenagem, se todos os ajustes e acabamentos foram feitos adequadamente ou se há algum bloco que deva ser substituído. A superfície do pavimento intertravado deve resultar desempenada, não devendo apresentar desnível maior do que 1 cm, medido com uma régua de 3 m de comprimento apoiada sobre a superfície.

## Serviços finais:

### Plantio de Grama

As placas ou rolos de grama deverão estar em perfeito estado fitossanitário, sem apresentar sintomas de doenças, deficiências nutricionais ou partes danificadas, e sem a presença de ervas daninhas e/ou propágulos que possam vir a infestar as áreas do jardim. Para o manuseio as placas ou rolos deverão ser devidamente transportados para evitar danos as suas partes. O

11



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30, Fone / Fax (44) 3664-1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

0035

gramado deverá ser executado o mais brevemente possível a partir de sua chegada à obra. A grama deverá ser a última espécie a ser implantada no jardim. O terreno a ser gramado deverá ser nivelado deixando uma profundidade de 3 a 5 cm abaixo do nível final para garantir a homogeneidade no plantio. Todos os buracos deverão ser corrigidos antes da colocação das placas. A terra deverá ser levemente umedecida antes da colocação das placas. Após o plantio o gramado deverá ser "batido" para favorecer uma melhor fixação e deverá receber uma camada de 5 kg por m<sup>2</sup> de substrato de cobertura que ajudará a corrigir eventuais diferenças de níveis. O gramado recém implantado deverá receber regas diárias abundantes durante a obra. Irrigação: O sistema de irrigação deverá atender todos os canteiros, sendo uniformemente a utilização de água para os mesmos.

## **Limpeza da obra:**

Será realizada a limpeza da obra pela CONTRATADA que deverá entregar a obra completamente limpa, sem respingos concreto, livre de entulhos e quaisquer componentes de sobra de materiais.

Alto Paraíso /PR, 24 de junho de 2024.

---

**Marcia Cristina Maranca**  
Engenheira Civil  
CREA-PR 95.495/D

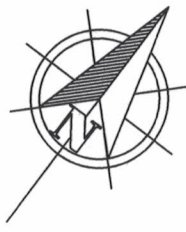
  

---

**Dercio Jardim Junior**  
Prefeito Municipal

# TO PARAÍSO

## L 1 - CAMPING



### QUADRO DE LEGENDAS:

REDE EXISTENTE	
BSTC 0,40	
BOCA DE LOBO	
CAIXA DE LIGAÇÃO	
POÇO DE VISITA	

### QUADRO DE QUANTIDADES:

BSTC d=0,40m	168,00 m
BOCA DE LOBO	09 und
CAIXA DE LIGAÇÃO	06 und
POÇO DE VISITA	02 und

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO  
**PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**  
**PLANTA GEOMÉTRICA**

PROPRIETÁRIO:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:  
ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)  
PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO  
*Marcia Cristina Maranca*  
MARCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL/CREA-PR 95.495/0

PROPRIETÁRIO  
*Dercio Jardim Junior*  
DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

01/03

ESCALA  
INDICADA  
DATA  
JUNHO / 2024



TABELA DE ARMADURAS				
N	Ø	Q	COMP.	
			UNIT.	TOTAL
1	6.4 ou 6.0	44	1.77	77.88
2	6.4 ou 6.0	24	0.78	18.72
3	6.4 ou 6.0	16	1.48	23.68

RESUMO - ACO CA 50B ou CA 60B			
Ø	COMPR. TOTAL	PESO P/m	TOTAL
6.4	120.20	0.250	30.05kg
6.0	120.20	0.222	26.66kg

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO  
PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS  
DETALHES

PROPRIETÁRIO:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:  
ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING)  
PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO  
  
MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO  
  
DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

02/03

ESCALA  
INDICADA

DATA  
JUNHO / 2024

DESENHO

000038

ELEMENTOS	QUANT.
ALVENARIA DE TIJOLOS	1.30m3
CONCRETO ESTRUTURAL	0.366m3
ENCHIMENTO DE CONCRETO	0.038m3
CONCRETO MAGRO	0.094m3
FORMAS	2.20m2
REVESTIMENTO C/ARGAMASSA	4.40m2

NOTAS:

- \_SOLO PREVIAMENTE APILOADO PARA ASSENTAMENTO DÓ CONCRETO MAGRO -TRACO 1:3:6  
 \_ALVENARIA DE TIJOLOS MACICOS, ASSENTADOS COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA - TRACO 1:3  
 \_REVESTIMENTO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA - TRACO 1:3  
 \_CONCRETO ADOTADO  $f_{ck}=150 \text{ kgf/cm}^2$   
 \_RECOBRIMENTO DE TODAS AS ARMADURAS EM CONTATO COM O SOLO = 3.00cm

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

## CONTEÚDO

## PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

**PROPRIETÁRIO:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

**LOCAL:**

ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

**RESP. TÉCNICO**

MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

**PROPRIETÁRIO**

**DERCIO JARDIM JUNIOR**  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

03/03

## ESCALA

INDICADA

DATA

**JUNHO / 2024**

000039

# TO PARAÍSO

## - 1 - CAMPING



TRECHO 03

TRECHO 04

CRUZO 02

RUA JATOBÁ

PRAÇA  
IPÊ

07

RUA SEM NOME

CRUZO 06

### LEGENDA

	Grama a executar.....	295,28m <sup>2</sup>
	Pavimento em piso ..... intertravado a executar	2.167,64m <sup>2</sup>
	Melo-fio / Sarjeta.....	684,00m

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO

PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:

ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO

MARCIA CRISTINA MARCANHA  
ENGENHEIRA CIVIL - CREIA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO

DÉRCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

01/09

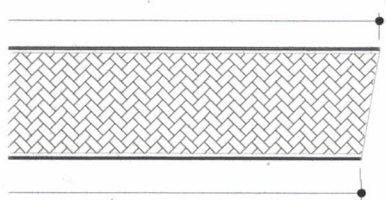
ESCALA

INDICADA

DATA

JUNHO/2024

# TO PARAÍSO

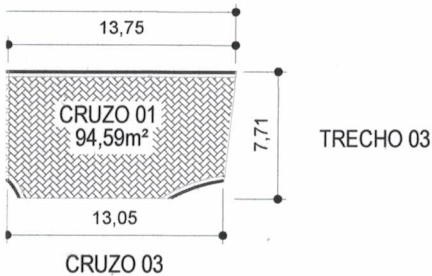


TRECHO 02

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		<div>FOLHA <b>03/09</b></div>
<b>CONTEÚDO</b>		
<b>PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO</b>		
<b>PROPRIETÁRIO:</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		
<b>LOCAL:</b> ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING) PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR		<div>ESCALA INDICADA</div> <div>DATA <b>JUNHO/ 2024</b></div>
<b>RESP. TÉCNICO</b>  <b>MÁRCIA CRISTINA MARANCA</b> ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D	<b>PROPRIETÁRIO</b>  <b>DERCIO JARDIM JUNIOR</b> PREFEITO MUNICIPAL	



# O PARAÍSO



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		<div>FOLHA</div> <div>04/09</div>
<b>CONTEÚDO</b>		
<b>PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO</b>		
<b>PROPRIETÁRIO:</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		
<b>LOCAL:</b> ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING) PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR		<div>ESCALA</div> <div>INDICADA</div> <div>DATA</div> <div>JUNHO/ 2024</div>
<b>RESP. TÉCNICO</b>  MÁRCIA CRISTINA MARANCA ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D	<b>PROPRIETÁRIO</b>  DERCIO JARDIM JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL	

# O PARAÍSO



TRECHO 04

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO

**PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO**

PROPRIETÁRIO:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

LOCAL:

ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO

  
MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO

  
DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

**05/09**

ESCALA

INDICADA

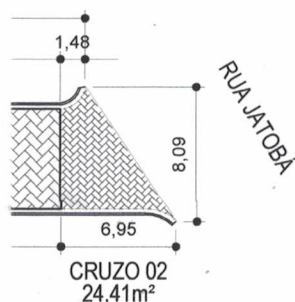
DATA

JUNHO/ 2024



# O PARAÍSO

000043



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO

PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:

ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO

MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO

DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

06/09

ESCALA



INDICADA

DATA

JUNHO/ 2024

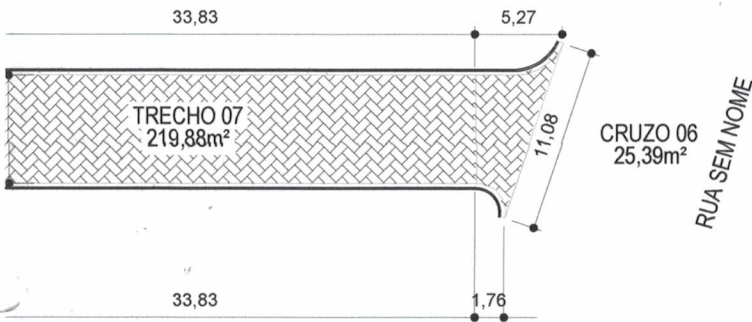
# O PARAÍSO

CRUZO 04

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		<div>FOLHA <b>07/09</b></div>
<b>CONTEÚDO</b> <b>PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO</b>		
<b>PROPRIETÁRIO:</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO</b>		<div>ESCALA INDICADA</div>
<b>LOCAL:</b> ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING) PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR		<div>DATA <b>JUNHO/ 2024</b></div>
<b>RESP. TÉCNICO</b>  <b>MÁRCIA CRISTINA MARANCA</b> ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D	<b>PROPRIETÁRIO</b>  <b>DERCIO JARDIM JUNIOR</b> PREFEITO MUNICIPAL	

# O PARAÍSO

0045



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO

PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:

ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO

MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO

DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

08/09

ESCALA

INDICADA

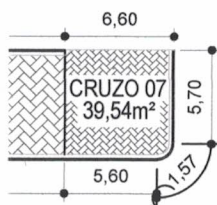
DATA

JUNHO/ 2024

# O PARAÍSO

00046

TRECHO 01



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTEÚDO

PROJETO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

LOCAL:

ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)

PORTO FIGUEIRA, ALTO PARAÍSO - PR

RESP. TÉCNICO

MÁRCIA CRISTINA MARANCA  
ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 95.495/D

PROPRIETÁRIO

DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

FOLHA

09/09

ESCALA

INDICADA

DATA

JUNHO/ 2024



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

1-0047

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1 INTRODUÇÃO E OBJETO

O presente objeto caracteriza a contratação de empresa para execução de pavimento em piso intertravado no Distrito de Porto Figueira localizado no Município de Alto Paraíso-PR.

Trata-se de estudo técnico preliminar, visando a contratação de empresa de serviços de engenharia para execução de pavimento em piso intertravado (conforme os projetos) no seguinte local:

Área Institucional 1 – CAMPING

Pertencente a este Município, localizada no Distrito de Porto Figueira.

### 2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE / JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de executar o pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping), distrito de Porto Figueira localizado neste município, com a finalidade de facilitar o acesso dos munícipes as instalações públicas existentes: Campinho de futebol, quadra poliesportiva, parque infantil e salão de eventos, visando o aprimoramento na mobilidade das pessoas, promovendo a prática de esportes e lazer, desse modo contribuindo significativamente para melhora na qualidade de vida dos moradores e eventuais turistas.

Considerando ainda a disponibilidade orçamentária para execução da obra;

Detectamos como necessária a execução do pavimento em piso intertravado descrita acima e locada conforme os projetos.

### 3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

Os requisitos da contratação serão definidos no Termo de Referência e deverão estar em consonância com o que dispõe a legislação vigente.

### 4 SECRETARIA REQUISITANTE, GESTOR(A) E FISCAIS DO CONTRATO

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.

O Contrato será gerido na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, através do titular da Pasta, o Sr. Simão Pedro Leme ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR - 0048**

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

A fiscalização do Contrato será realizada pelos seguintes servidores públicos:

Fiscal Técnico: Márcia Cristina Marança CREA-PR 95.495/D;

Fiscal Administrativo: Eudinete da Silva Pedrosa;

Gestor da pasta: Simão Pedro Leme.

A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa gestão e fiscalização sobre os serviços objeto do Contrato.

## **5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO E DETALHAMENTO DOS ITENS**

A relação das quantidades de cada item advém do levantamento realizado pelo Setor de Engenharia, em conformidade aos projetos anexos dos trechos a serem executados o pavimento em piso intertravado.

A especificação dos produtos e serviços foram elaboradas de modo a adquirir produtos/serviços de boa qualidade, evitando com isso prejuízos futuros causados pela perda ou não utilização dos mesmos.

Os valores atribuídos aos produtos/serviços são estimados e aproximam-se aos praticados no mercado atual por fornecedores idôneos e para mercadorias de boa qualidade.

Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas para cada item.

A descrição dos itens, apresentação, quantidades e valores máximos unitários, estão relacionados e descritos detalhadamente na Planilha Orçamentária.

Os produtos deverão ser adquiridos por meio de uma nova contratação, no qual o processo licitatório resultará em um Contrato firmado entre o Município de Alto Paraíso/PR e a empresa contratada.

## **6 LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A estimativa de preços da contratação está compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do DER – Departamento de Estradas e Rodagem, que é uma tabela utilizadas para obras de infraestrutura, mantida e disponibilizada na internet pelo governo estadual, além dos preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela muito utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado na Internet pela Caixa Econômica Federal.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0049

## 7 ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO E PRAZO

O valor máximo estimado para a contratação do objeto do Edital é de R\$ 369.722,87 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos), pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

## 8 DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Acerca da divulgação do orçamento da futura licitação, informamos a existência de entendimento jurisprudencial emanado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, através do Acórdão nº 4624/2017/Tribunal Pleno-TCE/PR, que define como obrigação de toda Administração Municipal a divulgação dos orçamentos estimados da contratação. Desta forma, não é possível e nem viável, pelo menos no Estado em que o Município se encontra, ocultar os valores do orçamento no Edital, conforme legislação vigente.

## 9 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Como solução mercadológica que venha a atender as demandas e necessidades do Município com o atendimento das demandas das unidades públicas com o fornecimento dos produtos/serviços, não se vislumbra outra mais viável para esta licitação, que não seja a contratação de empresa especializada para execução de pavimento em piso intertravado o qual vem se mostrando a mais viável economicamente ao Município. Dessa forma, poder-se-á abrir o processo licitatório para contratação de empresa especializada, por meio de Contrato.

Pretende-se alcançar ainda, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração, revertendo-se em economicidade.

## 10 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0750

comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra. Assim, para execução de obras e reformas, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## 11 RESULTADOS PRETENDIDOS

Executar o pavimento em piso intertravado na Área Institucional 1 (Camping) para oferecer aos munícipes fluidez na mobilidade e proporcionar a prática de atividades físicas, lazer e interação da população.

Sendo que a atual gestão tem como prioridade o bem estar social e com isso garantir a população em geral o apoio institucional, quanto ao direito de ir e vir, essa licitação promoverá qualidade de vida aos moradores e turistas.

## 12 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Considerando que a presente licitação demanda de conhecimento técnico sobre os serviços contratados, por parte do Município, e que o mesmo possui Engenheiro Civil, a contratação deste serviço, deverá a fiscalização contratual observar as disposições da legislação vigente para a correta contratação.

## 13 ANÁLISE DE SOLUÇÕES

A execução do pavimento em piso intertravado, se dará de conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

Já tendo sido aqui demonstrado que a melhor forma de execução dos serviços é a indireta, através de concorrência eletrônica.

Para a presente demanda, as soluções são:

- a) A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de obras de



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR - 0151

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

engenharia;

b) Conferência dos serviços ofertados com o acompanhamento e fiscalização dos mesmos no momento do recebimento na Secretaria Solicitante;

c) Exigência de realização de novo serviço, caso os serviços realizados não estejam de acordo com a proposta vencedora;

d) Coordenação para melhor desempenho e efetividade da contratação dos serviços;

e) Notificação e abertura de Processo Administrativo – PAD, caso a empresa contratada não cumpra fielmente com suas propostas.

## 14 SOLUÇÃO VIÁVEL

A solução mais viável se demonstra na Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para execução do pavimento em piso intertravado, a ser realizado nos locais indicados, seguindo do acompanhamento e fiscalização dos serviços ofertados de acordo com as especificações de cada serviço na proposta vencedora e de acordo com as necessidades e demandas da secretaria solicitante.

Ademais, pretende-se com a contratação, obter um mecanismo ágil e seguro para realização dos serviços ora pleiteados, sem comprometimento da execução orçamentária.

## 15 CUSTO DA SOLUÇÃO VIÁVEL

O custo da presente solução viável fica exposto as despesas de contratação dos serviços, de manutenção das atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Administração juntamente com a Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, com servidores administrativos para formalização da fase preparatória e planejamento da licitação, consumo de energia elétrica/equipamentos de informática e afins. Além disso, os servidores da administração municipal em si, sejam contadores, procuradores, pregoeiro e demais envolvidos no processo licitatório teriam sua porcentagem de participação no gasto de operacionalização do processo, inclusive quanto aos equipamentos e custos diretos com a publicação do certame conforme definidos pela legislação vigente.

## 16 IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0052

melhorias ao meio ambiente. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na legislação vigente.

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de

Resíduos;

f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

A legislação vigente determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida caracteriza-se como aquisição de Mão de Obra e outros serviços de terceiros pessoa jurídica e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 0053

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000  
GNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320  
[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

Diante disso, na execução dos serviços deverá a contratante e a contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra e benfeitorias.

## 17 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o Estudo Técnico Preliminar é possível concluir e declarar a viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de obras de engenharia, uma vez que se demonstra viável econômica e tecnicamente, além de necessária e adequada ao fim que se destina.

## 18 APROVAÇÃO E ASSINATURA

Diante de todo o exposto, a equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Alto Paraíso/PR, 24 de junho de 2024.

**ANDRIELLY LETICIA MACHADO LISBOA**  
Coordenadora do Departamento de Obras  
Planejamento Urbano e Serviços Públicos

GESTOR DA PASTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS. Pelo presente, aprovo o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e solicito a abertura do processo de licitação.

**SIMÃO PEDRO LEME**  
Secretário Municipal de Obras, Planejamento  
Urbano e Serviços Públicos



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0754

## MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M<sup>2</sup> PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, DRENAGEM E PLANTIO DE GRAMA, NO DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS NOS TERMOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

### Introdução

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

### Definição de Impactos

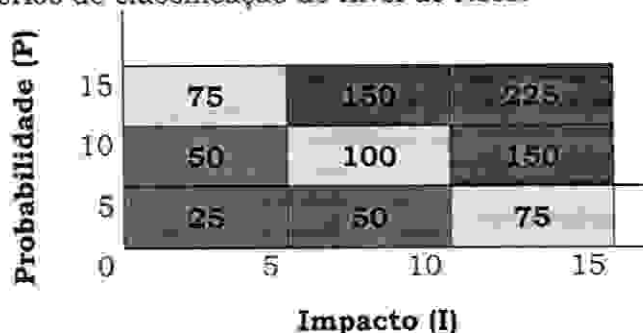
A análise qualitativa dos riscos será realizada por meio de classificação escalar da probabilidade e do impacto gerado, com base na tabela de referência a seguir:

Classificação:	Valor:
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Para fins de classificação, considera-se:

- Baixo: Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.
- Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo na qualidade de seu resultado.
- Alto: Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade X Impacto, instrumento de apoio à definição dos critérios de classificação do nível de risco:







# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

11 0055

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

## Identificação e Análise dos Principais Riscos

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento:

Id	Risco	Relacionado ao (ã):	P:	I:	Nível de Risco (P x I):
1	Inconsistência de Projeto Frente a Situação "in loco"	Planejamento da contratação	5	15	75
2	Adversidades Climáticas	Gestão contratual	10	10	100
3	Vícios Ocultos, Solo Ruim, Descoberta de Nascente D'Água	Gestão contratual	5	10	50
4	Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa.	Gestão contratual	10	15	150
5	Suspensão da prestação de serviços por causa de encerramento das atividades da contratada.	Gestão contratual	5	15	75
6	Não observância do término da vigência do contrato.	Gestão contratual	5	15	75

## Avaliação e Tratamento dos Riscos Identificados:

<b>Risco 01</b>	Inconsistência de Projeto Frente a Situação "in loco"	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
<b>Impacto:</b>	Alto	
<b>Dano 1:</b>	Aumento do serviço licitado.	
<b>Dano 2:</b>	Aumento do prazo do cronograma.	
<b>Dano 3:</b>	Aumento do valor total da obra.	
<b>Tratamento:</b>	Mitigar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Melhora na análise crítica e concepção de projeto e planilha.	Equipe de planejamento da contratação
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Aditamento de serviços e/ou quantitativos.	Gestão contratual
02	Análise preliminar de serviços a serem executados.	Fiscalização
03	Execução por meio da contratante.	Equipe de execução
04	Nova licitação.	Equipe de planejamento da contratação



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0056

<b>Risco 02</b>	Adversidades Climáticas	
<b>Probabilidade:</b>	Média	
<b>Impacto:</b>	Médio	
<b>Dano 1:</b>	Atraso no cronograma de obra, podendo levar até a perda de serviços.	
<b>Tratamento:</b>	Mitigar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Não emitir ordem de serviço em estações chuvosas	Gestão contratual, Fiscalização e Secretariado.
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Paralisação da obra.	Gestão contratual

<b>Risco 03</b>	Vícios Ocultos, Solo Ruim, Descoberta de Nascente D'Água	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
<b>Impacto:</b>	Médio	
<b>Dano 1:</b>	Avaliação e reprogramação de obra	
<b>Tratamento:</b>	Mitigar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Não possui.	-
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Aditamento de serviços e/ou quantitativos.	Gestão contratual
02	Execução por meio da contratante.	Equipe de execução
03	Paralisação da obra.	Gestão contratual

<b>Risco 04</b>	Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa.	
<b>Probabilidade:</b>	Média	
<b>Impacto:</b>	Alto	
<b>Dano 1:</b>	Atraso na resolução dos problemas.	
<b>Tratamento:</b>	Eliminar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Evidenciar no Projeto Básico a necessidade de profissionais qualificados.	Equipe de planejamento da contratação
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Remanejamento de profissionais desqualificados em prazo determinado pela contratante.	Fiscalização

12

*[Handwritten signatures]*



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0057

<b>Risco 05</b>	Suspensão da prestação de serviços por causa de encerramento das atividades da contratada.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
<b>Impacto:</b>	Alto	
<b>Dano 1:</b>	Risco de a Administração ficar sem a prestação dos serviços.	
<b>Tratamento:</b>	Mitigar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Evidenciar no Edital as multas decorrentes e a respectiva abertura de processo administrativo.	Setor de Compras
02	Evidenciar no Edital a necessidade a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis por parte dos licitantes	Setor de Compras
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Solicitar periodicamente que a contratada apresente balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis por parte dos licitantes durante a execução do contrato.	Gestão administrativa
02	Acompanhar mensalmente a situação fiscal da contratada por meio da verificação das certidões obrigatórias.	Gestão administrativa
03	Ação de notificações cabíveis e abertura de processo administrativa se cabível.	Fiscalização e Gestão contratual

<b>Risco 06</b>	Não observância do término da vigência do contrato.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
<b>Impacto:</b>	Alto	
<b>Dano 1:</b>	Risco de a Administração ficar sem a prestação dos serviços.	
<b>Tratamento:</b>	Mitigar	
<b>ID:</b>	<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Acompanhar a execução do contrato.	Gestão contratual
02	Atentar-se com antecedência para a data de encerramento da vigência do contrato.	Gestão contratual
<b>ID:</b>	<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável:</b>
01	Comunicar a necessidade de nova licitação quando não forem mais possíveis os aditivos de tempo de contrato.	Gestão contratual



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

1.0058

## Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos:

O relatório contendo registros e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos, que poderá conter eventos relevantes relacionados ao gerenciamento de riscos, deverá ser elaborado, oportunamente, pelo servidor ou equipe responsável pelo planejamento da contratação ou gestão do respectivo contrato, conforme o caso, e conterá, minimamente, os dados relacionados abaixo:

Data:	Id. Risco:	Id. Ação:	Registro e acompanhamento das ações de tratamento de riscos:

Alto Paraíso / PR, 24 de junho de 2024.

**Simão Pedro Leme**

Secretário Municipal de Obras, Planejamento  
Urbano e Serviços Públicos

**Márcia Cristina Maranca**  
Engenheira Civil CREA-PR 95.495/D

**Andrielly Leticia Machado Lisboa**  
Coordenadora do Departamento de Obras,  
Planejamento Urbano e Serviços Públicos



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

- - 0059

## TERMO DE REFERÊNCIA

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para execução de pavimento em piso intertravado no Distrito de Porto Figueira localizado no município de Alto Paraíso-PR, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos nos termos da planilha orçamentária, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O Município ainda não elaborou seu Plano de Contratações Anual.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

Deverão ser adotadas como boas práticas na prestação dos serviços:

Cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais;

Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

#### Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### Garantia da contratação

Será exigido garantia de 5% do valor total da contratação, conforme termos dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Quando o recurso tratar de repasse ou convênio (recurso Federal ou Estadual) a garantia será a determinada no convênio.

#### Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0060

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

1.1.1. A empresa interessada na vistoria deverá agendar com antecedência pelo tel. (44) 3664 - 1320.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## Obrigações do contratante

Vistoriar os serviços executados, embargar e rejeitar os materiais e serviços que não estejam de acordo com a qualidade exigida pelo projeto, pelas Normas Brasileiras, pelas posturas municipais e exigências das concessionárias locais de serviços públicos.

Notificar a licitante vencedora, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições, ou o descumprimento de normas aqui fixadas, durante a realização dos serviços, estabelecendo prazo para sua correção.

Aplicar as penalidades previstas em Contrato, quando os serviços forem realizados em desacordo das condições estabelecidas nele ou em legislação vigente.

Emitir laudos técnicos para a liberação dos pagamentos.

Efetuar os pagamentos conforme previsto no item "Critérios de medição e pagamento".

## Obrigações da contratada

Apresentar documento de responsabilidade técnica quitado, emitido pelo Conselho Profissional, referente à atividade técnica de execução do serviço, no ato da assinatura do Contrato.

Iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias corridos após a ORDEM DE SERVIÇO emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

Seguir o projeto elaborado, de acordo com as especificidades de cada unidade, e disponibilizado pelo Setor de Engenharia, para a execução do pavimento em piso intertravado.

Não executar os serviços com tempo chuvoso ou que comprometa a qualidade dos mesmos.

Comunicar à Prefeitura de Alto Paraíso/Setor de Engenharia, imediatamente, qualquer situação que implique em aumento dos custos dos serviços, assumindo integralmente tal aumento caso sejam executados serviços não previstos sem autorização.

É obrigatório que a Contratada disponibilize/Informe telefone celular para contato constantemente, a fim de que o Setor de Engenharia possa exercer a fiscalização.

Comunicar à Prefeitura Municipal, através do Setor de Engenharia, com antecedência mínima de 2 horas, o início da prestação do serviço, para acompanhamento e fiscalização.

Participar à fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar o andamento dos serviços autorizados.

Prestar os serviços objeto da licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades sobre os mesmos; e demais condições estipuladas em edital.

Executar os serviços contratados conforme a melhor técnica e de acordo com planilha, cronograma, qualidade e garantia, conforme edital e as leis vigentes.

Assegurar a proteção e a conservação dos serviços prestados, além da segurança no trânsito de pedestres e veículos, mantendo cavaletes de sinalização nos locais de execução dos serviços.

Transportar todo o material e equipamentos utilizados.

Disponibilizar todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços, objetivando atender à qualidade e especificações técnicas.

Todo material utilizado (inclusive equipamentos) deve ser de 1ª qualidade, podendo a Prefeitura recusar a utilização do mesmo.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0061

Corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou aqueles que não forem aprovados pela fiscalização da Prefeitura, sem qualquer ônus para a Contratante.

Utilizar somente mão de obra de excelente qualidade e especializada nos serviços.

Manter, à frente dos serviços, funcionários capacitados para representá-la e resolver todos os problemas e encaminhamentos necessários à execução dos mesmos.

Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como pela garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto deste Contrato.

Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da Contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante.

Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados a terceiros, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade.

Obedecer integralmente às normas de segurança de trabalho vigentes no país.

Fornecer aos seus funcionários EPI's, e exigir dos mesmos o seu uso constante.

Remover por sua conta, após término dos serviços, os entulhos e/ou restos de materiais e limpeza geral do local dos serviços.

Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e o exercício da fiscalização sobre o Contrato.

Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

Respeitar e fazer respeitar sob as penas legais, a legislação e posturas municipais.

Emitir notas fiscais de acordo com determinação da Prefeitura de Alto Paraíso/Setor de Engenharia.

Indicar em nota fiscal, quando de sua emissão, o número do Contrato administrativo, do processo e da modalidade licitatória.

Apresentar à Prefeitura de Alto Paraíso/Setor de Engenharia as Composições de Custos Unitários dos serviços, bem como o Demonstrativo de Encargos Sociais, quando for solicitado.

Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

1.1.2. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

1.1.3. A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos I e II da Instrução Normativa RFB Nº 1234 de 11 de janeiro de 2012.

1.1.4. A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

11.0062

corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/2018.

1.1.5. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

## MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1.6. Prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para início da prestação dos serviços, a partir de cada ORDEM DE SERVIÇO, que determinará a quantidade a ser executada na etapa, o local de prestação do serviço e o prazo máximo para sua conclusão.

1.1.7. Os serviços deverão ser prestados conforme as determinações do Memorial Descritivo.

### Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão executados nos locais indicados no projeto.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 07:00 horas às 17:00 horas. Qualquer alteração nesse horário deverá ser comunicada ao Contratante.

### Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Por se tratar de serviço de engenharia, os serviços terão a garantia pela contratada de reparos, em caso de defeitos apresentados ou encontrados, por um período de 05 (cinco) anos após entrega definitiva.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

Após a finalização dos serviços será emitido Termo de Conclusão dos Serviços.

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0063

## Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3187/2024);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto nº 3187/2024);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3187/2024);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3187/2024);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3187/2024);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3187/2024);

A fiscalização técnica do contrato ficará a cargo da Engenheira Civil Márcia Cristina Maranca CREA-PR 95495/D, que exercerá a mais ampla e completa vistoria dos serviços, para liberação de pagamento, cabendo embargar e rejeitar os materiais e serviços que não estejam de acordo com a qualidade exigida pelo projeto, pelas Normas Brasileiras, pelas posturas municipais e exigências da concessionária local de serviços públicos.

## Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3187/2024).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3187/2024).

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de servidor designado pela Prefeitura mediante Portaria, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e o qual de tudo dará ciência ao contratado, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021

## Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos,



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87628-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0064

e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3187/2024).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

A gestão do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Públicos, Sr. Simão Pedro Lemê.

## CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

1.1.8. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1.1.8.1. Não produzir os resultados acordados,

1.1.8.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.1.8.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1.1.9. *Atendimento de todas as obrigações contratuais por parte do Contratado.*

1.1.10. *Cumprimento de todas as definições e exigências previstas no Projeto Básico.*

1.1.11. *Atendimento às normas brasileiras, posturas municipais e exigências das concessionárias locais de serviços públicos.*

## Do recebimento

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

1.1.12. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

1.1.13. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

1.1.14. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

1.1.15. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

11



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0065

1.1.16. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

1.1.17. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

1.1.18. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

1.1.19. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

1.1.20. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

1.1.21. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

1.1.22. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

1.1.23. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

1.1.24. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto nº 3187/2024).

1.1.25. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

1.1.26. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

1.1.27. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

1.1.28. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0066

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

1.1.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) de correção monetária.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0067

## Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.1.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.1.31. A partir de 01 de setembro de 2023, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

1.1.32. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

1.1.33. A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos I e II da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012.

1.1.34. A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/2018.

1.1.35. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### Regime de execução

A execução do contrato se dará MEDIANTE AUTORIZAÇÃO.

### Críticos de aceitabilidade de preços

O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

- - 0168

1.1.36. A planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro do licitante vencedor, preenchidos conforme modelos elaborados pela Administração, serão submetidos à análise técnica para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

1.1.37. Na planilha orçamentária, deverá constar obrigatoriamente o percentual de BDI para execução de serviços de engenharia, sob pena de desclassificação. Caso o percentual de BDI seja diferente do valor adotado no projeto básico, deverá ser obrigatoriamente apresentada sua composição.

1.1.38. Os itens que correspondem aos mesmos serviços, portanto aqueles que possuem o mesmo código, deverão apresentar o mesmo custo em proposta.

## Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

Registro no comércio, no caso de firma individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração contratual em vigor, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro de autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

13



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0069

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos nos quatro últimos itens anteriores deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

Certidão de Registro junto ao CREA ou CAU, da empresa proponente, devidamente atualizada.

1.1.39. Se a licitante for de outro estado, deverá demonstrar sua situação perante o CREA ou CAU de origem e providenciar visto junto ao CREA-PR ou CAU-PR, até o início da execução.

Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de apresentação de Atestado (s) de Capacidade TÉCNICO-OPERACIONAL, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, em nome da empresa licitante, comprovando ter a referida empresa executado obras e serviços com características e complexidade similares aos aqui licitados.

Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade TÉCNICO-PROFISSIONAL, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado ou por órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico - CAT emitido pelo CREA/CAU, em nome de profissional de nível superior, comprovadamente integrante do corpo técnico da Licitante, comprovando ter o referido profissional, executando obras e serviços com características e complexidades similares aos aqui licitados.

A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de **declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.**

Certidão de Registro, emitida pelo Conselho Profissional, do(s) profissional(is) de nível superior, indicado(s) de acordo com o item anterior, comprovando a regularidade junto ao mesmo.

O(s) profissional (is) indicado(s) na forma supra deverá (ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência técnica equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº.900, centro, CEP 87528-000

CNPJ 95.640.736/0001-30 Fone / Fax (44) 3664-1320

[www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br)

0070

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados poderão ser, tanto da matriz, quanto da filial.

É vedada a utilização dos mesmos atestados por mais de um licitante.

É vedada a indicação do mesmo responsável técnico por mais de um licitante.

Se descumpridas as duas cláusulas anteriores, os licitantes envolvidos serão inabilitados.

Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e integralmente disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

1.1.40. A empresa contratada deverá dispor do aparelhamento (operários, maquinário, etc) adequado e disponível, sem comprometimento com outros contratos assumidos pela empresa, aptos a executar o objeto com qualidade e no prazo de execução definido;

1.1.41. A contratada não poderá atrasar a execução alegando indisponibilidade de pessoal ou de maquinário, sob pena de responsabilização;

1.1.42. A empresa deverá indicar e qualificar cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

1.1.43. A execução do objeto, por terceiros, é vedada, sob pena de responsabilização, ficando os fiscais dos serviços obrigados a relatar os fatos ao gestor do contrato, para a tomada de providências.

Atestado de vistoria prévia ou declaração de opção pela não vistoria, com pleno conhecimento das condições de execução e do local.

## ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 369.722,87 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais, e oitenta e sete centavos)

Para a composição do orçamento, foram utilizadas as referências das Tabelas Referenciais de Preços Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e Departamento de Estrada e Rodagem- DER.

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação correrão a conta da dotação orçamentária do orçamento vigente.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Alto Paraíso/PR, 24 de junho de 2024.

  
**MÁRCIA CRISTINA MARANCA**

Engenheira Civil

CREA-PR 95495/D

  
**SIMÃO PEDRO LEME**

Secretário Municipal de Obras, Planejamento  
Urbano e Serviços Públicos



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR.** - 0071  
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

**TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Valor Estimado de Contrato: \$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0772

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
24034	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOV	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32545	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32546	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32529	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32530	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32532	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32533	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32534	449051010400	EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32625	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32626	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32628	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32629	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32630	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32641	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32642	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32672	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32673	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32675	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32676	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32677	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32688	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32689	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32697	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32698	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32700	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR. 0673

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

32701	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32702	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32713	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32714	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE  
CONTADOR



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

0074

## **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## **TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

---

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR** 0075  
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M<sup>2</sup> DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

### **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Valor Estimado de Contrato: \$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

---

**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0076

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, conforme objeto acima em epígrafe, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
24034	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOV	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32545	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32546	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32529	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32530	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32532	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32533	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32534	449051010400	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32625	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32626	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32628	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32629	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32630	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32641	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32642	449051019900	OUTRAS EDIFICACOES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32672	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32673	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32675	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32676	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32677	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32688	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32689	449051020100	PRACAS, PARQUES E BOSQUES	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0077

32697	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32698	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32700	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32701	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32702	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32713	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
32714	449051020200	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

ANDRE LUIZ LEME JARDIM  
SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0178


## **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## **TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 000/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 24 de Junho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

0079

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## **TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos ao Gabinete do Prefeito, para a **AUTORIZAÇÃO** de correção do edital em cima em epígrafe.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS  
PÚBLICOS

Alto Paraíso - PR., 27 de Junho de 2024.

---

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

DC80

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

## **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

### **RESOLVO:**

Autorizar a correção de processo administrativo para AQUISIÇÃO acima mencionados, devendo os autos serem encaminhados ao **Setor de Licitação** para as providências cabíveis, que atendam às exigências da Lei 14.133/2021.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Alto Paraíso - PR., 23 de Julho de 2024.

Atenciosamente,

---

**DERCIO JARDIM JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR<sup>0081</sup>

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3684 1320  
www.altoparaíso.pr.gov.br  
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO  
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08/03/2024

Edição N.º 12.965

## PORTARIA Nº 046/2024

**SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

## RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

## Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula - 12009-1



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3884 1320  
www.altoparaíso.pr.gov.br  
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto  
Matricula - 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva  
Matricula - 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva  
Matricula - 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

**DERCIO JARDIM JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0088

## **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

## **TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data, restituo os autos, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a **AUTORIZAÇÃO** para elaboração de edital licitação na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 23 de Julho de 2024.

---

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0084**  
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 063/2024**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 007/2024**

**PREÂMBULO**

O Município de Alto Paraíso/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 95.640.736/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, DERCIO JARDIM JUNIOR, torna público, para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, selecionar proposta mais vantajosa à Administração visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL)**.

Valor total estimado para contratação: **R\$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos)**.

Recebimento das Propostas Iniciais: Até as 09h00min do dia 13/08/2024.

Data da Abertura da Sessão Pública: 13/08/2024, às 09h10min.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): 13/08/2024 às 09h15min. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Agente de Contratações nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Modo de Disputa: Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Local de Realização: Endereço eletrônico do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). A sessão pública será realizada de forma eletrônica, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através da **Bolsa de Licitações do Brasil - BLL** referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

O edital poderá ser obtido na íntegra pelo site oficial deste município, <http://altoparaíso.pr.gov.br>, na plataforma de realização da licitação [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, situada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 9900 - Centro, informações disponibilizadas também no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A licitação se subordina aos ditames contidos na Lei Federal n.º 14.133/2021, observadas ainda as determinações da Lei Federal n.º 12.846/13 e demais normas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Nesta licitação ainda será assegurado tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

0085

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Individuais (MEI), em conformidade com a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar Municipal 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e Decreto Federal n.º 8.538/15 e suas alterações.

O presente edital está sujeito a eventuais alterações, que serão devidamente publicadas da mesma forma que o original, devendo os interessados acompanhar, via internet, pelos sites <http://altoparaíso.pr.gov.br> ou [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), todo o trâmite licitatório até a data de abertura do certame.

## 1 DO OBJETO

**1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL), devidamente relacionados no item 15.11 deste edital.**

**1.2** A presente licitação será realizada em lote único, destinado a ampla participação e composto conforme Planilha Orçamentária, anexo deste edital.

**1.3** Endereço e dados geográficos da obra descritos no item 1 do Projeto Básico.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1** Poderão participar deste certame qualquer pessoa ou sociedade formalizada que atenda às exigências de habilitação previstas neste Edital e anexos.

**2.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** No presente processo, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, é garantido às microempresas, empresas de pequeno porte, tratamento diferenciado e simplificado, nos termos dos artigos 42 ao 48 da Lei Complementar 123/2006 com suas alterações e Lei Municipal 5.142/2011, **desde que:**

- a) O licitante indique no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.
- b) Apresente preenchida e devidamente assinada, juntamente à documentação de habilitação, observadas as exigências de envio deste edital, a Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o modelo constante no Anexo IV deste edital;



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0086

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**2.5.1** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.5.2** O licitante que não cumprir o disposto na alínea "a" do item 2.5, não poderá usufruir das prerrogativas concedidas às microempresas, empresas de pequeno porte.

**2.6** Estarão impedidos de participar desta licitação:

**2.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante no item 8.1 do Projeto Básico;

**2.6.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.7** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

0087

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **3 DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciadas diretamente no site de licitações no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**3.2** As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, disponíveis no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**3.3** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br), ou através de uma corretora de mercadorias associada.

**3.4** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

**3.5** O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

**3.6** O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

**3.6.1** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da presente licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0738

**3.7** A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, bem como, documentos de habilitação elencados no item 7 deste edital, todos por meio do sistema eletrônico no sítio [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**3.8** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.9** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

**3.10** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.10.1** cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

**3.10.2** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**3.10.3** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.10.4** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.10.5** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

**3.11** O licitante, quando for cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.12** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.13** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.10 e 3.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.14** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o horário indicado no preâmbulo deste como término de cadastramento das propostas.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**3.15** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.16** Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.17** Caso exista a necessidade de ser suspensa a sessão, o Agente de Contratações designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

**3.18** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal [www.novobmmnet.com.br](http://www.novobmmnet.com.br), que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

**3.19** O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**3.20** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos próprios no sistema eletrônico.

**4.2** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchido no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR GLOBAL**.

**4.3** O sistema estará configurado para aceitar propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

**4.4** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.4.1** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**4.4.2** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

0790

**4.6** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.8** É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

**4.9** As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

**4.10** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas neste Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.11** Os licitantes devem respeitar os **PREÇOS MÁXIMOS ESTABELECIDOS** nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**4.12** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**4.13** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Agente de Contratações a avaliar sua aceitabilidade.

**5.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0091

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratações e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.

**5.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.1** Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço consignado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

**5.9** O procedimento seguirá com o envio de lances no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.9.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.9.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.9.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.10** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.11** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.12** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.13** No caso de desconexão com o órgão promotor da licitação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

0092

**5.14** Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, mediante designação de data e horário no chat da plataforma eletrônica de realização do certame.

**5.15** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.16** O sistema eletrônico estará programado para promover, automaticamente, aos participantes que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte, os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que o licitante, no momento de cadastro de sua proposta, indique, em campo próprio do sistema, sua condição, aplicando-se conforme regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.16.1** Em relação aos lotes destinados à ampla concorrência, caso a proposta final de menor valor seja ofertada por empresa que não se enquadre nas condições descritas no item anterior e existindo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte cujos valores estejam na faixa de até 10% (dez por cento) acima, serão estas consideradas empatadas com a primeira colocada e o sistema indicará o licitante que será convocado a ofertar um último lance de menor valor, caso assim se interesse.

**5.16.1.1** O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte e detentor da proposta melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta, com valor inferior ao da primeira colocada, para desempate, no prazo de até 05 (cinco) minutos, contados a partir da comunicação.

**5.16.1.2** Caso não haja interesse de oferta de menor valor ou não haja manifestação no prazo estabelecido no item anterior, serão convocados os próximos licitantes que se enquadrarem nas mesmas condições estabelecidas.

**5.16.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, sendo estes ainda os valores da proposta inicial ofertada, o sistema eletrônico fará a ordenação das propostas iniciais em ordem cronológica de sua inserção.

**5.17** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.17.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.17.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.17.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.17.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.17.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**5.17.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.17.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.17.2.2** empresas brasileiras;

**5.17.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.17.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.18** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratações poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.18.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.18.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.18.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.18.4** O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.18.5** É facultado ao Agente de Contratações prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.19** O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, **comprovante da prestação de garantia da proposta**, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, **no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, o qual se encontra indicado no preâmbulo deste edital**, podendo fazê-lo por uma das formas estabelecidas no artigo 96, § 1º da Lei Federal n.º 14.1333/2021, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

0084

**5.20** A não comprovação da prestação da garantia estabelecida no item 5.19, no prazo indicado, resultará na desclassificação da proposta para o certame.

**5.21** Após a negociação do preço, o Agente de Contratações iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6 DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratações verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Processos Administrativos Disciplinares do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratações diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas ou empresas de pequeno porte, o Agente de Contratações verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.12 deste edital.

**6.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



**6.7** Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**6.7.1** Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**6.8** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.8.1** *contiver vícios insanáveis;*

**6.8.2** *não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico e demais anexos deste edital;*

**6.8.3** *permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;*

**6.8.4** *apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.*

**6.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9.1** *Por se tratar de contratação de obra, em conformidade com o artigo 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão consideradas insanáveis as propostas cujo valor final informado a 10% (dez por cento) do valor orçado pela Administração.*

**6.10** Tendo em vista o custo global estimado do objeto licitado haver sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar **Planilha Orçamentária** por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, **no prazo de até 04 (quatro) horas**, conforme estabelecido no item 5.18.4 deste edital.

**6.11** O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com a **Planilha Orçamentária** deverá apresentar também **Cronograma Físico-financeiro** e **Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**, e os encargos sociais adequados à proposta final, sob pena de desclassificação.

**6.12** *Por se tratar de processo de contratação com execução por empreitada por preço unitário, durante a conferência da Planilha Orçamentária, não serão aceitos preços unitários superiores àqueles divulgados na Planilha de referência por este município, cabendo sua adequação e consequente adequação no valor global final ofertado.*

**6.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

## **7 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os documentos abaixo elencados, bem como aqueles previstos no Projeto Básico, quando houver, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0086

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico de realização da licitação, incluídos após a convocação do sistema ou do Agente de Contratações no prazo de até 02 (duas) horas a contar do momento da convocação, sob pena de inabilitação do participante.

## **7.2 Habilitação Jurídica:**

**7.2.1** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor do licitante, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou Inscrição do Ato Constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de sociedades simples.

## **7.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**7.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**7.3.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**7.3.3** Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual (ou Distrital) e Municipal da sede da licitante.

**7.3.4** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**7.3.5** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

## **7.4 Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**7.4.2** Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

**7.4.3** Comprovação de forma objetiva dos índices econômicos abaixo relacionados, mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, exceto nos casos em que a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos:

**7.4.3.1** Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00:

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

**7.4.3.2** Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00:

$$LC = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE})}$$

**7.4.4** Em relação às empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos, serão aceitos:





**7.4.4.1** a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, para aquelas cujo início das atividades ocorreu no referido exercício social; ou

**7.4.4.2** a apresentação do balanço de abertura para aquelas empresas criadas no corrente exercício financeiro.

**7.5 Qualificação Técnico-profissional e Técnico-operacional:**

**7.6** Documentação elencada no Projeto Básico, em seu item **“7.1. Qualificação Técnica”**.

**7.7** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.7.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.8** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.8.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.9** No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante a Diretoria de Compras e Contratos, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7.10** Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações mencionadas no item 3.10 deste edital.

**7.11** A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.12.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.12.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 098

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.16** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.17** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.18** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

**7.18.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**7.18.2** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

**7.18.3** Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

**7.18.4** Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## 8 DOS RECURSOS

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.3** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

**8.3.1** O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Agente de Contratações dar provimento ou negar o mesmo.

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**9.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

**9.2** Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

## **10 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**10.1** Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo I deste edital, quando assim a lei o exigir.

**10.2** Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

**10.3** Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

**10.4** Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de Alto Paraíso o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

**10.5** O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**10.6** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.



**10.6.1** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**10.7** Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:

**10.7.1** Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

**10.7.2** O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, caso seja acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA, devendo ser utilizado o menor dentre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

**10.7.3** A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

**10.7.4** O reequilíbrio de preço somente será concedido quando comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme conceitua o artigo 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

**10.8** Em garantia à execução, a licitante vencedora deverá apresentar, em consonância com o artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

**10.8.1** No caso do licitante optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, lhe será concedido o prazo máximo de 01 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação.

**10.9** Em conformidade com o item 12 do Projeto Básico, será permitida a subcontratação de qualquer item da planilha orçamentária, exceto para os itens destacados para fins de habilitação da qualificação técnica, estabelecidos no item 7.1 do referido Projeto Básico, por se tratar de parte essencial do serviço.

**10.9.1** Toda e qualquer subcontratação de serviços deve ter a anuência, por escrito, da Fiscalização da obra. A proposição deverá ser formalizada por meio de Processo Administrativo e encaminhado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, indicando os itens a serem subcontratados, devendo a Contratada observar os seguintes procedimentos:

**10.9.1.1** **informar, previamente e por escrito à Contratante, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da Contratante, conforme o caso;**





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0101

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**10.9.1.2** além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à Contratante, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da Contratada por este edital, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

**10.9.2** Caberá exclusivamente à Contratante decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;

**10.9.3** Caberá à Contratada exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, quando solicitado;

**10.9.4** Caberá à Contratada incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à Contratante exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

**10.9.5** Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a Contratada, de todas as demais atribuições dispostas no presente edital;

**10.9.6** Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa à Contratada e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à Contratante, quer por acidentes de trabalho dos empregados da Contratada e/ou das empresas subcontratadas, que por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;

**10.9.7** Caberá à Contratada a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da Contratante, continuando a Contratada a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

**10.9.8** Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à Contratada, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no presente edital licitatório;

**10.9.9** É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

**10.9.10** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 11 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**11.1** O prazo máximo para a execução dos serviços será de **06 (seis) meses** e o prazo máximo para iniciar a execução é de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.



**11.2** Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

## **12 DO PAGAMENTO**

**12.1** Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho com a emissão pela Contratada, das faturas mensais correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob a forma de medições e verificações a serem realizadas pela Contratante, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove referido recolhimento, laudo técnico e autorização de pagamento emitidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, podendo ser feitos por cheque ou por crédito bancário.

**12.2** Para a execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná e o número do CNPJ n.º 95.640.736/0001-30.

**12.3** O Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná efetuará os pagamentos quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

**12.4** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

**12.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de Alto Paraíso, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro rata die*.

## **13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

**13.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a





contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**13.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.11** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**13.1.12** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

**13.1.13** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**13.2** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.2.1** Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.2.2** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12 do Edital;

**13.2.3** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

**13.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**13.3** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

**13.4** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

**13.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

**13.6** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR0104

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.7** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.7.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.7.2** as peculiaridades do caso concreto;

**13.7.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.7.4** os danos que dela provierem para o Contratante;

**13.7.5** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

**13.7.6** A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

**14.3.1** Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Agente de Contratações, podendo, para tanto, ser utilizado o e-mail do município, [licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br](mailto:licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br) ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**14.3.2** As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Agente de Contratações, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, CEP: 87.528-000, no horário das 08:00 às 17:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por e-mail do município, [licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br](mailto:licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br) ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**14.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0105

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**14.5** As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, [www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br), bem como, no site de realização deste certame, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

## **15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratações.

**15.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, [www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br), bem como no site de realização do certame, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**15.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**15.11.1** ANEXO I – Minuta de Contrato;

**15.11.2** ANEXO II – Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Composição do BDI, Composição de Preços, Memorial Descritivo e Projetos;

**15.11.3** ANEXO III – Modelo de Declarações;

**15.11.4** ANEXO IV – Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte;



**15.11.5** ANEXO VI – Modelo de Proposta Comercial.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 23 de Julho de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR  
Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0107

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## ANEXO I

### MINUTA DE CONTRATO N.º .../2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º .../2024 CONCORRÊNCIA N.º 0../2024 PROCESSO (PRC) N.º ...../2024

O **ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ**, entidade de direito público, com sede administrativa localizada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, CEP nº 87.528-000, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.736/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Dêrcio Jardim Junior**, portador do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a sociedade empresária ....., com sede na ....., nº ..., bairro ....., na cidade de ....., CEP nº ....., inscrita no CNPJ sob o nº ... .., neste ato representada pelo **Sr. ....**, portador do CPF nº ...xxx.xxx-., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).**

1.2 – O regime de execução é o de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Caso o licitante tecnicamente habilitado tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

3.1 – A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de veiculação no PNCP, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

3.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

4.1 – **O prazo máximo para execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

4.2 – A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual, sendo que os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como no início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0138

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

4.3 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico (Anexo II) do Edital.

## CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Em conformidade com o item 12 do Projeto Básico, será permitida a subcontratação de qualquer item da planilha orçamentária, exceto para os itens destacados para fins de habilitação da qualificação técnica, estabelecidos no item 7.1 do referido Projeto Básico, por se tratar de parte essencial do serviço.

5.2 - Toda e qualquer subcontratação de serviços deve ter a anuência, por escrito, da Fiscalização da obra. A proposição deverá ser formalizada por meio de Processo Administrativo e encaminhado à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, indicando os itens a serem subcontratados, devendo a **CONTRATADA** observar os seguintes procedimentos:

5.2.1 - Informar, previamente e por escrito à **CONTRATANTE**, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, em pedido direcionado ao fiscal ou gestor do contrato com a relação dos serviços que pretende subcontratar, além das empresas e profissionais que irão executá-los, com razão social, CNPJ, endereços completos e demais informações dos Responsáveis Técnicos destas, e/ou outras informações, a critério da **CONTRATANTE**, conforme o caso;

5.2.2 - Além dos documentos acima, também deverão ser apresentados à **CONTRATANTE**, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeiras das empresas que serão subcontratadas, na forma exigida da **CONTRATADA**, exceto no que se refere ao Acervo Técnico, que deverá contemplar serviços compatíveis com os subcontratados;

5.2.3 - Caberá exclusivamente à **CONTRATANTE** (SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS) decidir quanto às propostas de subcontratações, considerando as características do mercado, a conveniência, oportunidade, possibilidade e viabilidade técnica;

5.2.4 - Caberá à **CONTRATADA** exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART ou RRT, dos serviços a serem realizados, apresentando-a à fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, quando solicitado;

5.2.5 - Caberá à **CONTRATADA** incluir em todos os contratos que vier a celebrar com as empresas subcontratadas, dispositivo que permita à **CONTRATANTE** exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto subcontratado, nos termos estabelecidos no Contrato;

5.2.6 - Caberá às empresas subcontratadas, o cumprimento juntamente com a **CONTRATADA**, de todas as demais atribuições dispostas no edital;

5.2.7 - Eventuais infrações dispostas na legislação vigente ocorridas durante a execução do objeto contratado, e que venham a dar causa a **CONTRATADA** e/ou as empresas subcontratadas, não serão imputadas à **CONTRATANTE**, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA** e/ou das empresas subcontratadas, quer por danos a terceiros, resultantes de ação, omissão ou negligência por parte destas;

5.2.8 - Caberá à **CONTRATADA** a responsabilidade por todos os atos praticados pelas subcontratadas, inclusive, quanto ao não atendimento das solicitações da **CONTRATANTE**, continuando a **CONTRATADA** a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais e legais;

5.2.9 - Quaisquer irregularidades na execução ou decorrentes das subcontratações serão imputadas exclusivamente à **CONTRATADA**, e poderão sujeitá-la às sanções previstas no edital licitatório;

5.2.10 - É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0109

5.2.11 – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – Pela execução dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, nas condições e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE** e integrantes desse contrato, o valor de R\$ ..... (.....); que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.014.15.452.0041.1021.4.4.90.51.00-649

6.2 – Os pagamentos serão realizados *em estrita conformidade com as condições e prazos estipulados no Projeto Básico (Anexo II) do Edital*.

6.3 – Todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos, que recaírem sobre o contrato, correrão à conta da **CONTRATADA**.

6.4 – Os pagamentos serão realizados pelo sistema de empenho, com a emissão, pela **CONTRATADA**, das faturas mensais (notas fiscais) correspondentes ao serviço efetivamente executado, sob forma de medições e verificações a serem realizadas pela **CONTRATANTE**, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, liquidação e encaminhamento dos documentos hábeis de cobrança pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, acompanhada das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e FGTS, devidamente quitadas, e demais documentos exigidos, relativos ao mês anterior ao do pagamento, ou documento equivalente que comprove o referido recolhimento, laudo técnico e autorização de pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, através de crédito bancário.

6.4.1 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de Alto Paraíso e o número do CNPJ n.º 95.640.736/0001-30.

6.5 – O Município de Alto Paraíso efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A.

6.5.1 – A **CONTRATADA** deverá, no ato de assinatura do contrato, apresentar um documento contendo o número da conta bancária para pagamento das notas fiscais.

6.6 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA**, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

6.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de Alto Paraíso, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro-rata die*.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

### **7.1 – Caberá à CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Edital e seus anexos e com este Contrato.
- b) Receber o objeto no prazo, condições e em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no Projeto Básico (Anexo II) do Edital e Memorial Descritivo.
- c) Proporcionar todos os meios necessários ao bom andamento do serviço contratado.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste contrato.
- e) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- f) *A publicação resumida do instrumento do Contrato, resultante do presente contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial e no PNCP, que é condição indispensável para sua eficácia.*
- g) Concluída a instrução do requerimento, decidir dentro do prazo de **30 (trinta) dias** sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- h) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- i) Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- j) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- k) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.
- l) Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- m) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- n) Acompanhar a execução da obra em consonância com os projetos licitados, verificando ainda quanto a qualidade dos materiais (exigindo os testes e ensaios definidos na Normas da ABNT, quando julgarem necessário).

### **7.2 – Caberá à CONTRATADA:**

- a) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR0111

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato.

b) Responder por quaisquer danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso ou a Terceiros durante a prestação dos serviços ou mesmo após o seu término, neste caso, quando o dano causado for reflexo dos serviços prestados durante a vigência do contrato, em qualquer dos dois casos decorrentes de dolo ou culpa na prestação dos serviços, independentemente de fiscalização e acompanhamento por parte da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

c) Arcar pontualmente com o pagamento de todos os tributos que incidirem sobre a contratação ou sobre as atividades que constituam o objeto da **CONTRATADA**, responsabilizando-se, pelo cumprimento e quitação de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços, objeto do presente contrato, bem como as despesas decorrentes dos encargos fiscais, comerciais e tributários, inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

d) Prestar esclarecimentos à Administração Pública Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

e) Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

f) Fornecer e manter no local da prestação dos serviços o livro “Relatório Diário de Obras” RDO, qual deverá constar o efetivo de pessoal alocado na Obra, os equipamentos utilizados, a descrição e quantidade dos serviços executados no dia, atas de reuniões, solicitações de serviços, documentos e providências, bem como advertências, nome dos visitantes às obras ou ainda observações relevantes de qualquer natureza;

g) As primeiras vias do “Relatório Diário de Obras” RDO, mencionado no item anterior, deverão ser encaminhadas SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS a cada 10 (dez) dias corridos, desde o início da obra, devidamente assinadas pelo Engenheiro/Arquiteto da **CONTRATADA** e pelos responsáveis pela Fiscalização. A não observância dos prazos estipulados, impedirá a tramitação das medições.

g) Instalar no local da obra uma placa em estrita conformidade com o Memorial Descritivo (Anexo II) do Edital.

7.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços de acordo com o estipulado neste instrumento.

7.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 – A **CONTRATADA** deverá apresentar, no ato de recebimento da ordem de serviço, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) dos projetos a serem executados.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0112

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.6 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.7 – A **CONTRATADA** é obrigada a refazer, de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem irregularidades.

7.8 – As despesas decorrentes do fornecimento e transporte dos materiais necessários à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

7.9 – A **CONTRATADA** providenciará, às suas custas, a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos componentes do projeto, bem como alvarás e licenças necessários à execução dos projetos.

7.10 – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços prestados que ela efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra e instalações para os serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou por terceiros.

7.11 – A **CONTRATADA** obriga-se a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE** e as demais obrigações estipuladas no Projeto Básico (Anexo II) do Edital.

7.13 – Sempre que solicitado pela Administração e no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, deverá a **CONTRATADA** comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o Artigo 116, caput, da Lei n.º 14.133/21

7.14 – A **CONTRATADA** obriga-se a alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.15 – A **CONTRATADA** obriga-se a efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.16 – A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.17 – A **CONTRATADA** obriga-se a paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.18 – A **CONTRATADA** obriga-se a submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.19 – A **CONTRATADA** obriga-se a não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0113

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.20 – A **CONTRATADA** obriga-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.21 – A **CONTRATADA** obriga-se a arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 – A execução do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por fiscais e gestores a serem nomeados por meio de Portaria, nos termos da Lei 14.133/2021, que deverão cumprir o disposto no Decreto nº 3187/2024.

## **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0114

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

10.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.4 e subitens 10.1.6 a 10.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

10.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

10.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

10.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.8 – A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO

11.1 – Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da Administração, quando a **CONTRATADA** poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

11.1.1 – O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice INCC ou IPCA devendo ser utilizado o menor entre eles desde que em conformidade com a realidade do mercado.

11.2 – A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6º, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, observando o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

11.3 – O reequilíbrio de preço somente será concedido quando comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, **que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;** conforme conceitua o Art. 124, inc. II, “d” da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12.1- Em garantia à execução dos serviços a **CONTRATADA** deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, em consonância com o artigo 98 da Lei n.º 14.133/2021, comprovante da prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, ou seja, **R\$ ..... (.....)**, com validade para todo o período de execução da obra, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da referida lei.

12.2 – A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser depositada em conta bancária a ser informada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

12.3 – Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a **CONTRATADA** deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

12.4 – No caso de a licitante tecnicamente habilitada optar pela prestação de garantia na modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei n.º 14.133/2021, com cláusula de retomada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021 lhe será concedido o prazo máximo de 01 (um) mês a contar da data de homologação da presente licitação para a apresentação da mesma.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR - 0116

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

12.4.1 - Em caso de inadimplemento pela **CONTRATADA**, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

12.4.2 - A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b) Acompanhar a execução do contrato principal.
- c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

12.4.3 - A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

12.4.4 - A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

12.4.5 - Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

12.4.6 - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4.7 - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4.8 - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

12.4.9 - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.4.10 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos ou danos causados ao **CONTRATANTE**;
  - b) prejuízos ou danos causados a terceiros pela **CONTRATADA**;
  - c) toda e qualquer multa contratual;
  - d) débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, etc;
- quaisquer obrigações não cumpridas pela **CONTRATADA** em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

12.4.11 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos observada a legislação que rege a matéria.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 17

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

12.5 – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.6 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.7 – O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.8 – O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.9 – A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.10 – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.11 – O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.12 – A **CONTRATADA**, terá restituída a garantia acima prestada, descontados valores de eventuais débitos, quando findo o prazo de vigência deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/21.

13.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Alto Paraíso;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

13.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS**

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR0118

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.5 É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.6 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.7 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.8 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

15.1 – Aplicam-se ao presente contrato as disposições legais e regulamentares contidas na legislação vigente qual seja, Lei Federal n.º 14.133/21 com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único: Serão partes integrantes do presente contrato guardadas as necessárias conformidades, independentemente de transcrições ou referências:



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0119

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- a) Todos os elementos técnicos apresentados no Edital desta Concorrência de n.º ...../2024 e seus anexos;
- b) As normas técnicas brasileiras e demais especificações técnicas pertinentes;
- c) A proposta comercial da **CONTRATADA**;
- d) A Lei Federal n.º 14.133/21, com suas alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Xambê, Estado do Paraná, para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro a que, por ventura, tenham ou possam vir a ter direito.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

Representante Legal

**CONTRATADA**

Prefeito

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

**CONTRATANTE**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

CPF:

2) \_\_\_\_\_

CPF:



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR** 0120  
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

---

**ANEXO II – Documentos Técnicos**

**1 – Projeto Básico**

**2 – Planilha de Orçamento**

**3 – Cronograma Físico-Financeiro**

**4 – Composição do BDI Adotado**

**5 – Composição de Preços Unitários**

**6 – Memorial Descritivo**

**7 – Projetos**





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 0121

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÕES

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024**

**CONCORRÊNCIA Nº 000/2024**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

\_\_\_\_\_  
Local

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024**  
**CONCORRÊNCIA N.º 000/2024**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Local Data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

0123

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024

CONCORRÊNCIA N.º 000/2024

\_\_\_\_\_(Razão Social da Licitante), inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, propõe a execução completa da obra (ou serviços) licitada pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), mediante a aplicação do desconto linear no percentual de \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_\_) aplicado sobre os valores unitários da Planilha Orçamentária apresentada pelo Município e parte integrante do edital da presente licitação. **Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_,  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal)



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR** 0124

**CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL)

**TERMO DE REMESSA**

Nesta data faço remessa dos autos, para emissão de **PARECER JURÍDICO**, acerca do objeto a ser licitado.

Alto Paraíso-PR., 23 de Julho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



**PARECER JURÍDICO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024**

**Processo Administrativo Nº 063/2024**

**Objeto:** “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL)”.

**1 – RELATÓRIO**

Trata-se de procedimento administrativo que visa a contratação de empresa para *execução de pavimentação asfáltica em piso intertravado*, fundamentada na Lei nº. 14.133/2021

**Presente nos autos os seguintes documentos:**

1. Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.
2. Planilha Orçamentária com as composições dos preços utilizados para sua formação, realizado pelo setor de Engenharia;
3. Estudo Técnico Preliminar, discriminando a necessidade da contratação e caracterização do interesse público;
4. Termo de Referência, Projetos básico e executivos, drenagem de águas pluviais e outros, Mapa de Gerenciamento de Riscos;
5. Autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Dércio Jardim Jr.
6. Portarias de designação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio.



7. As declarações de disponibilidade e indicação de recurso orçamentários, emitidas pelos setores competentes de finanças e contabilidade.
8. Edital de Pregão e minuta do Contrato Administrativo, devidamente assinado pelo responsável pela elaboração e aprovado pela autoridade competente.
8. solicitação de parecer Jurídico, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

Oportuno, portanto, esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

É o sucinto relatório.

## **2. OBJETO DE ANÁLISE**

Inicialmente, cumpre informar que a análise dos aspectos técnicos da presente licitação não se trata de tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico.

Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, especificações e etc., bem como quanto à pesquisa de preços tenham sido regularmente apuradas pela área técnica do consulente e conferidas pela autoridade responsável pela contratação.

Portanto, não nos cabe analisar se o preço está realmente conforme o valor de mercado ou se as quantidades estimadas efetivamente correspondem às necessidades do órgão assessorado, além da metodologia utilizada pelo responsável pela pesquisa, em razão desta Procuradora Jurídica carecer de tais conhecimentos.

Tais aspectos técnicos são assuntos que fogem da alçada de competência desta Procuradora.





## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax 443664-1320

0107

Reforçamos o entendimento de que o parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, desde que de forma fundamentada.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº. 14.133/21 estipulou, através de um critério de exclusão que, para a contratação de toda e qualquer obra e serviço engenharia, independentemente do valor estimado para a contratação, a modalidade licitatória a ser utilizada só poderia ser a Concorrência, já que o parágrafo único do art. 29 vedou a possibilidade de realização através do pregão, excepcionando somente para a contratação unicamente de *serviços comuns de engenharia*, a qual poderia ser realizado através do pregão, vejamos:

**“ Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.**

**Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei;**

Nesse contexto, tendo em vista que o Consultante tem como objeto do processo licitatório a *“execução de pavimentação asfáltica em piso intertravado”*, é notória a adequação da modalidade *Concorrência* para a referida licitação que tem como finalidade a contratação de *Obras e Serviços de Engenharia*, conforme constou do Estudo Técnico Preliminar.



## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax 443664-1320

- 0178

Feitas tais considerações, adentra-se ao mérito procedimental do caso em tela. O artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, determina os requisitos a serem observados na fase preparatória (fase interna) do processo licitatório, sendo eles:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*



*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Quanto ao *estudo técnico preliminar*, o § 1º do artigo anteriormente mencionado, prevê que:

*Art. 18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*

*II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a*



*indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;*

*III - requisitos da contratação;*

*IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;*

*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*

*VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*

*VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;*

*VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;*

*IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;*

*X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;*

*XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;*



## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax 443664-1320

0131

*XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;*

*XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*

*§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.*

*§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.*

No que tange ao estudo técnico preliminar apresentado nos autos, que deverá evidenciar a melhor solução para a demanda da Administração, observa-se que possui todos os elementos elencados no art. 18, §1º, estando, portanto, em harmonia com o mínimo exigido pela legislação.

Verifica-se, que nos termos registrado no Estudo Técnico Preliminar não está esclarecido se a aquisição está prevista a outras peças de planejamento (PPA, LDO, LOA), no entanto, afirma-se que ainda não está inclusa no PCA, pelo fato de o Município ainda não ter elaborado e regulamentado o mesmo.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação; a autorização da Autoridade competente para a instauração do processo de contratação; o estudo técnico preliminar; a pesquisa mercadológica e designação do servidor responsável por sua realização, a previsão de dotação



## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax 443664-1320

0132

orçamentária; o termo de referência; a portaria e a designação do agente de contratação e a minuta de edital.

Assim, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais. E inclusive, nos termos apresentados na justificativa, resta patente a sua necessidade, tendo em vista a aquisição do objeto.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto; justificativa e objetivo da licitação; classificação dos objetos comuns; prazo de entrega e condições de execução; condições de pagamento; dotação orçamentária; fiscalização do contrato.

Assim, o termo de referência, contém, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Prosseguindo, analisando a minuta de edital, observa-se o cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Inclusive, o documento foi submetido à análise jurídica contendo todos os seus anexos, incluindo a minuta de ata.

Ademais, a minuta do Edital veio com os seguintes itens discriminados: sessão pública; definição do objeto; recursos orçamentários; condições de participação; encaminhamento e elementos da proposta; habilitação; recurso; adjudicação e homologação do certame; pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital; disposições finais; e foro de julgamento.

E, ainda, a minuta de ata conta com seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, fiscalização do contrato, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações e reajustes, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado pelo artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

***Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.***

6





## Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax 443664-1320

0133

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos. Portanto, assim como o Edital, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas pela Lei nº 14.133/2021.

Além do mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo a concorrência em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de Obras e Serviços de Engenharia, atendendo o disposto nos incisos XII e XXI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Ainda, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço” e o modo de disputa “aberto”, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

De forma bastante acertada, a minuta, também, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fim de regência da contratação em comento.

Outro ponto que merece destaque, afim que de as contratações públicas atinjam de fato o fim que almejam, é ser observada a segregação de funções, considerando que se trata de um princípio estampado no art. 5 da Lei 14.133/2021.

De acordo com o disposto no § 1º do artigo 7 da lei 14.133/2021, a designação dos agentes deverá “observar o princípio da segregação de funções, **vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação**”.

Ainda, deve ser considerado quando for o caso, seguir os preceitos do art. 86 da lei 14.133/2021 quanto a Manifestação de Interesse.

Por fim, quanto às possíveis dificuldades que possam se apresentar ante a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, registra-se que a minuta do Edital apresenta como local da sessão pública a plataforma BLL, não cabendo, por conseguinte, nenhuma gerência da publicação do Edital por essa Entidade, considerando que a publicação se dará de forma automática pela Plataforma Integrada. Considerando a obrigatoriedade a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos, incluindo eventuais esclarecimentos apresentados e do termo de contrato no PNCP, além da publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme preceitua o art. 54, *caput* e § 1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021.



Se faz necessário também destacar, que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de todos os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Portanto, sobre o pressuposto material, o presente procedimento cumpriu todos os requisitos dispostos na legislação de regência, em concordância com o disposto acima, devendo observar e fazer as adequações dos pontos levantados e as orientações para um melhor andamento do certame.


Portanto, nos limites da atuação deste parecerista, compulsando os autos do procedimento que se encontra ainda em fase interna, verifica-se a conformidade do instrumento convocatório com os dispositivos legais vigentes e a regularidade material e formal do edital anexo, passível de buscar a melhor proposta que supra as necessidades do consulente na consecução do objeto licitado, encontrando-se a minuta do Edital adequada às regras constantes na Lei nº 14.133/2021, ressaltando-se que o presente parecer não abrange as questões de ordem contábil, ou mesmo técnica, quanto a quantitativos, melhor solução escolhida pela área requisitante e técnica, cálculo para apuração dos valores pelo setor de Pesquisa de Preços, as quais devem ser checadas junto ao setor responsável do Órgão.

#### **4 – CONCLUSÃO**

Diante das considerações acima, desde que acatadas as recomendações com as devidas orientações e adequações, opina-se pela regularidade da fase interna e respectivas minutas apresentadas, sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, que se encontra em fase interna da *Concorrência Eletrônica 007/2024*.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso-Pr., 23 de Julho de 2024.

  
**Roberto Gonçalves Delfim**  
**Procurador Jurídico**  
**OAB-PR 58768**



**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30      CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

0135

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2024**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL)

### **TERMO DE RESTITUIÇÃO**

Nesta data faço restituição dos autos, com **PARECER JURÍDICO** no qual solicitei, acerca do objeto a ser licitado.

Alto Paraíso-PR., 23 de Julho de 2024.

\_\_\_\_\_  
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

[Voltar](#)

## Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município*	ALTO PARAÍSO
Entidade Executora*	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos "Ano\*" e "Modalidade\*" devem ser iguais aos informados (à informação SIM-AM).

Ano*	2024
Modalidade*	Concorrência
Nº Licitação/Dispensa/Inexigibilidade*	7

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo*	63
Descrição do Objeto*	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2,10 KM <sup>2</sup> DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL)
Forma de Avaliação	Menor Preço
Cotações Orçamentárias*	09021545100161048-4905102010

☐ A unidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - R\$*	369.722,67
Data de Lançamento do Edital	23/07/2024
Data de Abertura das Propostas	13/08/2024

Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não
Há cota de participação para EPP/ME?	Não
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não

Confirmar

CPF: 587654829 (Logout)

14-00000

1. **THEORY**  
 2. **CONCEPTS**  
 3. **DEFINITIONS**  
 4. **CHARACTERISTICS**  
 5. **IMPORTANCE**  
 6. **SCOPE**  
 7. **APPLICATIONS**  
 8. **ADVANTAGES**  
 9. **DISADVANTAGES**  
 10. **CONCLUSION**

## Historico

Environ Monit Assess (2008) 142:111–120

« Voltare »


**BLL COMPRAS**

## Extrato de publicação

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 07/2024**
**Nº PROC. ADM. 63/2024**

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLL COMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, de acordo com a regulamentação Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. II realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, sendo conduzido por VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN e tendo como autoridade DERCIO JARDIM JUNIOR.

**PUBLICAÇÃO:** 13/07/2024 14:59

**INÍCIO REC. PROPOSTA:** 24/07/2024 08:00

**FIM REC. PROPOSTA:** 13/08/2024 09:00

**INÍCIO DISPUTA:** 13/08/2024 09:15

**TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE

**TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTA

**EXCLUSIVO ADEUSO**
**VALOR TOTAL DO PROCESSO:** R\$ 363.722,8700

### OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 1.167,84M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO Figueira, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EMPREitada POR PREÇO GLOBAL.

Para obter mais informações, contate por e-mail: licitaco@altoparaiso.sp.gov.br, telefone: (43) 3421.1320 ou acesse pelo link: <https://bllcompras.com/Processo/ProcessView?processId=55861e94d06c41e0417e907a4e1b81&urlPath=23255110Dw7B10XvvQm%2F40U4G%2wB1L%2W3AG1QwVv4EF0ZACNMEK3FM9BLOR6%2F2LH0FXU1Q1M%3D>

**VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN**
**ALTO PARAÍSO-PR - 2007/2024**





**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR0139**  
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000  
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320  
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 063/2024**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 007/2024**

O Município de Alto Paraíso/PR, torna público que realizará a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, como critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).**

Valor total estimado para contratação: **R\$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).**

Recebimento das Propostas Iniciais: Até as 09h00min do dia 03/08/2024

Data da Abertura da Sessão Pública: 13/08/2024, às 09h10min.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): **13/08//2024 às 09h15min.** A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Agente de Contratações nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

Os interessados poderão obter o Edital completo no site: <http://altoparaíso.pr.gov.br>, na plataforma de realização da licitação [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, situada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, informações disponibilizadas também no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Alto Paraíso - PR, 23 de Julho de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan  
Agente de Contratação

## Publicar Aviso

---

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: editais@folhadelondrina.com.br

Data: terça-feira, 23 de julho de 2024 às 14:57 BRT

Boa tarde!

Publicar aviso em anexo no jornal de amanhã.

Aguardo confirmação deste e-mail.

Atenciosamente.



Aviso Edital Concorrência Pública 007-2024.doc  
73kB





gais

000142

leis@ilustrado.com.br

Item	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1		R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000,00	Própria	54,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)					

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1	21759	PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DAS PEÇAS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR	HR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Própria	31,00%
2	21760	PEÇAS DE	Und	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00		31,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS)								

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1	21759	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VECULOS PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DOS SERVIÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR E TEMPO DE REPARO DA TABELA TEMPÁRIA SINDIREPAPR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA.	HR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Própria	31,00%
2	21760	PEÇAS DE	Und	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00		31,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS)								

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1	21759	REPOSIÇÃO PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VECULOS PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DAS PEÇAS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR	HR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Própria	31,00%
2	21760	PEÇAS DE	Und	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00		31,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS)								

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1	21759	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VECULOS PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DOS SERVIÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR	HR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Própria	31,00%
2	21760	PEÇAS DE	Und	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00		31,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS)								

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Especificação	Percentual
1	21759	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VECULOS PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DOS SERVIÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR E TEMPO DE REPARO DA TABELA TEMPÁRIA SINDIREPAPR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA.	HR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Própria	31,00%
2	21760	PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VECULOS PESADOS - MAIOR % DE DESCONTO TENDO COMO	Und	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00		31,00%
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 60.000,00 (SÓTIS MIL REAIS)								

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 063/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 007/2024

O Município de Alto Paraíso/PR, torna público que realizará a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL, com regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

Valor total estimado para contratação: R\$ 369.722,87 (trezentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos).

Recebimento das Propostas Iniciais: Até as 09h00min do dia 03/08/2024

Data da Abertura da Sessão Pública: 13/08/2024, às 09h10min.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): 13/08/2024 às 09h15min. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Agente de Contratações nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: <https://blcompras.com/Home/Login>.

Os interessados poderão obter o Edital completo no site: <http://altoparaíso.pr.gov.br>, na plataforma de realização da licitação [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br), ou no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, situada na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, informações disponibilizadas também no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Alto Paraíso - PR, 23 de Julho de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan

Agente de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

Estado do Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 036/2024

REF.: PROCESSO LICITATORIO - REGISTRO DE PREÇOS -

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 055/2024.

DATA DE ASSINATURA: 22/07/2024.

CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

CONTRATADA: AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E

SUPRIMENTOS LTDA.

CNPJ: 27.789.446/0001-01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A

NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR: R\$ 28.155,91 (vinte e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais

e noventa e um centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

FORO: Comarca de Xambê, Estado do Paraná.



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

CNPJ 16.381.854/0001-27

Rua João Grande de Fátima, 446, CEP: 87.400-000

Telefone: (44)3676-8150 - [www.cruzeirodoeste.pr.gov.br](http://www.cruzeirodoeste.pr.gov.br)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, inciso I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo N.º : 22/2024
- b) Licitação N.º : 2/2024
- c) Modalidade : Pregão Eletrônico
- d) Data Homologação : 23/07/2024
- e) Objeto Homologado : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E PEÇAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, ABRANGENDO IMPLIMENTOS DA LINHA PESADA, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

f) Dotação Orçamentária:

08.002.15.452.0037.2.026.3.3.90.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

08.002.15.452.0037.2.026.3.3.90.39.00.00 - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE

TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



**MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR****PROPOSTAS DO PROCESSO****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024**

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

**LOTE 1****Item: 1**      **Quant.: 1**      **Unidade: SEV**      **Val. Ref.: 369.722,87**

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

<b>Autor</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Valor</b>
PARTICIPANTE 028	concreto / retangular	369.560,00
PARTICIPANTE 143	própria / Pavimentação em piso intertravado	369.722,86
PARTICIPANTE 129	PRÓPRIA / PRÓPRIA	369.722,87

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

MOVIMENTOS DO PROCESSO

24/07/2024 14:12:42	CADASTRO DE PROPOSTA	CICERO A. FERREIRA
26/07/2024 09:58:58	CADASTRO DE PROPOSTA	CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS
08/08/2024 12:13:53	CADASTRO DE PROPOSTA	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES
13/08/2024 09:00:29	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO
BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
13/08/2024 09:15:02	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO
IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		

LOTE 1 - HABILITAÇÃO  
OBRAS E ENGENHARIA - SERVIÇOS COMUM

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: SEV	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICIPIO DE ALTO PARAISO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTARIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 369.000,00	Valor Total: 369.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 CICERO A. FERREIRA	129	20.685.515/0001-80	369.722,87	369.000,00		Sim
2 CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS	028	20.127.698/0001-18	369.560,00	369.560,00	0,15	Sim
3 LF ENGENHARIA PROJETOS E	143	40.028.767/0001-43	369.722,86	369.722,86	0,04	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

23/07/2024 14:59:50	PUBLICADO	
24/07/2024 08:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS	
13/08/2024 09:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS	
13/08/2024 09:15:06	DISPUTA	
13/08/2024 09:15:06	LANCE	CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS (PARTICIPANTE 028) 369.560,00
13/08/2024 09:15:06	LANCE	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES (PARTICIPANTE 143) 369.722,86
13/08/2024 09:15:06	LANCE	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129) 369.722,87
13/08/2024 09:16:15	LANCE	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129) 369.000,00
13/08/2024 09:25:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.		



MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR

13/08/2024 09:25:06 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CICERO A. FERREIRA

13/08/2024 09:25:06 HABILITAÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

TOTAL DO PROCESSO: 369.000,00

CICERO A. FERREIRA 20.685.515/0001-80 369.000,00

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 129 Lance: 369.000,00 Total: 369.000,00

Item: 1 Unidade: SEV Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIA

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

Quantidade: 1 Val. Ref.: 369.722,87 Valor Unit.: 369.000,00 Total Item: 369.000,00.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO LUISLEI GONCALVES RODRIGUES DA SILVA



## ANEXO V - DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024**

CICERO A. FERREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.685.515/0001-80, por intermédio de seu representante legal o Sr. Cicero Aparecido Ferreira, propõe a execução completa da obra (ou serviços) licitada pelo valor global de **R\$ 368.999,95 (trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)** conforme Planilha Orçamentária apresentada pelo Município e parte integrante do edital da presente licitação.

**Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.**  
**Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias.**

Dados bancários: **BANCO DO BRASIL, AGENCIA: 0645-9, CONTA BANCARIA: 69594-7.**

Maria Helena-PR, 13 de agosto de 2024.

CICERO A.  
 FERREIRA: 206855-  
 15000180

CICERO A. FERREIRA - ME  
 CNPJ: 20.685.515/0001-80

CICERO A. FERREIRA - ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR - CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA									
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO									
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ									
OBJETO: SINAPI 03/24 @ DER 09/23									
ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR									
RESPONSÁVEL TÉCNICA: MARCIA CRISTINA MARANCA - ENGR CIVIL, CREIA-PR 95.495/D									
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING )									
2.167,64m²									
JUNHO DE 2024									
ART: 3.7202.42634684									
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM IODI	VALOR (R\$) COM IODI	TOTAL (R\$) COM IODI 24,23%		
1	A1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRILHO DE ( ENTRE CRUZADO 07 E TRECHO 2)							
1.0	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA, AF_03/2022_PS	M2	3,00	R\$ 317,24	R\$ 394,31	R\$ 1.182,33		
1.1	1037	RETIRODA DE POSTE METÁLICO	UND	6,00	R\$ 185,00	R\$ 229,83	R\$ 1.378,98		
1.2	100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 3 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO), AF_11/2019	UND	1,00	R\$ 520,19	R\$ 646,23	R\$ 646,23		
1.3	104800	REMOÇÃO DE CERCAS E MOUROES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO, AF_09/2023	M	112,00	R\$ 11,80	R\$ 14,66	R\$ 1.641,92		
1.4	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO, AF_09/2023	M3	24,30	R\$ 47,40	R\$ 58,88	R\$ 1.431,03		
1.5	101206	CORTE E ATERRO DO TERRENO, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA (TRILHIDE)	M3	94,00	R\$ 12,50	R\$ 15,53	R\$ 1.458,82		
1.6	98529	RETIRODA DE ÁRVORE	UND	4,00	R\$ 90,62	R\$ 112,58	R\$ 450,32		
1.7	98529	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS AF_05/2018	M2	340,49	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 282,82		
1.8	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GALHARITO OU CAVALETE, AF_03/2024	M	170,25	R\$ 0,62	R\$ 0,72	R\$ 131,09		
1.9	105011	LOCAÇÃO DE OBRA							
2.0	DER/600300	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M3	57,75	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 837,95		
2.1	DER/601200	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	16,50	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 711,65		
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	38,49	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 830,23		
2.3	142210	TUJO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO, AF_03/2024	M	22,00	116,10	R\$ 144,23	R\$ 3.173,06		

*[Handwritten signature and date]*

2.4	97956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020	UND	2,00	1.530,43	R\$ 1.903,25	R\$ 3.402,50
2.5	DER/CLAD40	CL ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UND	1,00	555,56	R\$ 650,17	R\$ 650,17
1							

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PONTO TIQUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ

SINAPI 09/24 e DER 09/23

ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING) DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA - ALTO PARAÍSO/PR

MÁRCIA CRISTINA MARANCA - ENGR CIVIL, CREIA-PR 95.495/D

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 ( CAMPING )

2.167,84m²

JUNHO DE 2024

17202402634684

OBJETO:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

OBRA:

ÁREA:

DATA:

ART:

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM RDI	VALOR (R\$) COM RDI	TOTAL (R\$) COM RDI 24,23%
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	940,49	1,33	R\$ 1,65	R\$ 561,81
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	34,05	215,00	R\$ 267,09	R\$ 9.094,41
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	340,49	68,79	R\$ 85,46	R\$ 29.098,28
3.3	810250/DER	MIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	113,66	43,73	R\$ 54,33	R\$ 6.175,15
4.0	93807	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF_04/2019	M2	340,49	0,67	R\$ 0,83	R\$ 282,61

A2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 02 E CRUZO 01 ( ENTRE TRECHO 01 E TRECHO 03)						
1	SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	M2	282,87	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 243,27
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024 ( LOCAÇÃO DE OBRA)	M	101,40	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 108,91
2.0	DER/600300	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M3	236,88	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 3.486,15

2.1	DER/BUZ00	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	68,23	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 2.942,76
2.2	DER/BO1200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	159,21	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 3.434,16
2.3	93210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LÓCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO, AF_03/2024	M	91,00	116,10	R\$ 1.44,23	R\$ 13.124,93
2.4	97956	CAIXA PARA BOCAL DE LÓBOS SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020	UND	2,00	1.530,43	R\$ 1.902,25	R\$ 3.802,50
2.5	DER/CL0400	C.L. ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UND	2,00	555,56	R\$ 690,17	R\$ 1.380,34
2.6	97997	POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA ESGOTO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M. AF_12/2020	UND	1,00	1.703,68	R\$ 2.116,48	R\$ 2.116,48
3.0	100572	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, AF_11/2019	M2	282,97	1,33	R\$ 1,65	R\$ 466,74
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	28,29	215,00	R\$ 267,09	R\$ 7.555,98

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA							
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO							
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ							
OBJETO: SNMARI 08/24 e DER 09/23							
ÁREA INSTITUCIONAL 1 I CAMPINGI DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA -ALTO PARAÍSO/PR							
ENDEREÇO: MÁRCIA CRISTINA MARCANCA - ENGR CIVIL, CREIA PR 05.495/D							
RESPONSÁVEL TÉCNICA							
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING )							
2.167,84m²							
JUNHO DE 2024							
1720242634684							
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM IIOI	VALOR (R\$) COM IIOI	TOTAL (R\$) COM IIOI
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	282,87	68,79	R\$ 85,46	R\$ 24.174,07
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	76,23	43,73	R\$ 54,33	R\$ 4.141,58
4.0	99802	Limpeza final da obra, AF_04/2019	M2	282,87	0,67	R\$ 0,83	R\$ 234,78
A3		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO Q3 I ENTRE COLUZO B1 E TRECHO Q4 I					



PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA									
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO									
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ									
Í									
1.0	98525	105011	3.0	3.1	3.2	3.3	4.0	A4	
1.0	98525								
1.1	105011								
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 04 E CRUZO 01 (ENTRE TRECHO 03 E BUA LATOGA)									
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO									
1.0	98525								
1.1	105011								
EXECUÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA									
2.0	DUR/600300								

1.720.476.346.84									
ITEM	CODIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	TOTAL (R\$) COM BDI 24,23%		
2.1	DER/601200	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	11,25	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 485,21		
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	26,24	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 566,00		
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	15,00	116,10	R\$ 144,23	R\$ 2.163,45		
2.4	97956	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020	UNO	2,00	1.530,43	R\$ 1.901,25	R\$ 3.802,50		
2.5	DER/CLAO40	C/L ALVENARIA TUBO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UNO	1,00	555,56	R\$ 690,17	R\$ 690,17		
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	243,40	1,33	R\$ 1,65	R\$ 401,61		
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	24,34	215,00	R\$ 267,09	R\$ 6.500,97		
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	243,40	63,79	R\$ 85,46	R\$ 20.800,96		
3.3	810750/D18	MEIO-FIO COM SANHETA - TIPO 2 (0,042m²)	M	81,37	43,73	R\$ 54,33	R\$ 4.420,83		
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF_04/2019	M2	243,40	0,67	R\$ 0,83	R\$ 202,02		
A5		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 05 E CRUZO 05 (ENTRE CRUZO 01 E CRUZO 04)							
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	M2	62,11	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 53,41		
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024 (LOCAÇÃO DE OBRA)	M	31,06	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 23,92		
2.0	DER/600300	ESCAVAÇÃO DE BUEIRO EM 1ª CATEGORIA	M3	105,00	R\$ 11,68	R\$ 14,51	R\$ 1.523,55		
2.1	DER/601200	REATERRO E APIOLAMENTO MECÂNICO	M3	29,99	R\$ 34,72	R\$ 43,13	R\$ 1.293,47		
2.2	DER/601200A	REATERRO SEM APIOLAMENTO	M3	69,98	R\$ 17,36	R\$ 21,57	R\$ 1.509,47		
2.3	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	40,00	116,10	R\$ 144,23	R\$ 5.769,20		

ITEM	CODIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	TOTAL (R\$) COM BDI 24,23%
2.4	97056	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M; AF_12/2020.	UND	3,00	1.530,43	R\$ 1.901,25	R\$ 5.703,75
2.5	DER/CLA040	C/L ALVENARIA TUDO ATÉ DIÂMETRO DE 400MM	UND	2,00	555,56	R\$ 690,17	R\$ 1.380,34
2.6	97097	POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA ESGOTO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1X1,5 M; AF_12/2020	UND	1,00	1.703,68	R\$ 2.146,48	R\$ 2.146,48
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	62,11	1,33	R\$ 1,65	R\$ 102,48
3.1	100329	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	6,21	215,00	R\$ 267,09	R\$ 1.658,63
3.2	92338	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM; AF_10/2022.	M2	62,11	68,79	R\$ 85,46	R\$ 5.307,92
3.3	810240/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m³)	M	31,35	43,73	R\$ 54,33	R\$ 1.703,25
4.0	99802	MANEJO FINAL DA OBRA. AF_04/2019	M2	62,11	0,67	R\$ 0,83	R\$ 51,55
A5		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO 06 E TRECHO 07, CRUZOS 05.05 E 06 (ENTRE TRECHO 05 E 07)					
1.0	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTIRAS; AF_05/2018	M2	751,99	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 646,71
1.1	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_03/2024 (LOCAÇÃO DE OBRA)	M	376,00	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 289,52

3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	751,99	1,33	R\$ 1,65	R\$ 1.240,78
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	75,20	215,00	R\$ 267,09	R\$ 20.185,17
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	751,99	68,79	R\$ 85,46	R\$ 64.265,07
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m³)	M	210,43	43,73	R\$ 54,33	R\$ 11.432,66
4.0	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA. AF_04/2019	M2	751,99	0,67	R\$ 0,83	R\$ 624,15

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA NÃO DESONERADA.							
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO							
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - DISTRITO DE PORTO FIGUEIRA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ							
ENDEREÇO: SINAPI DA/24 e DER DA/23							
RESPONSÁVEL TÉCNICA: MAREIA CRISTINA MARINCA - ENGª CIVIL, CREA-PR 35.456/D							
OBRA: EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - ÁREA INSTITUCIONAL 1 (CAMPING)							
ÁREA: 2.167,64m²							
DATA: JUNHO DE 2024							
ART: 3720242634684							
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (R\$) SEM BDI	VALOR (R\$) COM BDI	TOTAL (R\$) COM BDI 24,23%
A7							
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO - TRECHO DE 1 CRUZO 07 (ENTRE RESERVA INSTITUCIONAL E TRECHO 01)							
1.1	98575	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTERAS AF_05/2018	M2	329,33	R\$ 0,69	R\$ 0,86	R\$ 283,22
1.2	105011	EXECUÇÃO DE LINHAS DE REFERÊNCIA EM GABARITO OU CAVALETE. AF_09/2024 (LOCAÇÃO DE OBRA)	M	154,67	R\$ 0,62	R\$ 0,77	R\$ 126,80
LIMPEZA DE SOLO							
3.0	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	329,33	1,33	R\$ 1,65	R\$ 543,39
3.1	100323	BASE DE AREIA MÉDIA, CONSIDERANDO TRANSPORTE E COMPACTAÇÃO	M3	32,93	215,00	R\$ 267,09	R\$ 8.795,27
3.2	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022	M2	329,33	68,79	R\$ 85,46	R\$ 28.144,94
3.3	810250/DER	MEIO-FIO COM SARIETA - TIPO 2 (0,042m³)	M	118,10	43,73	R\$ 54,33	R\$ 6.416,37

Item		Descrição		Valor		Valor		Valor		Valor	
4.0	99504	PLANTIO DE GRAMA NATIVAIS EM PLACAS AF_05/2018		M2		323,53		R\$ 14,11		R\$ 4.565,01	
4.1	99802	LIMPEZA FINAL DA OBRA AF_04/2019		M2		329,33		R\$ 0,83		R\$ 273,34	

TOTAL DA MEDIÇÃO

TOTAL DA MEDIÇÃO ACUMULADA

Alto Porãto, 13 de agosto de 2024.

  
CICERO A. FERREIRA  
CPF: 685.515.000-80  
CICERO A. FERREIRA - ME  
CNPJ: 20.685.515/0001-80

Documento assinado digitalmente  
  
LEANDRO ALENCAR DE FREITAS  
Data: 13/08/2024 14:15:38 -0300  
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>  
LEANDRO ALENCAR DE FREITAS - Arquiteto  
CAU/PR: A71205-1






# APÓLICE DIGITAL

**junto**  
SEGUROS



A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (<https://www.gov.br/susep>) ou da Junto Seguros ([juntoseguros.com](https://juntoseguros.com)).

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 - Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: 13/08/2024 10:11:08

Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079

Proposta: 4712810

Controle Interno (Código Controle): 182389290

Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

### DADOS DO SEGURADO: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO

CPF/CNPJ: 95.640.736/0001-30 AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS 900, EDIFÍCIO PREFEITURA MUNICIPAL CENTRO - CEP: 87.528-000 - ALTO PARAISO - PR

### DADOS DO TOMADOR: CICERO A FERREIRA

CPF/CNPJ: 20.685.515/0001-80 AVENIDA REPUBLICA 628, SALA 01, CENTRO - CEP: 87.480-000 - MARIA HELENA - PR

### DADOS DA CORRETORA:

000002.0.200187-5 MUTUUS CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP  
Brasil

Assinado digitalmente por:

Roque Jr. de H. Melo

ICP  
Brasil

Assinado digitalmente por:

Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signalários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 82FF6E28A0F8B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 7ABF101B9B728D55D1532D0F6E57775DCFEADD87.



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0158  
**junto**  
SEGUROS

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Executante Construtor	R\$ 3.690,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

### Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Executante Construtor	R\$ 3.690,00	13/08/2024	11/11/2024
Despesas de Contenção e Salvamento	R\$ 36,90	13/08/2024	11/11/2024
Multas e Penalidades	R\$ 3.690,00	13/08/2024	11/11/2024

### Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Executante Construtor	R\$ 197,23
Adicional de Fracionamento	R\$ 0,00
I.O.F	R\$ 0,00
<b>Prêmio Total</b>	<b>R\$ 197,23</b>

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
	1	20/08/2024	22450904	R\$ 197,23

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. Os valores (acrescentados, abatidos) devidos no cenário desta contratação de cobertura(s) pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

APÓLICE DIGITAL



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0159  
**junto**  
SEGUROS

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento, das obrigações assumidas pelo Tomador, na execução dos serviços de construção, conforme termos e condições descritos no Contrato 063/2024.

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor máximo fixado em seu frontispício, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTA SEGURO.

APÓLICE DIGITAL



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0160  
**junto**  
SEGUROS

## CONDIÇÕES CONTRATUAIS

### EXECUTANTE CONSTRUTOR

PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

#### 1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo Tomador no Contrato Principal para construção, sendo estes compreendidos como o sobrecusto correspondente a contratação do Construtor Substituto para execução do escopo inadimplido pelo Tomador, assim como penalidades pecuniárias impostas pelo Segurado ao Tomador.

#### 2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

- a) obrigações trabalhistas e previdenciárias, salvo se expressamente contratada respectiva cobertura adicional;
- b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;
- c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;
- d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;
- e) inadimplência de obrigações do Contrato Principal que não sejam de responsabilidade do Tomador;
- f) eventos, obras ou serviços não estipulados no Contrato Principal, conforme constante no momento da subscrição de risco pela Seguradora, assim como todos os eventos, obras ou serviços correspondentes à manutenção, refazimento, qualidade ou garantia técnica do objeto do Contrato Principal;
- g) quaisquer obrigações e/ou prejuízos decorrentes da não execução das obras de infraestrutura para loteamento;
- h) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Contrato Principal;
- i) atos de terrorismo, conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;
- j) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;
- k) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;
- l) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;
- m) prejuízos decorrentes do não cumprimento de obrigações fiscais e tributárias;

APÓLICE DIGITAL



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0161  
**junto**  
SEGUROS

- n) prejuízos causados por roubo, furto, estelionato, apropriação indébita ou quaisquer crimes praticados pelo Tomador, por seus funcionários e/ou prepostos;
- o) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;
- p) o pagamento ou liberação financeira a maior pelo Segurado em benefício do Tomador;
- q) refazimento da obrigação garantida em decorrência de vícios, defeitos ou qualidade da obra ou serviço realizado pelo Tomador e que tenham sido aceitos pelo Segurado;
- r) refazimento da obrigação garantida decorrente de alteração de projeto ou escopo;
- s) impacto decorrente de insuficiência ou deficiência de material e/ou serviços do orçamento elaborado ou aprovado pelo Segurado na ocasião de sua contratação;
- t) obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do Tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta Apólice, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização;
- u) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

### 3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Exceto nas hipóteses de extinção da garantia pelo término de Vigência ou pelo pagamento da Indenização, caberá devolução Pro-rata-die do Prêmio pago em caso de cancelamento desta Apólice, de modo que a Seguradora terá o direito de reter ou cobrar do Tomador, pelo menos, a quantia estabelecida a título de Prêmio Mínimo.

3.2.1. O eventual valor de devolução Pro-rata-die do Prêmio pago, será atualizado mediante aplicação do IPCA, ou índice que lhe venha a substituir, da data de recebimento pela Seguradora da solicitação de cancelamento realizada pelo Tomador, devidamente acompanhada da documentação que comprove a inexistência de risco a ser coberto, até a data de desembolso pela Seguradora.

3.2.2. Caso as informações bancárias para a restituição não sejam disponibilizadas pelo responsável ou estejam incorretas, o prazo estipulado nesta cláusula será reiniciado, a contar da data do envio dos dados corretos.

3.3. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.

### 4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Contrato Principal subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Contrato Principal, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Contrato Principal.

4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato,

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0107  
**junto**  
SEGUROS

de alterações ocorridas ao Contrato Principal ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.

4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. Importam em Perda de Direitos, conforme item 8, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

4.6 Caso a Vigência da Apólice seja inferior à vigência do Contrato Principal, a Seguradora se compromete a renovar a Apólice enquanto houver risco a ser coberto, desde que solicitado pelo Segurado ou Tomador. Na hipótese de necessidade de renovação, o Tomador reconhece que não poderá se opor à mesma, sendo-lhe facultado, no entanto, substituir a garantia por outra aceita pelo Segurado ou aceitar o endosso da Apólice conforme condições comerciais estabelecidas pela Seguradora.

## 5. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. **Expectativa de Sinistro:** Instauração do processo administrativo para apuração do inadimplemento de quaisquer das obrigações do Tomador que possam gerar atraso ou não execução do objeto do Contrato Principal.

5.1.1. Tão logo tome conhecimento de qualquer inadimplência contratual do Tomador, o Segurado deverá imediatamente notificá-lo acerca dos inadimplementos ocorridos, indicando claramente os itens não cumpridos e prazo para regularização, remetendo cópia da notificação para o "canal de sinistro" constante do site eletrônico da Seguradora.

5.1.2. A não comunicação da Expectativa de Sinistro se configura em hipótese de perda de direito, pelo Segurado, a eventual indenização securitária por Prejuízos decorrentes, relacionados ou referentes ao evento não comunicado nos termos do item 5.1.1, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso impeça a Seguradora de atuar como mediadora de eventual conflito e de adotar medidas de mitigação dos riscos de Sinistro.

5.2. Mediante recebimento da notificação remetida pelo Segurado, fica facultado à Seguradora atuar como mediadora junto ao Segurado e Tomador, no intuito de avaliar o caso e auxiliar as partes na resolução de eventual conflito ou inadimplência contratual, visando mitigar riscos e evitar prejuízos às partes.

5.2.1. Havendo previsão no Contrato Principal de deflagração do comitê de resolução de conflito e/ou outro método similar, Segurado e Tomador, nos termos das regras previstas no Contrato Principal, tentarão dirimir eventual controvérsia acerca da Expectativa de Sinistro e/ou buscarão encontrar soluções eficientes para mitigar Prejuízos e/ou evitar a rescisão contratual, mantendo, em qualquer caso, a Seguradora sempre informada do andamento das tratativas.

5.2.2. A adoção de ações pela Seguradora perante o Segurado e o Tomador, quando da Expectativa de Sinistro, não representa aceite tácito, ou expresso, de cobertura securitária relacionada à futura Reclamação de Sinistro que venha a ser comunicada pelo Segurado.

5.3. **Reclamação de Sinistro:** não sanado o inadimplemento, a Expectativa de Sinistro poderá ser convertida em Reclamação de Sinistro pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração do Inadimplemento e consequente rescisão do Contrato Principal e/ou a aplicação de penalidades, conforme o caso.

5.3.1. A não formalização da Reclamação de Sinistro tornará sem efeito a Expectativa de Sinistro.

5.4. **Caracterização do Sinistro:** o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade da multa ou rescisão do Contrato Principal, por culpa ou dolo do Tomador, gerando Prejuízos ao Segurado.

APÓLICE DIGITAL





Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

**junto**  
SEGUROS

desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.

**5.5. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:**

- a) cópia do Contrato Principal, seus anexos e aditivos, se houver, devidamente assinados pelo Tomador e Segurado;
- b) cópia do processo administrativo de acompanhamento do Contrato Principal;
- c) cópias das ordens de serviço, de boletins de medição, relatórios de acompanhamento contratual, assim como demais documentos relacionados a gestão do Contrato Principal;
- d) cópia das notas fiscais, ou outros documentos de cobrança emitidos pelo Tomador, e de seus respectivos comprovantes de pagamento;
- e) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e resultou na rescisão do Contrato Principal e/ou na aplicação de multa, contendo a notificação de penalidades ao Tomador e sua publicação em Diário Oficial;
- f) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Construtor Substituto, quando aplicável;
- g) cópia dos comprovantes de pagamento do Segurado para o Construtor Substituto, quando aplicável;
- h) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
- i) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- j) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador, se aplicável;
- k) cópia do edital de licitação do qual decorre o Contrato Principal, e seus anexos.

**5.6. Regulação do Sinistro:** a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

**5.6.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.6 será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.**

**5.6.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.6 será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão, ou ausência de efeito suspensivo ao recurso.**

## **6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO**

**6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante:**

- a) pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador; ou
- b) execução da obrigação garantida, de forma a dar continuidade e concluí-la sob sua responsabilidade, nos limites da Apólice, nos termos e condições estabelecidos no Contrato Principal ou conforme acordado entre Seguradora e Segurado.

**6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá (i) à diferença entre o preço previsto no Contrato Principal e o preço contratualmente definido com o Construtor Substituto, para execução do escopo contratual inadimplido por culpa ou dolo do Tomador; e/ou (ii) o valor da penalidade pecuniária aplicada pelo Segurado ao Tomador, e inadimplida por este após o decurso do prazo para seu pagamento.**

**6.1.2. Para apuração do Prejuízo serão considerados, exclusivamente, os valores de materiais,**

APÓLICE DIGITAL



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0164  
**junto**  
SEGUROS

**bens e serviços originalmente constantes do Contrato Principal e seu(s) anexo(s), não abrangendo itens como correção monetária, melhoramento técnico de bens e serviços, manutenções corretivas, refazimentos e assunção direta.**

6.1.3. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, no âmbito do Contrato Principal, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

**6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador no Contrato Principal, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.**

6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.

6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Contrato Principal e sua legislação específica.

6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

## **7. CONTENÇÃO E SALVAMENTO**

7.1. A Seguradora realizará, até o valor máximo do LMI elencado no frontispício da Apólice, o reembolso de valores comprovadamente gastos pelo Segurado à título de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento, incorridos durante a Vigência da Apólice e vinculados ao Objeto da Garantia e ao Contrato Principal.

**7.2. Além das hipóteses constantes do item 2.1 das Condições Contratuais, são excluídos da cobertura de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento os valores gastos pelo Segurado:**

a) em relação ao Objeto Garantido ou Contrato Principal para prevenção ordinária de sinistros, Prejuízos e danos em geral, assim considerados também quaisquer despesas de manutenção, segurança, conserto, renovação, reforma, substituição preventiva, ampliação e outras medidas afins;

b) para adoção de medidas inadequadas, inoportunas, desproporcionais ou injustificadas, sendo estas consideradas como aquelas medidas ou providências sem relação direta com o possível ou efetivo Sinistro, ou com o Objeto da Garantia, assim como medidas ou providências extemporâneas, ou em valor ou justificativa desproporcional ao risco de Sinistro.

7.3. Para reembolso das Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento, aplicam-se as regras e obrigações constantes do item 5.1 e seguintes, devendo ser encaminhado pelo Segurado, além dos documentos constantes do item 5.5, cópias dos:

- i. contrato(s) com terceiro(s) para execução de medidas ou providências as quais geraram as Despesas de Contenção ou Despesas de Salvamento;
- ii. comprovantes de despesa incorrida pelo Segurado, para execução das medidas de contenção ou salvamento; e
- iii. dos comprovantes de pagamento ou desembolso realizados pelo Segurado, referente às Despesas de Contenção e Salvamento.



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0165  
**junto**  
SEGUROS

## 8. PERDA DE DIREITOS

8.1. O Segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;

II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;

III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;

IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;

V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;

VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.

8.2. O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.

8.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8.4. O acompanhamento pela Seguradora do Contrato Principal, incluindo o acesso ao local de execução, recebimento de informações, documentos e relatórios dos responsáveis técnicos, dentre outras medidas de acompanhamento do risco não desonera o Segurado de suas obrigações previstas nesta Apólice e não inviabiliza eventual aplicação das hipóteses de perda de direito à indenização previstas nesta cláusula.

## 9. EXTINÇÃO DA COBERTURA

9.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

a) o objeto do Contrato Principal garantido pela Apólice for definitivamente realizado e quando houver manifestação expressa do Segurado neste sentido;

b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;

c) quando o pagamento da indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;

d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou

e) término da Vigência prevista na Apólice ou Endosso.

9.1.1. Para coberturas com LMI definido, uma vez que o valor de indenização atinja o LMI indicado na Apólice, fica a respectiva cobertura extinta.

APÓLICE DIGITAL



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0166  
**junto**  
SEGUROS

**9.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.**

## **10. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS**

10.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.

10.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas no Contrato Principal, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

## **11. CONTROVÉRSIAS**

11.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

## **12. ACEITAÇÃO**

12.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

12.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

12.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 12.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 12.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

12.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.

12.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 12.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

12.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

12.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Quando solicitado pela Seguradora, o Segurado e o Tomador concordam em encaminhar todos os documentos que demonstrem o correto cumprimento das obrigações garantidas, autorizando, inclusive, a entrada dos prepostos e prestadores de serviço da Seguradora no canteiro de obras, se necessário.

13.1.1. O direito da Seguradora em acompanhar e/ou monitorar o cumprimento das obrigações garantidas não exime o Segurado ou o Tomador de suas obrigações perante o Contrato Principal, Seguradora e os termos da Apólice.

13.2. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou





Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

0187  
**junto**  
SEGUROS

aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.

13.3. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.

13.3.1. Este contrato de seguro é nulo para resguardar quaisquer obrigações decorrentes de contratos com cláusula de retomada nos termos do art. 102, da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

13.4. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.

13.5. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.

13.6. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.

13.7. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Indenização e Limite Máximo de Garantia.

13.8. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

13.9. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

13.10. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico <https://www.gov.br/susep>.

#### 14. DEFINIÇÕES

14.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:

**I. Apólice:** documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.

**II. Beneficiário:** pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.

**III. Condições Particulares:** conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.

**IV. Construtor Substituto:** empresa terceira, idônea e tecnicamente capaz, segundo parâmetros usualmente utilizados para os contratos de construção, que se encarregará da construção caso o Tomador não cumpra o Contrato Principal.

**V. Contrato Principal:** instrumento contratual firmado entre Tomador e Segurado, incluindo seus anexos e especificações técnicas, no qual consta as obrigações de construção assumidas pelo Tomador e garantidas pela Apólice.

**VI. Despesa de Contenção:** despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, para evitar a caracterização do Sinistro iminente que seria coberto pela Apólice, a partir de um Incidente ou Perturbação ao Objeto da Garantia ou ao Contrato Principal, e sem as quais o Sinistro coberto pela Apólice seria inevitável e ocorreria de fato.

**VII. Despesa de Salvamento:** despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, após a ocorrência de um evento de Caracterização do Sinistro coberto pela Apólice, de modo a minorar as consequências e Prejuízos relacionados ao Sinistro.

**VIII. Endosso:** documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

**IX. Incidente ou Perturbação:** evento súbito, acidental, imprevisto quanto à sua realização ou efetivação dentro da vigência da Apólice, desconhecido ao Segurado e externo às condições de execução do Contrato Principal ou Objeto da Garantia, e que pode constituir a causa de danos ou



Nº Apólice Seguro Garantia: 06-0775-0249079  
Proposta: 4712810  
Controle Interno (Código Controle): 182389290  
Nº de Registro SUSEP: 054362024000607750249079

**junto**  
SEGUROS

Caracterização do Sinistro conforme termos da Apólice.

**X. Indenização:** contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de (i) pagamento em dinheiro; ou (ii) retomada e conclusão do Objeto da Garantia, por meio da contratação de Construtor Substituto.

**XI. Limite Máximo de Garantia (LMG):** valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice. Não deve ser confundido com a soma dos Limites Máximos de Indenização por cobertura. Em sendo promovida a Indenização correspondente a uma cobertura com LMI definido, o LMG da Apólice corresponderá ao valor indicado, subtraído o valor de Indenização pago a título de LMI.

**XII. Limite Máximo de Indenização (LMI):** valor máximo de Indenização para cada cobertura contratada, podendo cada cobertura possuir um LMI igual ou inferior ao LMG.

**XIII. Prejuízos:** (i) sobrecusto, sendo este o valor correspondente à diferença entre o preço previsto no Contrato Principal e o preço contratualmente definido com o Construtor Substituto, para execução do escopo contratual do Contrato Principal inadimplido por culpa ou dolo do Tomador e/ou (ii) multas aplicadas pelo Segurado em decorrência de inadimplementos do Tomador ao Contrato Principal e inadimplida após o decurso do prazo para seu pagamento, das quais o Segurado não possua meios para seu adimplemento de forma administrativa.

**XIV. Prêmio:** importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

**XV. Prêmio Mínimo:** a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

**XVI. Pro-rata-die:** corresponde a devolução de Prêmio Pro-rata-die, método de cálculo para devolução de Prêmio, com a retenção de valor proporcional aos dias de vigência decorridos e devolução de valores proporcionais, por dia de vigência não decorridos.

**XVII. Relatório Final de Regulação de Sinistro:** documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

**XVIII. Segurado:** ente da Administração Pública que contrata o Tomador, nos termos da legislação.

**XIX. Seguradora:** é a Junto Seguros S/A.

**XX. Seguro garantia:** seguro o qual garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme os termos da Apólice, podendo se limitar a fases, etapas, ou entregas parciais do Contrato Principal.

**XXI. Tomador:** pessoa jurídica contratada pela Administração Pública para execução do Contrato Principal, nos termos da legislação.

**XXII. Vigência:** as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE DIGITAL





**TERMO DE CONFERÊNCIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO N.007/2024**

**MODALIDADE: CONCORRENCIA**

**PROPONENTE: CICERO A. FERREIRA**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

#####	SOLICITADO	VALIDADE	OBSERVAÇÃO
Contrato Social	<b>SIM</b>	OK	
Cartão CNPJ	<b>SIM</b>	OK	
CICAD			
CND Federal/INSS	<b>SIM</b>	OK	
CND Estadual	<b>SIM</b>	OK	
CND Municipal	<b>SIM</b>	OK	
CND FGTS	<b>SIM</b>	OK	
Certidão de Concordata e Falência	<b>SIM</b>	OK	
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	<b>SIM</b>	OK	
Balanco Patrimonial	<b>SIM</b>	OK	
Atestado de Responsabilidade Técnica	<b>SIM</b>		
Comprovação de Vinculo Empregatício entre Profissional e Licitante	<b>SIM</b>	OK	
Registro ou Inscrição do Profissional no CREA ou CAU	<b>SIM</b>	OK	
Declaração que o profissional irá participar da obra ou serviço	<b>SIM</b>	OK	
Certidões ou Atestados, emitidos pelo CREA ou CAU	<b>SIM</b>		
Registro entidade profissional (CREA OU CAU)	<b>SIM</b>	OK	
Atestado Qualificação Técnica (comprovar execução piso intertravado (mínimo 650,29 m²)	<b>SIM</b>	OK <i>Não Comprova</i>	

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL  
NIRE: 41.1.0763648.8 E CNPJ: 20.685.515/0001-80  
**CICERO A. FERREIRA**

Fls. 01

**CICERO APARECIDO FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 06/03/1975, natural da cidade de Nova Olímpia, Paraná, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01978460333/DETRAN-PR, inscrito no CPF sob o nº 036.467.889-50, residente e domiciliado à Avenida República, nº 628, casa, Centro, CEP 87480-000, em Maria Helena, Paraná.

Empresário individual, sob o nome empresarial **CICERO A. FERREIRA**, com sede à Avenida República, nº 628, Sala 01, Centro, CEP 87480-000, em Maria Helena, Paraná, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41.1.0763648.8 em 02/07/2014 e no CNPJ/MF sob o número 20.685.515/0001-80; resolve assim, Alterar e Consolidar o Instrumento de Inscrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CAPITAL** – O capital no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo o aumento no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL**: Fica acrescido ao Objeto Social, as atividades de: "Serviços de urbanização em ruas, calçadas e praças, atividade paisagística e jardinagem, coleta de resíduos não perigosos, poda de árvores e gramas, remoção de galhos, gramas e entulhos", passando para tanto, o Objeto Social a ser: "Serviços de construção civil, de pinturas e acabamentos em obras, instalação e manutenção elétrica residencial e comercial, instalação e manutenção de condicionadores de ar, urbanização em ruas, calçadas e praças, atividade paisagística e jardinagem, coleta de resíduos não perigosos, poda de árvores e gramas, remoção de galhos, gramas e entulhos".

**INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO CONSOLIDADO**  
NIRE: 41-1-0763648.8 E CNPJ: 20.685.515/0001-80  
**CICERO A. FERREIRA**

**CICERO APARECIDO FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 06/03/1975, natural da cidade de Nova Olímpia, Paraná, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL  
NIRE: 41.1.0763648.8 E CNPJ: 20.685.515/0001-80  
**CICERO A. FERREIRA**

Fls. 02

01978460333/DETRAN-PR, inscrito no CPF sob o nº 036.467.889-50, residente e domiciliado à Avenida República, nº 628, casa, Centro, CEP 87480-000, em Maria Helena, Paraná.

Empresário individual, sob o nome empresarial **CICERO A. FERREIRA**, com sede à Avenida República, nº 628, Sala 01, Centro, CEP 87480-000, em Maria Helena, Paraná, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41-1-0763648.8 em 02/07/2014 e no CNPJ/MF sob o número 20.685.515/0001-80; resolve assim, Alterar e Consolidar o Instrumento de Inscrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL** - O Empresário Individual gira como nome empresarial **CICERO A. FERREIRA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL** - O capital é de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA SEDE** - O Empresário Individual tem sua sede no seguinte endereço: **Avenida República, nº 628, Sala 01, Centro, CEP 87480-000, em Maria Helena, Paraná.**

**CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO** - O Empresário Individual tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **"Serviços de construção civil, de pinturas e acabamentos em obras, instalação e manutenção elétrica residencial e comercial, instalação e manutenção de condicionadores de ar, urbanização em ruas, calçadas e praças, atividade paisagística e jardinagem, coleta de resíduos não perigosos, poda de árvores e gramas, remoção de galhos, gramas e entulhos".**

**CLÁUSULA QUINTA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO** - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

**CLÁUSULA SEXTA - DO ENQUADRAMENTO** - O empresário declara que a atividade se enquadra em **Microempresa - ME**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006).

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL  
NIRE: 41.1.0763648.8 E CNPJ: 20.685.515/0001-80  
**CICERO A. FERREIRA**

**Fls. 03**

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Maria Helena – PR, 10 de fevereiro de 2021.

**CICERO APARECIDO FERREIRA**



**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa CÍCERO A. FERREIRA consta assinado digitalmente por:

EMPRESA CÍCERO A. FERREIRA	
CPF	Nome
03646788950	CÍCERO APARECIDO FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/02/2021 21:03 SOB N° 20210870087.  
PROTOCOLO: 210870087 DE 13/02/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12101023390. CNPJ DA SEDE: 20695519000180.  
NIRE: 41107636488. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/02/2021.  
CÍCERO A. FERREIRA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**

NIRE: 41-1-0763648.8 - CNPJ: 20.685.515/0001-80

**CICERO A. FERREIRA**

**CICERO APARECIDO FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, nascido em 06/03/1975, natural da cidade de Nova Olímpia, Paraná, portador da Carteira de Nacional de Habilitação, RG nº 01978460333/SESP-PR, inscrito no CPF sob o nº 036.467.889-50, residente e domiciliado à Avenida República, nº 628, Casa, Centro, CEP 87490-000, em Maria Helena, Paraná.

Empresário individual, sob o nome empresarial **CICERO A FERREIRA**, com sede à Avenida República nº 628, Sala 01, Centro, CEP 87480-000, Maria Helena, Paraná, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41-1-0763648.8 em 17/12/2014 e última alteração do Instrumento de Inscrição de Empresário Individual arquivada sob o registro nº 20210870087, em 13/02/2021 e inscrito no CNPJ/MF sob o número 20.685.515/0001-80; resolve assim, Alterar o Instrumento de Inscrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO SOCIAL:** Fica acrescido ao Objeto Social a atividade de:

= CNAE **4329-1/04** - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, passando esse a ser: **"serviços de construção civil, de pinturas e acabamentos em obras, instalação e manutenção elétrica residencial e comercial, instalação e manutenção de condicionadores de ar, urbanização em ruas, calçadas e praças, atividade paisagística e jardinagem, coleta de resíduos não perigosos, poda de árvores e gramas, remoção de galhos, gramas e entulhos e a montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos"**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento em única via.

Maria Helena – PR, 02 de maio de 2022.

**CICERO APARECIDO FERREIRA**

Empresário Titular





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 2 de 2

0175

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CÍCERO A. FERREIRA consta assinado digitalmente por:

### IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF/CNPJ	Nome
03646788950	CÍCERO APARECIDO FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/05/2022 13:19 SOB Nº 20222604033.  
PROTOCOLO: 222804033 DE 03/05/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12205531640. CNPJ DA SEDE: 20695515000180.  
NIRE: 41107636488. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/05/2022.  
CÍCERO A. FERREIRA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste Documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,  
informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.885.515/0001-80 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 02/07/2014	
NOME EMPRESARIAL CICERO A. FERREIRA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMPACTO MAO DE OBRA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV REPUBLICA		NÚMERO 628	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 87.485-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARIA HELENA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 8419-3303	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/07/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/07/2023 às 00:17:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CÍCERO A. FERREIRA  
CNPJ: 20.685.515/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:22:09 do dia 06/05/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 02/11/2024.

Código de controle da certidão: 86E4.CFE3.5CD1.A1F3  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 20.685.515/0001-80  
**Razão Social:** CICERO A FERREIRA ME  
**Endereço:** RUA PIEDADE 840 / CENTRO / MARIA HELENA / PR / 87480-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/07/2024 a 18/08/2024

**Certificação Número:** 2024072003502210402427

Informação obtida em 30/07/2024 22:33:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CICERO A. FERREIRA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Certidão nº: 17606152/2024

Expedição: 13/03/2024, às 22:33:54

Validade: 09/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CICERO A. FERREIRA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 20.685.515/0001-80, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

0180

Estado do Paraná

Prça Brasil, 2001

Fone (44) 3662-1030

CEP 87480-000

MARIA HELENA - PR

CNPJ 16.247.386/0001-00

## INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº. 2-000315

**Nome de Fantasia:** COMPACTO MÃO DE OBRA

**Razão Social:** CICERO A. FERREIRA

**C.N.P.J.:** 20.685.515/0001-80

**Endereço:** AVENIDA DA REPÚBLICA, Nº. 628, CEP: 87480-000, CENTRO  
**COMPLEMENTO:** SALA 1 - MARIA HELENA - ESTADO DO PARANÁ

**Atividade Principal:** 4120-400 - Construção de edifícios

**Atividade(s) Secundária (s):** 3811-400 - Coleta de Resíduos não-perigosos; 4313-800 - Obras de Urbanização - ruas, praças e calçadas; 4321-500 - Instalação e manutenção elétrica; 4322-302 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; 4329-104 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; 4330-404 - Serviços de pintura de edifícios em geral; 4330-499 - Outras obras de acabamento da construção; 8129-000- Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; 8130-300- Atividades paisagísticas.

**OBSERVAÇÃO:**

**Local e Data:** Maria Helena - Pr sexta-feira, 28 de abril de 2023.



Antonio Petersen  
Tributação e  
Cadastro Imobiliário.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**

**Certidão Negativa de Débitos Nº 652 / 2024**

**CONTRIBUINTE GLOBAL**

**CERTIFICAMOS**, que para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** **RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **CICERO A. FERREIRA**, CPF/CNPJ nº **20.685.515/0001-80**, situado(a) no município de **MARIA HELENA**.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A presente certidão não isenta débitos vincendos a partir desta data.

Certidão Número: **652/2024**

Código de Autenticidade: **4BE9F68F317E06F0E10161FBA49B03E9**

Emitida em: **30/07/2024** Válida até: **29/08/2024**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão emitida gratuitamente pela internet.

Antonio Peteno  
TRIBUTAÇÃO



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

0182

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 033996778-10

Certidão fornecida para o CNPJ/ME: 20.685.515/0001-80

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 07/11/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de UMUARAMA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA**

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

**CICERO A. FERREIRA**  
**CNPJ: 20.685.515/0001-80**  
**Local da Sede: Maria Helena - PR**

**Orientações:**

Esta certidão **NÃO APONTA** ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os fatos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de UMUARAMA. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão. A certidão em nome da pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais. Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010. A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ. A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

UMUARAMA, 1 de julho de 2024.

**ILMO ARAUJO DE LIMA**  
**Distribuidor**



EMPRESA CICERO A. FERREIRA

20.685.515/0001-80

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2022

FOLHA 00001

ATIVO	2022		2021	
CIRCULANTE				
DISPONIBILIDADES				
CAIXA				
CAIXA GERAL	730.201,44	730.201,44	504.715,18	504.715,18
	Total	730.201,44	Total	504.715,18
TOTAL DO ATIVO		730.201,44		504.715,18

SERCONTEX CONTABILIDADE

EMPRESA CICERO A. FERREIRA

20.685.515/0001-80

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2022

FOLHA 00002

PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
OBRIG. TRABALHISTAS A PAGAR		
OBRIG. TRABALHISTAS A PAGAR		
I.N.S.S.	285,60	275,17
F.G.T.S.	214,65	195,95
RETIRADA PRO-LABORE	1.078,68	979,00
SALÁRIOS E ORDENADOS	1.741,72	3.320,65
OBRIG. FISCAIS A PAGAR		1.742,23
OBRIG. FISCAIS A PAGAR		3.192,35
SIMPLES NACIONAL	5.837,28	5.837,28
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		6.034,76
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		6.034,76
ALUGUEL	200,00	150,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	6.280,00	3.680,00
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	( 15.637,94)	( 13.057,11)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL REALIZADO		
CAPITAL REALIZADO		
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	120.000,00	120.000,00
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	( 120.000,00)	( 120.000,00)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS ACUMULADOS	594.563,50	371.658,07
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	( 594.563,50)	( 371.658,07)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>730.201,44</b>	<b>504.715,18</b>

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, somando o total do seu ATIVO e PASSIVO  
a importância de R\$ 730.201,44

MARIA HELENA, 31 Dezembro 2022

CICERO APARECIDO FERREIRA: 0364678950  
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Responsável pela empresa  
CICERO APARECIDO FERREIRA  
EMPRESÁRIO TITULAR  
C.P.F. 036.467.895-50

LAERCIO TEIXEIRA DE SOUZA: 18750761919  
TÉCNICO CONTÁBIL

Técnico Contábil  
LAERCIO TEIXEIRA DE SOUZA  
CRCPR01634300  
C.P.F. 187.507.619

SERCONTEX CONTABILIDADE

**EMPRESA CICERO A. FERREIRA**

20.685.515/0001-80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 ACUMULADO

FOLHA 00001

2022

2021

RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	280.533,64	350.172,82	
RECEITAS DIVERSAS			
RECUPERAÇÕES DIVERSAS			
RECEITAS OPERACIONAIS	280.533,64	2.787,02	352.959,84
CUSTOS	280.533,64		352.959,84
DESPESAS OPERACIONAIS	280.533,64		352.959,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
RETIRADA PRO-LABORE	(14.544,00)	(13.216,00)	
DESPESA COM PESSOAL			
SALÁRIOS E ORDENADOS	(18.247,93)	(26.760,93)	
DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO	(1.420,50)	(948,20)	
FGTS DEPOSITADO	(1.560,03)	(2.511,59)	
AVISO PRÉVIO		(1.438,80)	
RESCISÃO DE CONTRATO TRABALHO	(1.365,11)	(6.051,54)	
MULTA RESCISÓRIA CONT. TRABALHO		(216,34)	
DESPESAS GERAIS			
ALUGUEL	(2.400,00)	(1.800,00)	
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(2.600,00)	(2.600,00)	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
SIMPLES NACIONAL	(15.482,84)	(12.545,27)	
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS			
MULTAS E JUROS DE MORA			
DESPESAS OPERACIONAIS	(57.628,21)	(530,17)	(67.616,84)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	222.905,43		285.341,00

Reconhecemos a exatidão da presente DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, que apresenta um

Lucro Líquido

CICERO APARECIDO  
FERREIRA:036467889-50

Responsável pela empresa

CICERO APARECIDO FERREIRA

EMPRESÁRIO TITULAR

C.P.F. 036.467.889-50

MARIA HELENA, 31 Dezembro 2022

LAERCIO TEIXEIRA DE  
SOUZA:18750761900

Técnico Contábil

LAERCIO TEIXEIRA DE SOUZA

CRCPR01534300

C.P.F. 187.507.619

SERCONTEX CONTABILIDADE



ATIVO		2023	2022
CIRCULANTE			
DISPONIBILIDADES			
CAIXA			
CAIXA GERAL	1.519.278,73	1.519.278,73	730.201,44
	Total :	1.519.278,73	730.201,44
TOTAL DO ATIVO		1.519.278,73	730.201,44

## PASSIVO

2023

2022

## CIRCULANTE

OBRIG. TRABALHISTAS A PAGAR

OBRIG. TRABALHISTAS A PAGAR

I.M.S.S.

145,20

285,60

F.G.T.S.

214,65

RETIRADA PRO-LABORE

1.174,80

1.078,68

SALÁRIOS E ORDENADOS

1.320,00

1.741,72

3.320,61

OBRIG. FISCAIS A PAGAR

OBRIG. FISCAIS A PAGAR

SIMPLES NACIONAL

20.370,00

20.370,00

5.837,29

5.837,28

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

ALUGUEL

500,00

200,00

HONORÁRIOS CONTÁBEIS

8.880,00

9.380,00

6.280,00

6.480,01

Total : ( 31.070,00)

Total : ( 15.037,94)

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL REALIZADO

CAPITAL REALIZADO

CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

120.000,00

120.000,00

120.000,00

120.000,01

Total : ( 120.000,00)

Total : ( 120.000,00)

LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

LUCROS ACUMULADOS

1.368.208,73

1.368.208,73

594.563,50

594.563,51

Total : ( 1.368.208,73)

Total : ( 594.563,50)

## TOTAL DO PASSIVO

1.519.278,73

730.201,41

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, somando o total do seu ATIVO e PASSIVO a importância de R\$ 1.519.278,73

MARIA HELENA, 31 Dezembro 2023

Responsável pela empresa  
CICERO APARECIDO FERREIRA  
EMPRESARIO TITULAR  
C.P.F. 036.467.889-50

Tecnico Contabil  
LAERCIO TEIXEIRA DE SOUZA  
CRCPR01634300  
C.P.F. 187.50.7.8-19

## EMPRESA CÍCERO A. FERREIRA

20.685.515/0001-80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ACUMULADO

FOLHA 00001

	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	877.235,90	280.533,64
RECEITAS DIVERSAS		
RECUPERAÇÕES DIVERSAS	1.500,00	280.533,64
RECEITAS OPERACIONAIS	878.735,90	280.533,64
CUSTOS	878.735,90	280.533,64
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
RETIRADA PRO-LABORE	( 15.768,00)	( 14.544,00)
DESPESA COM PESSOAL		
SALÁRIOS E ORDENADOS	( 16.869,10)	( 18.247,93)
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO		( 1.420,50)
FGTS DEPOSITADO	( 1.545,02)	( 1.568,03)
FÉRIAS CONCEDIDAS	( 2.443,87)	
1/3 SOBRE FÉRIAS	( 610,97)	
RESCISÃO DE CONTRATO TRABALHO	( 1.562,29)	( 1.365,11)
DESPESAS GERAIS		
ALUGUEL	( 6.000,00)	( 2.400,00)
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	( 2.600,00)	( 2.600,00)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
SIMPLES NACIONAL	( 57.891,52)	( 15.482,64)
DESPESAS OPERACIONAIS	773.645,13	222.905,43
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	773.645,13	222.905,43

Reconhecemos a exatidão da presente DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, que apresenta um Lucro Líquido de R\$ 773.645,13

MARIA HELENA, 31 Dezembro 2023

Responsável pela empresa  
CÍCERO APARECIDO FERREIRA  
EMPRESÁRIO TITULAR  
C.P.F. 036.467.889-50

Técnico Contábil  
LAERCIO TEIXEIRA DE SOUZA  
CRCPR01634300  
C.P.F. 187.507.6-19

SERCONTEX CONTABILIDADE



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

0180

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx44) 3664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

www.altoparaíso.pr.gov.br

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, inscrita no CNPJ 95.640.736/0001-30 com sede em ALTO PARAISO - PR, na AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, nº900, CENTRO, neste ato representada pelo Sr. Dêrcio Jardim Junior, abaixo como signatários, atestam que a empresa CICERO A. FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 20.685.515/0001-80, sob a responsabilidade técnica do Sr. LEANDRO ALENCAR DE FREITAS, ARQUITETO E URBANISTA, Carteira: CAU - A712051, executou com qualidade, desempenho satisfatório e no prazo previsto a obra a seguir:

## DADOS DA OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO:

1. Execução: Revitalização de 14.026,99m² dos canteiros centrais da avenida Pedro Amaro dos Santos
2. Número do Contrato: 134/2023
3. RRT de Obra ou Serviço 13383010
4. Endereço da obra ou serviço técnico: AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900, CENTRO - ALTO PARAISO/PR 87528-000
5. Data de início da obra: 07/08/2023 Data de conclusão da obra: 28/12/2023

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UD	QUANT
1.1	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA "N. 22", ADESIVADA, DE	m2	3,00
1.2	93207	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2018	m2	5,00
1.3	97625	DEMOLIÇÃO PISO EXISTENTE - CONCRETO. REMOÇÃO/TRANSPORTE	m3	57,50
1.4	102281	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m3	815,00
1.5	93381	REATERNO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2018 CATEGORIA EM	m3	573,04
1.6	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,10 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_05/2018	m2	6879,52
1.7	99064	LOCAÇÃO DE OBRA. PAVIMENTAÇÃO	m2	3716,15
2.1	98546	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_08/2018	M2	8,25



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 05.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx44) 3664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

www.altoparaíso.pr.gov.br

3.1	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO, AF_08/2022	m3	424,88
3.2	97114	EXECUÇÃO DE JUNTAS DE CONTRAÇÃO PARA PAVIMENTOS DE CONCRETO, AF_04/2022	m	3089,20
3.3	COMP.	RAMPA PARA PNE, PADRÃO NBR 9050	ud	24,00
3.4	103322	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA, AF_12/2021	m2	247,14
3.5	87804	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDEIRETO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L, AF_10/2022	m2	247,14
3.6	94297	GUIA (MEIO-FIO) E SARIETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARIETA) X 23 CM ALTURA, AF_06/2016	m	178,48
3.7	101084	PISO PODOTÁTIL, DIRECIONAL OU ALERTA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA, AF_05/2020	m2	12,24
3.8	98390	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO (PREDOMINANTEMENTE ARENOSO) COM CIMENTO (TEOR DE 4%) - EXCLUSIVELY SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE, AF_11/2019	m3	155,73
3.9	92400	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20X10 CM, ESPESSURA 10 CM, AF_10/2022	m2	0,00
4.1	96504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS	M2	5730,70
4.2	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO, AF_04/2019	M2	5942,68
5.1	COMP.	PISO EM CONCRETO 30MPA	M3	119,82
5.2	CDT	BRITA	M3	23,96
5.3	7155	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIÂMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	m2	798,77

Alto Paraíso, 03 de maio de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO  
MARCIA CRISTINA BARANCA  
ENRº CIVIL CREA-PR 05.499/D  
FISCAL CALDEIRA / ART Nº 1720230872784

DERCIO JARDIM JUNIOR  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**  
**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA  
JURIDICA**

**Nº 0000000902030**



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA**

Validade: 14/03/2024 - 10/09/2024

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

**INFORMAÇÕES DO REGISTRO**

**Razão Social:** CICERO A. FERREIRA - ME

**Data do Ato Constitutivo:**

**Data da Última Atualização do Ato Constitutivo:** 03/05/2022

**Data de Registro:** 15/03/2016

**Registro CAU:** PJ32609-7

**CNPJ:** 20.685.515/0001-80

**Objeto Social:** Serviços de construção civil, de pinturas e acabamentos em obras, instalação e manutenção elétrica residencial e comercial, instalação e manutenção de condicionadores de ar, urbanização em ruas, calçadas e praças, atividade paisagística e jardinagem, coleta de resíduos não perigosos, poda de árvores e gramas, remoção de galhos, gramas e entulhos e a montagem e a instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.

**Atividades econômicas:**

- SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL

**Capital social:** R\$ 120.000,00

**Última atualização do capital:** 01/02/2017

**RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

**Nome:** LEANDRO ALENCAR DE FREITAS

**Título:**

Arquiteto(a) e Urbanista

**Início do Contrato:** 07/03/2016

**Número do RRT:** 9801682

**Tipo de Vínculo:**

**Designação:**

**OBSERVAÇÕES**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 902030/2024

Expedida em 14/03/2024, Maria Helena/PR, CAU/PR





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**  
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA  
JURIDICA**

**Nº 0000000902030**



20240000802030

Chave de Impressão: YZ0992

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil****CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO****Nº 0000000951882**

207240000951882

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA**

Validade: 12/08/2024 - 08/02/2025

CERTIFICAMOS que o Profissional LEANDRO ALENCAR DE FREITAS encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

**INFORMAÇÕES DO REGISTRO**

**Nome:** LEANDRO ALENCAR DE FREITAS **CPF:** 070.069.229-09  
**Título do Profissional:** Arquiteto(a) e Urbanista  
**Registro CAU:** A71205-1  
**Data de obtenção de Títulos:** 15/12/2011  
**Data de Registro nacional profissional:** 22/03/2012  
**Tipo de registro:** DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS.)  
**Situação de registro:** ATIVO  
**Título(s):**

- Arquiteto(a) e Urbanista

**País de Diplomação:** Brasil**Cursos anotados no SICCAU:****ANOTAÇÃO DE CURSO**

- Curso de graduação reconhecido pela Portaria SESu/MEC nº788 de 08/04/2011 publicada no DOU de 11/04/2011.

**ATRIBUIÇÕES**

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2º da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

**OBSERVAÇÕES**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) a respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 951882/2024

Expedida em 12/08/2024, Umuarama/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 558ZAA

**CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Que entre si, na melhor forma de direito, fazem primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, de um lado como primeiro contratante, o empresário **CÍCERO A. FERREIRA – ME**, empresa mercantil individual, com sede e domicílio na cidade de Maria Helena, Paraná, à Rua Piedade, nº 840, Sala 01, Centro, CEP 87480-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.685.515/0001-80, com atividade de Construção Civil, Instalação e Manutenção de Rede Elétrica comercial, Industrial e Rural, Reformas, Pinturas e Acabamentos em Obras Cíveis, representada por seu empresário titular, Sr. Cícero Aparecido Ferreira, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação, registro nº 01978460333/DETRAN-PR e inscrito no CPF sob o nº 036.467.889-50, neste instrumento chamado simplesmente **CONTRATANTE**; e de outro lado como segundo contratante, o Sr. **LEANDRO ALENCAR DE FREITAS**, brasileiro, solteiro, maior, arquiteto, portador da Carteira de Identidade Civil, RG nº 8.600.609-0/SESP-PR e inscrito no CPF sob o nº 070.069.229-09, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, sob o nº A71205-1, com escritório profissional à Avenida Presidente Castelo Branco, nº 3806, Sala 704, Zona I, em Umuarama, Paraná, neste instrumento, chamado simplesmente **CONTRATADO**, cujo contrato será regido pelas leis vigentes que pertinem à matéria e pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O primeiro contratante acima qualificado como **CONTRATANTE**, tendo como atividade a prestação de serviços em Construção Civil, resolve contratar o segundo contratante acima qualificado como **CONTRATADO**, para que, na categoria de Arquiteto, preste serviços dentro dos parâmetros aos quais a construtora está sujeita e também exerça o status de Responsável Técnico sobre as obras executadas e realizadas pelo contratante.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Prazo de Duração: a vigência deste contrato é de 03 (três) anos, iniciando nesta data, 01 de março de 2024 e terminará em 28 de fevereiro de 2027. Esse prazo poderá ser prorrogado, caso haja a necessidade, no caso de conclusão de determinada obra, ou caso haja interesse recíproco entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O Contratado fará o acompanhamento das obras elaboradas pelo contratante, e na qualidade de responsável técnico executará os projetos com as devidas instruções e orientações que se fizerem necessárias, com diligência até o local das obras quando necessária a presença do contratado.

**CLÁUSULA QUARTA:** O contratante se compromete em fazer todos os trabalhos na elaboração dos projetos dentro das normas, tanto as legais exigidas pela Secretaria Municipal da localização das obras, com também aquelas que se refiram à qualidade e à segurança estrutural, seguindo para tanto, todas as orientações do responsável técnico.

**CLÁUSULA QUINTA:** Remuneração da Prestação de Serviços: Fica convencionado entre as partes que durante a vigência deste contrato, o contratado não cobrará nenhum valor pecuniário referente às mensalidades.

**§ PRIMEIRO:** Pelas prestações de serviços e pela responsabilidade técnica, o contratante pagará ao contratado, comissão de 6% (seis por cento), sobre o valor das obras executadas num período de 01 (um) ano, ou então, sobre duas obras consecutivas.

**§ SEGUNDO:** Os projetos arquitetônicos elaborados pelo contratado, que não estejam incluídos nos contratos firmados pelo contratante, serão cobrados a parte, e não farão parte da base de cálculo para a determinação dos valores da comissão; já os projetos que estiverem inclusos na contratação realizada pelo contratante, nesse caso serão adicionados à base de cálculo geradora da comissão tratada no parágrafo primeiro.

**CLÁUSULA SEXTA:** Prazo para o Pagamento dos Serviços: O pagamento ao contratado, dar-se-á por ocasião em que o contratante receber os valores correspondentes às empreitadas, possivelmente, efetuará o pagamento correspondente, de uma só vez.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Responsabilidade sobre o ISSQN: O contratante se responsabiliza pelo pagamento integral do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) ao Ente Municipal da sede da obra executada.

**CLÁUSULA OITAVA:** A rescisão intempestiva deste instrumento só poderá acontecer por motivo justo (Justa Causa), ou por interesse e vontade mútua das partes contratantes, sem prejuízo dos direitos integrais das partes.

**CLÁUSULA NONA:** Fórum de Competência: As partes aqui firmadas elegem o Fórum da Comarca de Umuarama, Paraná, como órgão competente para dirimir as dúvidas ou descumprimento por qualquer uma das partes, ficando os herdeiros ou sucessores responsáveis pelo fiel e integral cumprimento dos termos de contrato.

E por terem justo e contratado, assinam o presente Contrato Particular de Prestação de Serviços e Responsabilidade Técnica, juntamente com duas


Leandro Alcides de Freitas  
Arquiteto e Urbanista  
CAU/PR A71205-1

97

1. TAB. TOMATO  
A. 195

01 de mayo  
1.º J.º DEL JONATO  
AQUINANA - PR

Cícero A. Ferreira  
CÍCERO A. FERREIRA - ME

  
LEANDRO ALENCAR DE FREITAS  
Contratado

**LEANDRO ALENCAR DE FREITAS**  
Contratado

**Leandro Alencar de Freitas**  
Arquiteto e Urbanista  
CALL/UR A71205-1

**Testemunhas:**

Ass: Dante G. Pardo

Name: Daniela Gallardo Pizarro

RG ou CPF: 121.443.169-02

ALL: Pragathi

Nome: Edel Acosta

RG ou CPF: 057 216 749-03

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A EDS vidros com nome da empresa Diemerson Xoteslen inscrita no CNPJ: 45.839.281/0001-09 situada na rua Odacir Schlipak nº 160, no bairro Santa Cândida, Cidade de Curitiba-PR, ATESTA através do presente que o Sr. **Leandro Alencar de Freitas**, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CAU/PR A71205-1, e a Empresa **Cícero A. Ferreira-ME**, inscrita no CNPJ: 20.685.515/0001-80, registrada no CAU/PR sob o nº 326097 Realizaram plena qualidade os serviços técnicos discriminados abaixo:

**-NÚMERO RRT:**

**-Endereço da Obra:**

Chácara EDS

Barra do Florestal- Itaperuçu-PR

(INUMERADA)

**-DATA DE INÍCIO**

10/03/2022

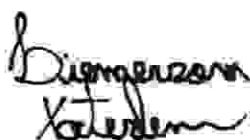
**DATA DE TÉRMINO**

21/07/2022

Descrição do objeto: Execução de instalação de 3.600m<sup>2</sup> de calçamento em piso intertravado (paver)

O referido Serviço foi executado com um bom desempenho, dentro das normas técnicas e Padrões Exigidos :

Curitiba, Paraná 12 de Dezembro de 2022



DIEMERSON XOTESLEM

CNPJ 45.839.281/0001-





## DECLARAÇÃO

AO  
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PR.  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 007/2024

A empresa CICERO A. FERREIRA – ME, através de seu representante legal, o Sr. Cicero Aparecido Ferreira, Declara de que o profissional irá participar da obra ou serviço objeto da licitação, caso a licitante seja vencedora do certame.

Declara de que possui pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

Alto Paraíso-PR, 13 de agosto de 2024.

CICERO A.  
FERREIRA 20  
685515000180

CICERO A. FERREIRA - ME  
CNPJ: 20.685.515/0001-80

CICERO A. FERREIRA – ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR – CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**  
**Nº 0000000888008**

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):  
totalizando 1 RRTs

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: LEANDRO ALENCAR DE FREITAS

Título do Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

Data de obtenção do título: 15/12/2011

Registro Nacional: 000A712051

Data de Registro: 22/03/2012

Validade: Indefinida

**ANOTAÇÃO DE CURSO**

- Nenhum curso anotado.

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 13383010

Tipo do RRT: RRT SIMPLES

Registrado em: 11/08/2023

Forma de registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

REVITALIZAÇÃO DE CANTEIROS CENTRAIS DA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS.

Empresa contratada: CICERO A. FERREIRA - ME  
CNPJ: 20.685.515/0001-80**DADOS DO CONTRATO**Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO  
CPF/CNPJ: 95640736000130

AVENIDA Pedro Amaro dos Santos

Nº 900

Complemento: CENTRO

Cidade: Alto Paraiso

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 87528000

Contrato: 010823

Celebrado em 10/08/2023

Valor do contrato: R\$ 592.743,69

Tipo do Contratante:

Data de Início: 10/08/2023

Data de Fim: 2023-12-31

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

2.1.1 - Execução de obra, 14026.99 m²;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS

Nº S-N

Complemento: CENTRO

Cidade: Alto Paraiso

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 87528000

Coordenadas Geográficas:

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO****Nº 0000000888008**

120240000888008

**DESCRIÇÃO****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO****INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.
- Declaro expressamente que são verdadeiras todas as informações constantes neste documento e que as atividades descritas no(s) RRT(s) que constitui(m) este documento foi(ram) efetivamente realizada(s) e concluída(s).
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 888008/2024

Expedida em 16/01/2024 12:01:00, Umuarama/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: W21D54849C932024ZDDZ



## CAPACIDADE FINANCEIRA

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-PR**  
**REF. EDITAL/PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 063/2024**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2024**

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente **CICERO A. FERREIRA – ME**. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social. Declaramos ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovarão as demonstrações.

São as demonstrações:

Exercício 2022

Tipo de Índice	Valor em reais	Índice (%)
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	730.201,44 / 594.563,50	1,22
Liquidez Corrente (LC) $LC = AC / PC$	730.201,44 / 594.563,50	1,22
Solvência Geral (SG) $SG = AT / (PC + ELP)$	730.201,44 / 594.563,50	1,22

Exercício 2023

Tipo de Índice	Valor em reais	Índice (%)
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	1.519.278,73 / 1.368.208,73	1,11
Liquidez Corrente (LC) $LC = AC / PC$	1.519.278,73 / 1.368.208,73	1,11
Solvência Geral (SG) $SG = AT / (PC + ELP)$	1.519.278,73 / 1.368.208,73	1,11

CICERO A. FERREIRA – ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR – CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com

**Legenda:**

AC - Ativo Circulante, RLP - Realizável a Longo Prazo, AT - Ativo Total, ELP - Exigível a Longo Prazo e PC - Passivo Circulante.

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Alto Paraíso-PR, 13 de agosto de 2024.

CICERO A.  
FERREIRA 20  
685515000180

Cícero Aparecido Ferreira  
Sócio Proprietário

LAERCIO TEIXEIRA  
DE SOUZA  
18750761900

Laercio Teixeira de Souza  
Contador  
CRCPR: 01634300

CICERO A. FERREIRA - ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR - CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com



ANEXO IV  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024  
CONCORRÊNCIA N.º 007/2024

A Empresa CICERO A. FERREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.685.515/0001-80, por intermédio de seu representante legal o Sr. Cicero Aparecido Ferreira, portador da Carteira de Identidade n.º 7.145.511-4 SESP/PR e do CPF n.º 036.467.889-50, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

☒ Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;

☒ Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

Alto Paraíso-PR, 13 de agosto de 2024.

CICERO A. FERREIRA  
20.685.515/0001-80  
CICERO A. FERREIRA-ME  
CNPJ: 20.685.515/0001-80

CICERO A. FERREIRA - ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR - CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com





ANEXO III  
DECLARAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024  
CONCORRÊNCIA N.º 007/2024

CICERO A. FERREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.685.515/0001-80, por intermédio de seu representante legal o Sr. Cícero Aparecido Ferreira, portador da Carteira de Identidade n.º 7.145.5114 SESP/PR e do CPF n.º 036.467.889-50, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

Alto Paraíso-PR, 13 de agosto de 2024.

CICERO A.  
FERREIRA: 20  
685515000180

CICERO A. FERREIRA-ME  
CNPJ: 20.685.515/0001-80

CICERO A. FERREIRA - ME

CNPJ: 20.685.515/0001-80

Endereço: Avenida República, 628, centro, Maria Helena/PR - CEP: 87480-000

Telefone: (44) 9 8419-3303

E-mail: compactomaodeobra@gmail.com

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 20685515000180  
Cadastro: CEIS CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 14/08/2024 08:21:08  
Data da última atualização: 08/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acórdãos de Leniência), 08/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP).

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANÇIONADO	NOME SANÇIONADO	UF SANÇIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANÇIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MUTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	---------------	------------

Nenhum registro encontrado

08206

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 03646788950  
Cadastro: CEIS CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 14/08/2024 08:21:08  
Data da última atualização: 08/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 08/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR**

**PARTICIPANTES E CLASSIFICAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024**

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

**LICITANTES**

<b>Razão Social:</b> CICERO A. FERREIRA	<b>Tel1:</b> (4) 498419330	<b>Tel2:</b> ()	<b>Doc:</b> 20.685.515/0001-80
<b>Email:</b> compactomaodeobra@gmail.com			<b>Cel:</b> ()
<b>Repres. Legal:</b> CICERO APARECIDO FERREIRA			<b>Doc:</b> 036.467.889-50
<b>Email:</b> ciceroa.ferreira06@gmail.com	<b>Tel1:</b> (44) 984193303	<b>Tel2:</b> (44) 384354767	<b>Cel:</b> (44) 984193303
<b>Razão Social:</b> LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES			<b>Doc:</b> 40.028.767/0001-43
<b>Email:</b> lfengenhariaeobjetos@gmail.com	<b>Tel1:</b> (1) 125396387	<b>Tel2:</b> (1) 113189359	<b>Cel:</b> (11) 977300879
<b>Repres. Legal:</b> RAFAEL DE LACERDA FARIA			<b>Doc:</b> 048.279.389-97
<b>Email:</b> rafaeldeacerdafaria@gmail.com	<b>Tel1:</b> (1) 125396387	<b>Tel2:</b> ()	<b>Cel:</b> (11) 977300879
<b>Razão Social:</b> CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS			<b>Doc:</b> 20.127.698/0001-18
<b>Email:</b> cjnobre@yahoo.com.br	<b>Tel1:</b> (4) 436227331	<b>Tel2:</b> ()	<b>Cel:</b> (44) 991067925
<b>Repres. Legal:</b> CARLOS JEFFERSON NOBRE			<b>Doc:</b> 433.769.839-68
<b>Email:</b> cjnobre@yahoo.com.br	<b>Tel1:</b> (4) 436392197	<b>Tel2:</b> ()	<b>Cel:</b> (44) 991067925

**LOTE 1 - MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS  
OBRAS E ENGENHARIA - SERVIÇOS COMUM**

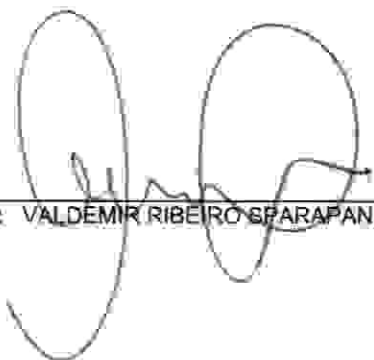
**ITENS E PROPOSTAS**

<b>Item:</b> 1	<b>Quant.:</b> 1	<b>Unidade:</b> SEV	<b>Val. Ref.:</b> 369.722,87
<b>Descrição:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).			
<b>Autor</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Valor</b>	
CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS	concreto / retangular	369.560,00	
LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES	própria / Pavimentação em piso intertravado	369.722,86	
CICERO A. FERREIRA	PRÓPRIA / PRÓPRIA	369.722,87	

**CLASSIFICAÇÃO**

<b>Razão Social</b>	<b>Num</b>	<b>Documento</b>	<b>Oferta Inicial</b>	<b>Oferta Final</b>	<b>Dif.(%)</b>	<b>ME</b>
<b>DESCLASSIFICADOS</b>						
<b>Razão Social</b>	<b>Num</b>	<b>Documento</b>	<b>Oferta Inicial</b>	<b>Oferta Final</b>	<b>Dif.(%)</b>	<b>ME</b>
CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS	028	20.127.698/0001-18	369.560,00	369.560,00		Sim
LF ENGENHARIA PROJETOS E	143	40.028.767/0001-43	369.722,86	369.722,86	0,0441	Sim
<b>INABILITADOS</b>						
<b>Razão Social</b>	<b>Num</b>	<b>Documento</b>	<b>Oferta Inicial</b>	<b>Oferta Final</b>	<b>Dif.(%)</b>	<b>ME</b>
CICERO A. FERREIRA	129	20.685.515/0001-80	369.722,87	368.999,95		Sim

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR



---

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



---

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



---

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



---

APOIO WESLEY GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - FINAL

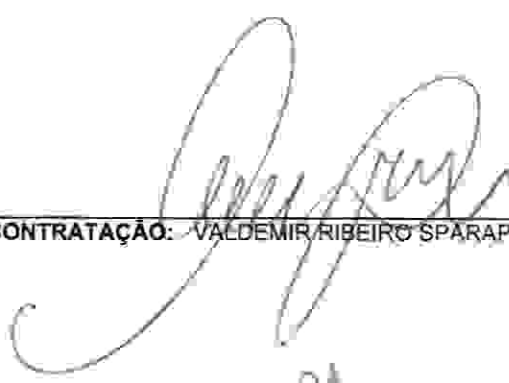

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

  
\_\_\_\_\_  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN  
\_\_\_\_\_  
APOIO: MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA  
\_\_\_\_\_  
APOIO: CINTHIA LAIZE ZAGOTO  
\_\_\_\_\_  
APOIO: UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



EMPRESA CNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTÁ DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

15/08/2024  
11:11:49

CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPÓTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.

COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"

14/08/2024  
14:04:39

FICA A EMPRESA LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

14/08/2024  
14:04:35

EMPRESA CNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTÁ DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

14/08/2024  
14:03:35

CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPOTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I" - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.

COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização de licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"

FICA A EMPRESA CINOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

A EMPRESA CICERO A. FERREIRA ESTÁ INABILITADA PELO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 7.13 DO PROJETO BÁSICO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA...

O participante CICERO A. FERREIRA adicionou o arquivo 29b0c4f62f9f4178aea59ebd011a6d9d.rar aos documentos complementares.

O participante CICERO A. FERREIRA adicionou o arquivo b54caa79a0b14de690e07528bc7e50e5.rar aos documentos complementares.

CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPOTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I" - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido

14/08/2024  
09:11:33

14/08/2024  
09:11:22

14/08/2024  
09:10:52

14/08/2024  
09:09:46

13/08/2024  
17:23:36

13/08/2024  
14:20:16

13/08/2024  
09:27:13

pelo Ministério da Economia;" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.

COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"

FICA A EMPRESA CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.

BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.

13/08/2024 13:09:24	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	PARA PARTICIPANTE 129: Em conformidade com o descrito no item 5.18.5, prorrogo por igual o prazo inicialmente concedido.
13/08/2024 12:07:29	PARTICIPANTE 129	Solicito prorrogação do prazo conforme previsto no subitem 5.18.5 pelo mesmo prazo estabelecido no subitem 5.18.4.



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR**

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

**e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br**

0214

## **PORTARIA N.º 216/2024**

**DATA: 15/08/2024**

**AUTORIA: Executivo Municipal**

**SÚMULA:** Cancela processo administrativo n.º 063/2024, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 007/2024.

**Considerando;** Que o processo acima em epigrafe foi considerado fracassado;

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

**1º). Cancelar** o processo licitatório n.º 063/2024, na Modalidade Concorrência Eletrônica n.º 007/2024, na fase que se encontra.

**2º). Esta** portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Agosto de 2024.

**Dércio Jardim Júnior**  
**Prefeito Municipal**

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO  
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
EM 17/08/2024  
Edição N.º 13099



## RECURSO

Concorrência Eletrônica nº 07/2023  
Município de Alto Paraíso-PR

Venho por meio deste, interpor a recurso referente a desclassificação da empresa **CICERO A. FERREIRA – ME**, CNPJ: 20.685.515/0001-80 onde a alega que a empresa não atendeu o subitem 7.1.3.

Vejamos:

No edital exigia:

### 7.1.1. Qualificação técnico-profissional:

1 - Apresentação de profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de **CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES** – conforme estabelecido no item 7.1.3, para fins de habilitação.



**semelhante**

adjetivo de dois gêneros

1. que é da mesma espécie, qualidade, natureza ou forma, em relação a outro ser ou coisa, similar.

## DEVE-SE TOMAR CUIDADO COM O FORMALISMO EXCESSIVO.

Odete Medauar (Direito administrativo moderno. 9.ed., 2005):

*"Exemplo de formalismo exacerbado, destoante deste princípio [do formalismo moderado], encontra-se no processo licitatório, ao se inabilitarem ou desclassificarem participantes por lapsos em documentos não essenciais, passíveis de serem supridos ou esclarecidos em diligências".*

O artigo 43, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93 faculta à Administração efetuar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo em qualquer fase da licitação, inclusive com a concessão de prazo para sanar o defeito na documentação, visando ao interesse público em detrimento de um formalismo exacerbado.

**Acórdão 1758/2003 – Plenário**

*Ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.*

*Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato.*



TJ-MA. REMESSA N.º 001168/2010 – SÃO LUÍS. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA CONJUNTA. CONTRATO SOCIAL COM ALGUMAS FOLHAS SEM AUTENTICAÇÃO. INABILITAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. SEGURANÇA CONCEDIDA. NÃO PROVIMENTO.

I – Em observância ao princípio da razoabilidade e em prol do interesse público de que a licitação possua o maior número possível de participantes para que a escolha final recaia sobre a proposta mais vantajosa, não é admissível a rejeição de interessados por meras omissões e defeitos irrelevantes, incapazes de trazer prejuízo à Administração ou licitantes;

TJ-MA. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 011376/2009.

A Administração Pública não deve agir com exacerbado formalismo, inabilitando licitantes ou desclassificando propostas, acaso as irregularidades constatadas na documentação não lhe acarretem qualquer prejuízo, pois o fim eminente típico de uma licitação é permitir a escolha da proposta mais vantajosa, dentre aquelas apresentadas por uma maior gama de interessados. Vale dizer que com quanto mais participantes o certame contar, maior será a possibilidade de encontrar preços competitivos, no entanto, devem ser resguardos os casos que possam trazer algum prejuízo ao erário público.

Adotando essa linha de julgamento se estará prezando pelo princípio da eficiência e da economicidade.

O próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda que se evite o excesso de formalismo, conforme link abaixo.

<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pr-recomenda-que-jandaia-do-sul-evite-formalismo-excessivo-em-licitacoes/10851/N>





## TCE-PR recomenda que Jandaia do Sul evite formalismo excessivo em licitações

Municipal 10 de outubro de 2023 - 09:00

< [Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#) >

Notícia Fotos



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) recomendou ao Município de Jandaia do Sul (Região Norte) que, antes de desclassificar ou inabilitar licitante, avalie se é possível sanar o vício por meio de simples diligência, para ampliar a participação nas licitações, em atendimento aos princípios da razoabilidade, da competitividade, da busca da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado.

A decisão foi tomada no processo em que os conselheiros do TCE-PR julgaram procedente Representação da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) formulada pela empresa Sol Propaganda Ltda. em face da Tomada de Preços nº 5/22 da Prefeitura de

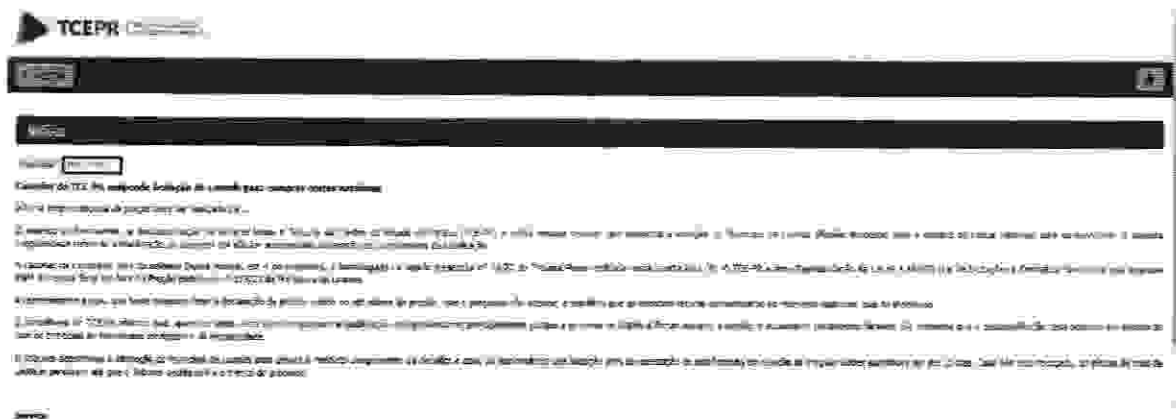
Jandaia do Sul, realizada para a contratação de agência de propaganda.

A representante alegara ter sido desclassificada no certame sob o argumento de que a via do plano de comunicação publicitária não havia atendido às exigências do edital por falta de data, assinatura e rubrica. A interessada afirmara que isso não prejudicou o certame; e que a utilização desta única ocorrência como critério de desclassificação da proposta havia representado medida inadequada e injusta, que configurou excesso de formalismo e afronta ao princípio da razoabilidade.

### Outro posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



<https://m.tce.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=11021>



### Sobre a exigência de atestado de capacidade técnica "específico" **SEM JUSTIFICATIVA**.

Qualquer exigência de ordem técnica em relação ao objeto licitado precisa ser justificada de forma explícita, clara e congruente, com base em pareceres, informações ou laudos técnicos que devem necessariamente fazer parte integrante do processo licitatório.

*É irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, verificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado. (TCU - Acórdão 2129/2021 Plenário)*

O Relator do Acórdão acima citado, Ministro Benjamin Zymler, explica que "não se pode elencar um vasto conjunto de exigências técnicas relativas aos produtos a serem adquiridos, sem a devida fundamentação técnica para cada uma. Ao inserir uma norma técnica a ser atendida pelo licitante, a Administração tem que fundamentá-la e demonstrar que ela é devida e necessária, bem como avaliar os seus efeitos na competitividade do certame, em atendimento aos princípios da motivação, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa".

*De qualquer processo administrativo para licitação de bens e serviços devem constar os estudos e levantamentos que fundamentam a fixação das especificações técnicas, tenham sido elaborados por empresa contratada ou pela Administração. [...] Não se trata de reprovarem especificações técnicas rigorosas. Censura, amparada na jurisprudência pacífica desta Corte de Contas, a ausência de comprovação de que essas especificações decorreram de necessidades apuradas em estudos prévios ao certame. (TCU - Acórdão 310/2013 Plenário - Representação, Relator Walton Afencar Rodrigues).*



Ou seja, não é vedado que haja especificações rigorosas em editais para determinados objetos, o problema é o fato de elas não serem resultado de **estudos prévios que as justifiquem e garantam ser a melhor alternativa para a demanda do órgão.**

Licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois no momento em que se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detêm produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a administração. O processo de contratação pública, entretanto, deve harmonizar diversos interesses, dentre os quais os princípios da isonomia e da ampla participação no certame, não devendo o agente público prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, art. 9º, I, a, Lei 14.133/21.

A busca pela qualidade do objeto licitado não pode ocorrer a qualquer custo, em prejuízo da economicidade e da ampliação da competitividade das licitações, devendo ser avaliado **em cada caso** se as exigências e condições estabelecidas são pertinentes e razoáveis para a garantia de que o objeto licitado tenha a qualidade desejada.

Não se trata de a administração pública deixar de exigir produtos e serviços com a devida qualidade e que atendam adequadamente às suas necessidades. A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem aceitado exigências técnicas como critério de qualificação técnica, desde que se faça acompanhar das razões que motivaram essa decisão, com base em parecer técnico devidamente justificado, que evidencie a necessidade de aplicação de norma que reduza a competitividade do certame.

## DO PEDIDO

Diante dos fatos elencados acima **REQUER:**

Que a empresa **CICERO A. FERREIRA – ME** seja habilitada, dando sequência no processo, tendo em vista apresentação de toda a documentação da empresa conforme previsto em edital e julgue o recurso como **PROCEDENTE**.

Sem mais para o momento.

Maria Helena -PR, 15 de agosto de 2024.

CICERO A  
FERREIRA:2068551  
5000180

Atestado de Registro em nome de CICERO A. FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 20.685.515/0001-80, emitido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, em 15/08/2024, para fins de habilitação em licitação. O atestado foi emitido pelo sistema de Registro em nome de CICERO A. FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 20.685.515/0001-80, emitido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, em 15/08/2024, para fins de habilitação em licitação. O atestado foi emitido pelo sistema de Registro em nome de CICERO A. FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 20.685.515/0001-80, emitido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, em 15/08/2024, para fins de habilitação em licitação.

Cícero Aparecido Ferreira – Sócio Administrador  
**CICERO A. FERREIRA - ME**  
CNPJ/MF nº 20.685.515/0001-80

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR**

**ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024**

Processo Administrativo Nº 63/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 23/07/2024 14:59:50

**MOVIMENTOS DO PROCESSO**

24/07/2024 14:12:42	CADASTRO DE PROPOSTA	CICERO A. FERREIRA
26/07/2024 09:58:58	CADASTRO DE PROPOSTA	CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS
08/08/2024 12:13:53	CADASTRO DE PROPOSTA	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES
13/08/2024 09:00:29	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.
13/08/2024 09:15:02	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.
13/08/2024 09:26:55	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO FICA A EMPRESA CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"
13/08/2024 09:27:07	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"
13/08/2024 09:27:13	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPOTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.
13/08/2024 14:20:16	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO O participante CICERO A. FERREIRA adicionou o arquivo b54caa79a0b14de690e07528bc7e50e5.rar aos documentos complementares.
13/08/2024 17:23:36	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO O participante CICERO A. FERREIRA adicionou o arquivo 29b0c4f62f9f4178aea59ebd011a6d9d.rar aos documentos complementares.
14/08/2024 09:09:46	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO A EMPRESA CICERO A. FERREIRA ESTÁ INABILITADA PELO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 7.13 DO PROJETO BÁSICO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.
14/08/2024 09:10:52	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO FICA A EMPRESA CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"
14/08/2024 09:11:22	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"
14/08/2024 09:11:33	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPOTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR**

**14/08/2024 14:03:35 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

EMPRESA CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTÁ DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

**14/08/2024 14:04:35 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

FICA A EMPRESA LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES CONVOCADA A APRESENTAR PROPOSTA REAJUSTADA CFE PREVISTO NO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

**14/08/2024 14:04:39 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

COMPROVAÇÃO DO ITEM 5.19 "5.19 O licitante classificado em primeiro lugar, juntamente com o arquivo da proposta final, deverá enviar, via sistema eletrônico de realização da licitação, comprovante da prestação de garantia da proposta, exigida no item 10.1 do Projeto Básico, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação"

**14/08/2024 14:04:44 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

CASO OPTE PELA GARANTIA NO HIPOTSE PREVISTA NO ITEM 5.19 - "I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia" BANCO SICREDI, AGÊNCIA 0726, CONTA CORRENTE 99115-3, EM TITULARIDADE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, CNPJ: 95.640.736/0001-30.

**15/08/2024 11:11:49 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

EMPRESA CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTÁ DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"

**15/08/2024 21:54:55 MENSAGEM AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

O participante CICERO A. FERREIRA adicionou o arquivo e3341ec331b04595af900d2b3a1e2464.pdf aos documentos complementares.

**LOTE 1 - FRACASSADO  
OBRAS E ENGENHARIA - SERVIÇOS COMUM**

**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: SEV	Marca:	Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE 2.167,64M2 DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NO DISTRITO DO PORTO FIGUEIRA, MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 0,00	Valor Total: 0,00	

**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
<b>DESCCLASSIFICADOS</b>						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS	028	20.127.698/0001-18	369.560,00	369.560,00		Sim
LF ENGENHARIA PROJETOS E	143	40.028.767/0001-43	369.722,86	369.722,86	0,0441	Sim
<b>INABILITADOS</b>						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
CICERO A. FERREIRA	129	20.685.515/0001-80	369.722,87	368.999,95		Sim

**MOVIMENTOS DO LOTE**

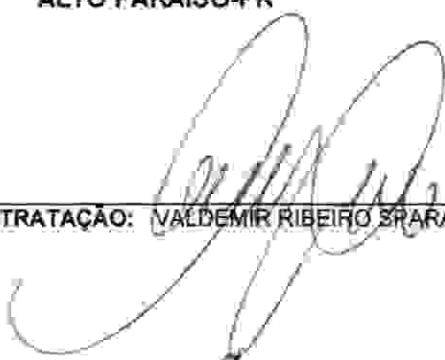
23/07/2024 14:59:50 PUBLICADO  
24/07/2024 08:00:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS  
13/08/2024 08:00:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS  
13/08/2024 09:15:06 DISPUTA

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR**

13/08/2024 09:15:06	LANCE	CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS (PARTICIPANTE 028)	369.560,00
13/08/2024 09:15:06	LANCE	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES (PARTICIPANTE 143)	369.722,86
13/08/2024 09:15:06	LANCE	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129)	369.722,87
13/08/2024 09:16:15	LANCE	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129)	369.000,00
13/08/2024 09:25:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
13/08/2024 09:25:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CICERO A. FERREIRA			
13/08/2024 09:25:06	HABILITAÇÃO		
13/08/2024 12:07:29	MENSAGEM	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129)	
Solicita prorrogação do prazo conforme previsto no subitem 5.18.5 pelo mesmo prazo estabelecido no subitem 5.18.4.			
13/08/2024 13:09:24	MENSAGEM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
PARA PARTICIPANTE 129; Em conformidade com o descrito no item 5.18.5, prorrogo por igual o prazo inicialmente concedido.			
13/08/2024 14:19:53	LANCE	CICERO A. FERREIRA (PARTICIPANTE 129)	368.999,95
14/08/2024 09:08:47	INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
CICERO A. FERREIRA inabilitado. Motivo: NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 7.13 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.			
14/08/2024 09:08:47	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS			
14/08/2024 09:08:47	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
14/08/2024 14:03:16	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS desclassificado. Motivo: EMPRESA CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTA DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"			
14/08/2024 14:03:16	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
14/08/2024 14:03:16	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES			
15/08/2024 11:11:43	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	
LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES desclassificado. Motivo: EMPRESA CJNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS ESTA DESABILITADA PELO O NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 5.18.4 "5.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados"			
15/08/2024 11:11:53	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
15/08/2024 11:21:54	EM ADJUDICAÇÃO		
16/08/2024 13:08:55	FRACASSADO		




MUNICIPIO DE ALTO PARAISO  
ALTO PARAISO-PR



---

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



---

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



---

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



---

APOIO WESLEY GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 182/2024

MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 091/2024

HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 091/2024 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ nº 81.478.059/0001-91 doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG nº 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Graha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: THIAGO R. A. BULE – TURISMO LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 24.275.982/0001-92, neste ato representada pelo THIAGO ROTHENBUCHER ASSUNÇÃO BULE, portador do RG nº 781.757.64 e do CPF nº. 039.033.779-02, residente na RUA DUQUE DE CAXIAS, na cidade de ALTÔNIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº. 091/2024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO

O presente Contrato de Prestação de serviços tem por objeto a contratação de empresa de turismo viagem a cidade de Maripá, para participação dos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na 24ª edição da festa da orgulheira do peixe, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNIT	TOTAL
1	1	1	Prestação de Serviço para Transporte de idosos do SCFV da cidade de Altônia-PR a Maripá-PR, com saída dia 29 de agosto e retorno no mesmo dia. 01 ônibus de 56 lugares 01 ônibus sênior 2014 de 22 lugares	3.100,00	3.100,00

DO VALOR

O valor dos lotes vencidos pela Empresa THIAGO R. A. BULE - TURISMO LTDA - ME e de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)

VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência, com início em 14/08/2024 e término em 13/12/2024, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Serviços, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os serviços, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº091/2024".

Os pagamentos serão efetuados À vista, após conclusão do objeto, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA

Os serviços referentes aos lotes, desta licitação deverão ser prestados mediante solicitação do órgão responsável, no dia 29 de agosto de 2024, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Rejeitará no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

Correrá por conta da contratada as despesas e custos como embalagem, seguros, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o prestação de serviços do objeto.

havendo rejeição na entrega dos Serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo Departamento de Compras, observando as condições estabelecidas para a apresentação.

CLÁUSULA SETIMA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

38	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8	10	14	2	50	Programa SCFV - CRAS	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS
----	--------------------------------------	---	----	----	---	----	----------------------	--------------	--

Altônia-PR., 14/08/2024.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 184/2024

MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 093/2024

HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 093/2024 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ nº 81.478.059/0001-91 doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG nº 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Graha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: HELDE RODRIGO COSTENARO, inscrito no CNPJ sob nº. 15.459.745/0001-90, com sede a Rua Santos Dumont, 843, Centro, na cidade de Altônia, estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. HELDE RODRIGO COSTENARO, portador do RG nº 92301222 e do CPF nº. 058.452.009-38, residente na cidade de ALTÔNIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº. 093/2024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO

O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DETECTAR E SANAR VAZAMENTOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA ESCOLA TELMA PESSATO, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNI	TOTAL
1	1	1	MATERIAL HIDRÁULICO PARA SANAR VAZAMENTOS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA ESCOLA MUNICIPAL TELMA PESSATO (CONFORME ORÇAMENTO Nº 30196 DA CONTRATADA ANEXO NO PROCESSO)	4.336,09	4.336,09
2	1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETECTAR E SANAR VAZAMENTOS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA ESCOLA MUNICIPAL TELMA PESSATO	2.000,00	2.000,00

DO VALOR

O valor dos lotes vencidos pela Empresa HELDE RODRIGO COSTENARO e de R\$ 6.336,09 (seis mil trezentos e trinta e seis reais e nove centavos).

VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência, com início em 15/08/2024 e término em 14/12/2024, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº093/2024".

Os pagamentos serão efetuados À vista, após conclusão do objeto, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA

Os produtos/serviços referentes aos lotes, desta licitação deverão ter início em até 05 (cinco) dias após Notificação através de Nota de Empenho e executados em até 30 (trinta) dias, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

Correrá por conta da contratada as despesas e custos como embalagem, seguros, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto.

havendo rejeição na entrega dos Produtos, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo Departamento de Compras, observando as condições estabelecidas para a apresentação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

21	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO	12	5	2	21	Manutenção do Ensino Básico	339030240000	MATERIAL MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
21	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO	12	5	2	21	Manutenção do Ensino Básico	339039160000	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Altônia-PR., 15/08/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 216/2024

DATA: 15/08/2024

AUTORIA: Executivo Municipal

SÚMULA: Cancela processo administrativo nº 063/2024, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 007/2024.

Considerando: Que o processo acima em epígrafe foi considerado fracassado;

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º). Cancelar o processo licitatório nº 063/2024, na Modalidade Concorrência Eletrônica nº 007/2024, na fase que se encontra.

2º). Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Agosto de 2024.

Décio Jardim Junior

Prefeito Municipal

Estado do Paraná  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2024  
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 07 de Março de 2024, realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes condições:  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, fica estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto licitado.  
Verificado no certame, Entende-se como região a Microrregião de Umuarama pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Catezal do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Ipiranga do Sul/PR, Ivaipora/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Piraquara/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração do Patrocinador/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Mantendo-se a validade da licitação, e que atendam as condições de credenciamento do objeto da contratação, e que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
TIP: MENOR PREÇO POR ITEM  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min horas do dia 30/08/2024  
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h30min horas do dia 30/08/2024  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h45min horas do dia 30/08/2024  
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 47.216,40 (quarenta e sete mil duzentos e dez e seis reais e quarenta centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2024  
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 07 de Março de 2024, realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes condições:  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, fica estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto licitado.  
Verificado no certame, Entende-se como região a Microrregião de Umuarama pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Catezal do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Ipiranga do Sul/PR, Ivaipora/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Piraquara/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração do Patrocinador/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Mantendo-se a validade da licitação, e que atendam as condições de credenciamento do objeto da contratação, e que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
TIP: MENOR PREÇO POR ITEM  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min horas do dia 30/08/2024  
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h30min horas do dia 30/08/2024  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h45min horas do dia 30/08/2024  
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 13.913,33 (treze mil novecentos e treze reais e trinta e três centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2024  
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 07 de Março de 2024, realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes condições:  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, fica estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto licitado.  
Verificado no certame, Entende-se como região a Microrregião de Umuarama pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Catezal do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Ipiranga do Sul/PR, Ivaipora/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Piraquara/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração do Patrocinador/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e, Xambioá/PR. (Fonte: http://www.ibge.gov.br).  
Mantendo-se a validade da licitação, e que atendam as condições de credenciamento do objeto da contratação, e que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, que resultem em maior vantagem para a Administração econômica, a presente licitação é destinada a participação exclusiva de ME E EPP.  
TIP: MENOR PREÇO POR ITEM  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min horas do dia 30/08/2024  
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h30min horas do dia 30/08/2024  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h45min horas do dia 30/08/2024  
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 13.913,33 (treze mil novecentos e treze reais e trinta e três centavos).